



O Desastre e o Caos Velado

O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares



Aline Silveira Viana



O Desastre e o Caos Velado

**O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de
idosos e familiares**

Aline Silveira Viana



2020

Viana, Aline Silveira

O desastre e o caos velado: O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares / Aline Silveira Viana. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: José Esteban Castro; Campina Grande, Paraíba: Editora da Universidade Estadual da Paraíba -EDUEPB; Alcalá de Henares: Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos-IELAT: Universidad de Alcalá-UAH, 2020.

Libro digital, PDF - (Red Waterlat-Gobacit)

Archivo Digital: descarga

ISBN 978-987-86-3795-2

1. Desastres Naturales. 2. Desigualdad Social. 3. Políticas Públicas.

I. Título.

CDD 363.34

Livro publicado em coedição com:

© Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil - 2020

www.eduepb.uepb.edu.br

© Rede WATERLAT-GOBACIT, Newcastle upon Tyne, Reino Unido - 2020

www.waterlat.org

© Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos (IELAT), Universidad de Alcalá (UAH), Alcalá de Henares, Espanha - 2020

www.ielat.com

© Aline Silveira Viana

Reservados todos os direitos pela legislação em matéria de Propriedade Intelectual. Ne a totalidade ne parte deste livro, incluído o desenho da capa, pode ser reproduzido, armazenado ou transmitido em forma alguma seja em meio electrónico, químico, óptico, informático, de gravação ou de fotocópia, sem permissão prévia por escrito das editoras.

As notícias, declarações e opiniões contidos nesta obra são da exclusiva responsabilidade da autora. As editoras, por sua parte, somente são responsáveis do interesse científico de suas publicações.

Fotografia da capa: Descrença, indignação e ação conjunta da comunidade pelo desastre. Teresópolis, Rio de Janeiro, Brasil, dezembro de 2011.

Créditos da fotografia da capa: Rede de Cuidados, Rio de Janeiro, Brasil, Acervo da Rede WATERLAT-GOBACIT no Flickr: <https://flic.kr/p/pbRKDt>.

Prólogo

Com grande satisfação apresentamos o livro de Aline Silveira Viana titulado *O Desastre e o Caos Velado: o enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares*. O livro faz parte da Série Prêmio de Estudantes da [Rede WATERLAT-GOBACIT](#), uma rede dedicada à pesquisa, ensino e ação prática em relação com a política e a gestão da água. O Prêmio é outorgado às dissertações de mestrado e teses de doutorado apresentadas por estudantes da Rede em [competição anual](#). A publicação é resultado da dissertação de mestrado da autora, intitulada *Idoso, família e desastres: uma discussão na interface da sociologia e gerontologia a partir da análise do caso de Teresópolis, Rio de Janeiro, Brasil*, Mestrado em Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, Brasil, 2015. A dissertação foi ganhadora da [Edição 2016 do Prêmio](#).

O problema tratado corresponde aos temas de pesquisa da [Área Temática 8](#) de nossa Rede, dedicada aos **Desastres Relacionados com a Água**. O livro oferece uma contribuição crítica e de qualidade, enfocada desde a perspectiva das ciências sociais, aos problemas de política e gestão dos desastres no Brasil, colocando o foco sobre os impactos que atingem à população idosa. Os achados, conclusões e reflexões apresentados no trabalho constituem um aporte importante para os debates sobre este tema, que têm alta relevância no plano internacional. É um grande prazer para nossa rede apresentar o livro ao público e desejamos a todas e todos uma leitura proveitosa.

José Esteban Castro

Coordenador da Rede WATERLAT-GOBACIT

Janeiro de 2020

Dedico este livro aos idosos, seus familiares e amigos que sofrem cronicamente a dor do abandono da sociedade e do ente público nos desastres. E, àqueles que permanecem desaparecidos, mas vivos na memória de quem os recorda.

Aline Silveira Viana

Sumário

Bases conceituais para o entendimento dos desastres na perspectiva das ciências sociais	8
A afetação de idosos no âmbito internacional	15
O contexto nacional de desastres	24
Estudos nacionais sobre idosos em contexto de desastres	32
Afetação e enfrentamento dos desastres na escala microssocial: o caso dos idosos teresopolitanos	39
Dimensão material da afetação e enfrentamento nos desastres	45
Dimensão simbólica da afetação e enfrentamento nos desastres	70
Dimensão interpessoal e rede de suporte social da afetação e enfrentamento nos desastres	93
Considerações finais – reflexões sobre a condição humana no contexto de desastre	123
Referências bibliográficas	129

Bases conceituais para o entendimento dos desastres na perspectiva das ciências sociais

Na literatura nacional e internacional, a definição de desastres não é consensual (VALENCIO, 2010b; OLIVER-SMITH, 1998) e, segundo Quarantelli (1998), há três grandes dificuldades contribuindo para isso. São elas: a pouca intersecção analítica entre as linhas teóricas de desastres, a relação dos desastres como eventos ruins e o aumento na complexidade dos desastres. A complexidade dos desastres se expressa na natureza multidimensional destes, pois o desastre engloba diversos processos e eventos interligados – de natureza social, ambiental, econômica, cultural, tecnológica, política e física – os quais desdobram-se na vida cotidiana dos sujeitos, apresentando rupturas nesta (OLIVER-SMITH, 1998).

Historicamente, os desastres são concebidos e enfrentados diferentemente, variando de acordo com a época, a área de conhecimento predominante, a cultura da população e dos tomadores de decisão. Em civilizações, como foi o caso dos astecas, uma civilização mesoamericana, os desastres eram interpretados como uma desarmonia da essencialidade da natureza e, seu enfrentamento, dava-se por meio de sacrifícios e rituais humanos com o objetivo de restabelecer a harmonia (TUAN, 2005). É importante mencionar que o medo relacionado à ocorrência de desastres influenciou marcadamente as formas de se pensar e agir em várias culturas antigas, como o afogamento de crianças em oferta ao rei das chuvas (Rei Tlaloc) ou, no contexto chinês da antiguidade, a realização de rituais para afastar as secas com sacrifícios humanos envolvendo feiticeiros.

As práticas rituais cotidianas são importantes para direcionar as ações humanas e/ou atribuir significado a estas. Com o desastre, a perturbação nessas práticas pode levar ao que os pesquisadores Thornburg, Knottnerus e Webb (2007) denominam de *processo de desritualização*. Nessa concepção, com a perda das estruturas simbólicas – que atribuem significado para os ritos empregados tanto por indivíduos quanto por comunidades – há a possibilidade de desenvolver quadros de desorientação, apatia e/ou percepção de perda de sentido da vida. Assim, pode-se gerar, dentre outros desfechos, o *transtorno de significado* (Cf. THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007), os quais passam comumente pela patologização, sendo conhecidos na área da saúde como transtornos psicológicos e comportamentais.

Outra interpretação é compreender os desastres como a ação de um ser divino. Dessa forma, apresentar espiritualidade ou religiosidade pode mostrar-se determinante para as estratégias de resiliência emocional e psicológica a serem adotadas frente aos desastres (CHAN; RHODES; PÉREZ, 2012; ATEN *et al.*, 2008; LAWSON; THOMAS, 2007).

Como se observa, há diferentes concepções acerca dos desastres. A coletânea de textos referências na área de Sociologia dos Desastres, *What is disaster?* – organizada por Quarantelli em 1998 e na continuidade desta em 2005 – trouxe diferentes visões, com diversos profissionais da área de desastres, sobre o que seriam os desastres. Dentre estes, Gilbert (1998) – no texto *Studying Disaster: Changes in the main conceptual tools*, em leitura

aos acontecimentos e literatura criada a partir da guerra fria – faz alusão a existência de três grandes paradigmas sobre o pensamento na área. No entanto, sua leitura do percurso de produção da literatura, por meio dos três paradigmas não é consensual e, dentro da mesma coletânea, há diferentes interpretações sobre a compreensão dos desastres. No epílogo do livro, Quarantelli chega a conclusão de ter dificuldades em definir um desastre, mas sabe quando está diante de um.

Alguns pontos em comum com relação à concepção de desastres, no entanto, são que estes rejeitam o paradigma que exclui a natureza social dos desastres e, tem como questões importantes para o constructo, a desruptura/desestabilização social e a interação sociedade-meio são importantes para o constructo (OLIVER-SMITH, 1998). O referido autor contribui para a concepção dos desastres ao descrevê-los como um processo envolvendo a combinação de um agente:

[...] potencialmente destrutivo do ambiente natural, modificado e/ou construído e uma população em uma condição de produção social e economicamente de vulnerabilidade, resultando em uma desruptura percebida de satisfações habituais relativas das necessidades individual e social para a sobrevivência física, ordem social e significado/sentido (OLIVER-SMITH., 1998, p.186, tradução nossa).

Destaca-se na área da Sociologia dos Desastres, todavia, estudos de Quarantelli (1998, 2003) e Valencio (2010a, 2010b, 2012a, 2014a, 2014b), no âmbito norte-americano e nacional, respectivamente. Os referidos pesquisadores colaboram com o constructo ao compreenderem o desastre enquanto um processo social que ocorre em um tempo social. Diferente, portanto, do tempo cronológico usualmente utilizado pelo meio técnico para definir e atuar no contexto de desastres. Ao conceberem os desastres enquanto processos sociais, os autores contestam a denominação de “desastres naturais”, porque resumi-los a condição de “naturais” deslegitimaria o debate político e social entorno da produção e responsabilização dos atores frente aos desastres.

Nos estudos conduzidos no contexto brasileiro, o desastre apresenta-se como um processo social, historicamente construído, produto da manifestação de três crises que ocorrem simultaneamente na sociedade. Essas crises se expressam tanto por meio de acontecimentos na esfera pública, quanto no âmbito privado. Dentre essas crises podemos destacar a crise civilizacional, a crise crônica e a crise aguda. A crise civilizacional se manifesta no plano global, por meio de uma racionalidade vinculada ao modo de produção capitalista, favorecendo os detentores de meios de produção e de capital, criando as margens. A crise crônica parte de um enfoque histórico-regional e é o processo nacional de manutenção das injustiças e desigualdades sociais pelo qual a situação da crise aguda é produzida. A crise aguda, por sua vez, ocorre no plano local, com a presença do fator de perigo, como as enxurradas e os escorregamentos de massa, por exemplo, trazendo à mostra as injustiças sociais que permaneciam naturalizadas no corpo social (VALENCIO, 2012b).

No Brasil, Valencio (2012a) colabora ainda com a construção e evidência da *afetação multidimensional*, uma característica presente no contexto de desastres. A

autora teve como base o conceito de *pobreza multidimensional*¹ e, a partir disso, elencou 13 dimensões como constituintes das expressões de morte social dos afetados nos desastres:

- a) a morte de membros da rede associados com as limitações públicas na procura dos corpos e apoio as famílias;
- b) a execução de tarefas exaustivas de sobrevivência e resgate;
- c) a presenças das morbidades e lesões decorrente do declínio ambiental;
- d) a destruição/danificação da moradia e bens materiais/imateriais;
- e) a inviabilização do exercício profissional;
- f) o deslocamento compulsório e involuntário das famílias;
- g) o confronto policial e exercício de poder sob as relações intrafamiliares;
- h) o tensionamento para o acolhimento de famílias desterritorializadas pela rede informal de suporte social;
- i) o deslocamento compulsório das famílias para abrigos temporários, sem opção para escolhas;
- j) a deterioração das relações intrafamiliares e de sua rede social, tanto em abrigo temporário público ou privado;
- k) a insegurança, incerteza e angústia com relação ao cotidiano presente e futuro;
- l) a incessante necessidade de recomposição material para o restabelecimento cotidiano e
- m) a perda do convívio com membros da comunidade de forma progressiva.

Referente à afetação, Valencio, Marchezini e Siena (2011) em estudo com seis municípios brasileiros – Ilhota/SC, Barreiros/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Petrópolis/RJ, Teresópolis/RJ e União dos Palmares/AL – observaram uma hierarquia de abandono, tanto no âmbito privado quanto público, dos sujeitos sociais nos desastres. A gravidade do abandono expressar-se-ia, de forma decrescente, nos seguintes grupos: os desaparecidos, os mortos, os desabrigados, os desalojados e os demais afetados.

Como evidenciam Quarantelli (1998, 2003), Oliver-Smith (1998) e Valencio (2010a, 2010b, 2012a), o apoio institucional e político são importantes na conformação do desastre, enquanto processo, e no seu enfrentamento. Vale ressaltar que o suporte

1 Conceito elaborado pelo PNUD, em 2010, deu base ao Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), um índice que analisa várias dimensões de privação que se sobrepõe, além da renda, de uma determinada população. Ver mais em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>>, acesso em outubro 2014.

institucional público ou de líderes (de nações/estados/municípios/comunidades) para o enfrentamento de calamidades, começa a ser descrito na literatura pelos relatos das ações dos faraós no antigo Egito, voltadas a população, frente às situações de calamidades da época. Na Europa Ocidental, por sua vez, relatos de ações dessa natureza começaram a ser conhecidas apenas no século XVIII (TUAN, 2005).

No Brasil, a institucionalização das ações para se trabalhar o tema foi realizada na década de 1940, com a criação da Defesa Civil. Em 1995, com a publicação no Diário Oficial da União nº 1, de 2 de janeiro de 1995, por meio da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994, entrou em vigor a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC). Desde então, a PNDC passou por atualizações, embora a concepção do desastre permaneça a mesma desde 1995, sendo “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 1995, p.82).

Na atualização mais recente, no ano de 2012, acresceu-se nas disposições a preocupação com a proteção civil inclusive mudando o nome para Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). No inciso IV, a PNPDEC incumbe à União “apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das ‘áreas de risco’, nos estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades, vulnerabilidades e risco de desastre” para desenvolverem ações nos âmbitos da prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, mitigação, resposta e reconstrução (BRASIL, 2012).

Em 2012, a visão e atuação pautadas na tecnicidade perdem força, em tese, com alguns avanços trazidos pela PNPDC e, posteriormente, com a II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil realizada em 2014. Embora haja a inclusão da proteção civil e da ênfase na prevenção no discurso oficial, a defesa civil brasileira ainda focaliza nas ações de resposta, ou seja, se limita, em sua maior parte, à coordenação do cenário, à adoção de procedimentos técnico-burocráticos e de desterritorialização dos grupos sociais em processo de vulnerabilização, como evidenciam Valencio (2010b, 2012a, 2014) e Valencio *et al.* (2011).

Nos desastres têm-se ainda práticas de racismo de Estado, somadas às práticas de desproteção deste, fortalecidas pelo discurso do *fazer viver, deixar morrer* – discutidos por Foucault em “Em defesa da Sociedade”, do Curso no Collège de France (1975-1976). Marchezini (2013)² aborda essa concepção em sua tese de doutorado, no ano de 2013, sobre o caso de São Luiz do Paraitinga/SP, acrescentando ainda a concepção de *fazer resistir* no cenário de desastres, principalmente por meio da cultura popular. Como exemplo marcante, o uso da religião e da tradição cultural religiosa do município para resistir ao desastre.

Dentre as práticas de racismo têm-se as de racismo ambiental, importante para a compreensão das práticas sociais e institucionais nos desastres. Este diz respeito a qualquer política, prática ou diretriz que afete ou prejudique de forma desigual indivíduos, grupos ou comunidades por causa de sua raça ou cor (BULLARD, 2006). Como o autor

2 Parte dos resultados de sua pesquisa foi publicado, ver mais em: MARCHEZINI, 2014.

continua, com base no caso de Nova Orleans, as vulnerabilidades sociais, estruturais e o racismo ambiental preexistiam ao evento do Katrina, pois há muito tempo a raça acompanhava nos mapas a geografia dos riscos ambientais. Com o Katrina, expuseram-se as fragilidades dos planos de evacuação em massa, por meio dos transportes públicos, dos grupos mais vulneráveis, dentre eles pessoas de etnia negra, pobres e idosas (BULLARD, 2006).

O racismo ambiental, no Brasil, apresenta-se e se estende de forma diferente entre os grupos sociais e segmentos da população brasileira, como mostra o trabalho de Tereza Ribeiro coordenado por Tania Pacheco, em 2007, intitulado “Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil”³.

Especificamente no cenário de desastres, Valencio (2011) aponta a presença de uma ‘lógica de territorialização segregacionista’ contra grupos vulneráveis – em especial os mais empobrecidos – praticadas por agentes econômicos, sob proteção do ente público. Nas palavras da autora (2011, p.4), “trata-se de uma violência institucionalizada contra os grupos mais vulneráveis, semeada com práticas de racismo ambiental e que, em última instância, caracterizam a instauração de um genocídio velado”.

No caso brasileiro, em complementação ao conceito apresentado por Bullard e ao cenário segregacionista citado por Valencio (2011), há também a criação/atribuição de ‘raças’. Por exemplo, no caso dos emigrantes nordestinos, aos quais são imputadas ‘raças’ concomitante às práticas de injustiça social para com os imigrantes. Esse cenário é decorrente de um processo de naturalização das desigualdades e injustiças praticadas contra grupos sociais e segmentos da população (HERCULANO, 2008).

Igualmente importante ao discutir as concepções e ações que propiciam os cenários citados acima é o constructo *risco*. É recorrente o discurso sobre o risco para justificar as ações do Estado frente aos desastres e as ações segregacionistas praticadas. Mas afinal, o que seria o risco?

Há diversas definições de risco, de acordo com a área de conhecimento e com a instituição geradora do conceito. Por exemplo, a visão da Defesa Civil Nacional, conforme traz o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres é:

RISCO - 1. Medida de dano potencial ou prejuízo econômico expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das conseqüências previsíveis. 2. Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos. 3. Probabilidade de danos potenciais dentro de um período especificado de tempo e/ou de ciclos operacionais. 4. Fatores estabelecidos, mediante estudos sistematizados, que envolvem uma probabilidade significativa de ocorrência de um acidente ou desastre.

3 O mapa de conflitos é apresentado de acordo com os conflitos ocorridos em cada Unidade Federativa. As informações são especificadas em: Região; Conflitos (tipo); Grupo Atingido; Agressores; Apoios, articulações e parcerias; Histórico de artigos e reportagens.

O levantamento inicial, publicado em junho de 2007, está disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Microsoft%20Word%20-%20MAPA_DO_RACISMO_AMBIENTAL_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

5. Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos (CASTRO, 1998, p.148).

Na perspectiva das Ciências Sociais o debate ganha, uma nova dimensão, acrescentando a questão social para uma visão até então tecnicista, instrumentalizada e reducionista (LASH; WYNNE, 1992). Segundo os autores (1992) as questões da *reflexibilidade* e da *sociedade do risco* não estavam inclusas nos debates políticos e sociais dos especialistas até as contribuições de Beck (1992) e Giddens (1991) serem apresentadas e ganharem visibilidade a partir de 1980. Contudo há críticas aos autores da linha da sociedade do risco e aos da modernização ecológica, por estes não incluírem na construção do risco a diversidade social e a lógica política de desigualdade na distribuição dos danos ambientais entre os diferentes grupos sociais (ACSELRAD, 2002).

Vale ressaltar que antes desses, um pequeno grupo de sociólogos e antropólogos já traziam observações importantes, dentre elas, a noção dos riscos serem gerados e executados dentro de sistemas sociais e, a da magnitude dos riscos, ter relação direta com a qualidade das relações e processos sociais estabelecidos na sociedade (LASH; WYNNE, 1992).

Giddens (1990) pondera que, embora os riscos estejam presentes nos diversos segmentos sociais e econômicos na sociedade moderna, há o risco diferencial. Nesta concepção, os riscos são distribuídos de forma desigual entre os grupos *privilegiados* e os *despossuídos*. Nessa lógica, dadas as diferenças teóricas entre os autores, nos lembra dos apontamentos de Acselrad (2006, p.3) anos mais tarde, nos quais a convivência “com os riscos e danos impostos será tanto maior quanto maior for a condição de destituição”, resultado de relações de vulnerabilidade que produzem *superposição de carências*, dando ao sujeito a aceitação da impossibilidade de prever, evitar e enfrentar os riscos e o próprio desastre.

Na América Latina temos colaborações valorosas de Virgínia G. Acosta, em estudo sobre o processo histórico e político dos desastres, no contexto mexicano, e as implicações destes para o cenário atual de desastres no país. Entre a bibliografia de referência que a autora realizou junto à *La Red*, os estudos sobre a construção social do risco, em uma perspectiva sócio-histórica, é uma das mais importantes na área.

A construção do risco é social, pois dá-se em um processo histórico de destituições geradas na sociedade. Acosta (2005, 2014)⁴, no contexto mexicano, corrobora no tema ao defender que a construção social do risco é uma construção histórica ao passo que os desastres são processos. Dessa forma, se a quantidade e a gravidade dos desastres aumentam, isto se dá ao fato de as comunidades terem se tornadas mais vulneráveis e, não necessariamente ao aumento de “ameaças naturais”.

4 Excertos da exposição de Virginia Garcia Acosta durante o II Encontro Mexicano Brasileiro de Antropologia (II EMBRA), em novembro de 2013, em Brasília. Vídeo gravado, editado e licenciado pelo NEPED Entrevista: Virginia Garcia Acosta. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=5oBzSv2Jvpl>> e no site do NEPED <<http://www.ufscar.br/neped>>. Material também publicado no livro Sociologia dos Desastres Volume IV, organizado por Valencio e Siena (2014).

Assim, depreende-se dos estudos, a evidenciação da prática institucional de naturalização da ordem social injusta. Prática que se apóia no discurso do componente físico do fator impactante (do risco) e da origem “natural” dos desastres. Nesse discurso é transferida a responsabilidade organizacional e governamental aos grupos afetados, ao não conceber e enfrentar o desastre enquanto um processo social que se inicia antes da crise aguda. Associada a essa prática há, portanto, o movimento de culpabilização do afetado por sua própria condição humana. Segundo Valencio (2010a) esse movimento possuiria três finalidades: a primeira, a de ocultar a omissão do estado nos diferentes níveis de ação; a segunda, a de negação dos direitos; e por fim, a de desviar a atenção de questões maiores, como a injustiça ambiental.

Fica evidente nas concepções apresentadas até o momento, a presença do componente processual, relacional e histórico da vulnerabilização de segmentos da população frequentemente afetados para a composição dos desastres. Aqueles que margeiam a sociedade, assim como a atenção governamental, vivenciam um processo ao qual Acselrad (2002) denomina de *processo de vulnerabilização*. E, no caso dos sujeitos recorrentemente afetados por desastres, essa concepção de margem nos ajuda a pensar a condição a que são submetidos, a qual se reafirma e agrava com os eventos extremos. Por fim, uma concepção importante sobre as margens nesse contexto, dentre outras discutidas por Veena Das (2008), é que as margens não dizem respeito apenas a espaços periféricos, mas também a negação de direitos e de ações políticas e econômicas em diferentes espaços a segmentos da população.

E quando esse processo de vulnerabilização nos desastres se sobrepõe em grupos já socialmente considerados mais vulneráveis? É o que veremos no capítulo seguinte.

A afetação de idosos no âmbito internacional

Dentre os grupos sociais afetados, os idosos vêm ganhando maior visibilidade, primeiro pelo processo contínuo de envelhecimento populacional em vários países e, segundo, por esse segmento estar entre as principais vítimas fatais no contexto de desastres. Embora a base de dados do *International Disaster Database* e o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais não descrevam o perfil dos sujeitos afetados ou das vítimas fatais, estudos mostram a presença significativa da população idosa entre os principais afetados nos desastres no mundo (FERNANDEZ *et al.*, 2002; SAWAI, 2012). E, em casos como o do furacão Katrina, por exemplo, o qual atingiu a costa sul dos Estados Unidos em 2005, este evidenciou um quadro no qual os idosos representaram a maioria (73%) das vítimas fatais (GIBSON, 2006).

Conforme apresenta o documento da Organização Mundial de Saúde (OMS) *Older people in emergencies: Considerations for action and policy development*, de 2008, há escassez de pesquisas, políticas públicas e organizações que abordem o idoso no contexto de desastre, refletindo no déficit de atenção dada a essa população tanto na crise aguda quanto no processo social de construção do desastre. Alguns exemplos são descritos no referido documento, dentre eles a falta de atenção aos idosos durante o *tsunami* ocorrido no Oceano Índico, em 2004, no qual mais de 220.000 pessoas faleceram somando-se os 12 países atingidos. Apenas no Sri Lanka, no entanto, 9.000 idosos foram relegados pelas organizações humanitárias (OMS, 2008).

A existência da prestação de suporte na crise aguda, bem como a eficiência destas, influem na sobrevivência de grupos considerados vulneráveis, em especial aos de idosos em processo de senilidade¹. Conforme descrito no documento *CDC's Disaster Planning Goal: Protect Vulnerable Older Adults* do Center for Disease Control and Prevention (CDC) Healthy Aging Program, em Louisiana, nos Estados Unidos, no ano de 2005, durante o Furacão Katrina, o Louisiana Department of Health, aproximadamente, 70 idosos moradores de casas repouso morreram na instituição por serem abandonados por seus cuidadores durante o desastre.

Claver *et al.* (2013) defendem que a evacuação de idosos institucionalizados ainda é pouco estudada, planejada e visibilizada. As instituições precisam de suporte na rede municipal e estadual, com delineamento claro das ações a serem tomadas previamente, em treinamento da rede e da equipe das instituições de idosos. Um dos exemplos

1 Esse conceito faz parte dos esforços das áreas biológicas e humanas em definir padrões de envelhecimento, considerando, no entanto, ser o envelhecimento um processo heterogêneo e de natureza multifatorial, no qual os limites entre a senescência e a senilidade não são claros. Esses casos de transição são mais claramente vistos na classificação de morbidades e síndromes, onde na classificação dos sujeitos aparecem termos como semi, parcial e médio, por exemplo. A concepção mais utilizada e aceita atualmente na área gerontológica advém de Schroots e Birren (1990), conforme traz Neri (2005), na qual há o envelhecimento primário (conhecido como envelhecimento normal ou senescência), o secundário (também nomeado de patológico ou senilidade) e o terciário (mais conhecido como terminal). Na senilidade, portanto, há alterações no processo de envelhecimento decorrente de afecções e síndromes, as quais geralmente são de difícil manejo.

discutidos pelos autores foi a dificuldade na entrada, sem o prontuário, dos idosos com quadros clínicos diversos, nos pontos de acolhimento. Assim, os cuidados de saúde eram dificultados, pois metade dos residentes dos *nursing homes* atendidos, durante o Furacão Katrina e Rita, tinham comprometimento cognitivo.

Além desse tipo de instituição, é importante planejar a evacuação de públicos idosos diferentes, como foi observado por Kuligowski *et al.* (2013), durante um exercício de evacuação com residentes de um prédio de residência assistida (*six-story assisted-living facility*). Esse estudo avaliou como foi feita a evacuação em situação simulada, se os idosos carregavam consigo itens, se esses recebiam ajuda para sair do edifício, como desciam as escadas e quanto tempo levavam para completar o exercício de evacuação. Observou-se baixa velocidade da marcha e da evacuação, a qual foi realizada por uma população não treinada previamente. Contudo, os autores não descreveram os itens escolhidos pelos idosos, assim como não os entrevistaram para identificar os fatores percebidos como difíceis durante a evacuação.

Outro exemplo é trazido na pesquisa realizada com 224 idosos sobreviventes do Furacão Katrina, selecionados por igrejas e *senior centers* da Costa do Golfo de Mississipi. 55,8% relataram evacuar as áreas antes da passagem do furacão e outros 44,2% optaram por se abrigarem no local. Dentre os relatos colhidos, os principais medos que sentiram foram: o de não haver um lar para retornar (63%), o de perder todos os pertences (61%), o de roubos à residência (43%), o de não haver uma casa para permanecer (35%), o de seus familiares e amigos não estarem em segurança (34%) (LANGAN; PALMER, 2012).

O processo decisório para retornar ou não à moradia é importante nesse momento, pois envolve vários fatores. Por exemplo, no estudo realizado com 108 pessoas idosas evacuadas em decorrência dos Furacões Katrina (29 de agosto de 2005) e Rita (30 de setembro de 2005), nos Estados Unidos, com profissionais e voluntários da Federal Emergency Management Agency (FEMA). Dentre os fatores que influem o processo decisório, há principalmente: ponderar fatores objetivos e subjetivos; estar de acordo ou em conflito com a tomada de decisão oficial/técnica; saber a área geográfica onde se situa a moradia; estabelecer quem é o chefe de família a tomar a decisão; e definir a melhor decisão a ser tomada (HENRY, 2013).

Vale ressaltar que a vivência prévia de idosos em desastres influi nas decisões futuras destes frente a um novo desastre (BEI *et al.*, 2013; TUOHY; STEPHENS, 2012; LOKE; LAI; FUNG, 2012; DUGGAN, *et al.*, 2010). Os idosos embora sejam fonte importante de um saber local e com conhecimento das potencialidades e limitações deste, dificilmente são considerados nos cenários de discussão para políticas públicas e para a formulação de estratégias de enfrentamento dos desastres. A situação descrita ocorre em vários países e preocupados, nesse sentido, pesquisadores da Nova Zelândia realizaram um estudo para inclusão de idosos no processo de elaboração de recomendações em caso de terremotos. Para isso, reuniram-se membros idosos de uma comunidade – sendo 30 voluntários e oito conselheiros experientes – para informar sobre a reparação ambiental urbana após ocorrências de terremotos e compartilhar as recomendações com tomadores de decisão (ANNEAR; KEELING; WILKINSON, 2013).

Uma das questões centrais desse estudo é a valorização do idoso como um segmento com capacidade de observação de seu entorno e, de colaboração em espaços participativos para melhorar áreas deficitárias vivenciadas pela comunidade. O papel dos idosos apontado no referido estudo reforça enfoques esquecidos nas políticas *agefriendly*², como o de identificar barreiras para o envelhecimento ativo, em contexto de desastre, e fazer recomendações para melhorias do meio urbano, para evitar a ocorrência de novas crises agudas. O estabelecimento de prioridades para a fase de recuperação, por exemplo, por meio da valorização de recursos e locais para desenvolvimento de atividades sociais intergeracionais e culturais; da reconstrução dos locais afetados com base nos princípios *agefriendly* e de segurança humana; da criação da cultura de resiliência em agências de suporte, entre outras possibilidades.

A participação dos idosos e a escuta ativa destes pelos tomadores de decisão são importantíssimas, pois a literatura evidencia uma lacuna entre as ações preventivas e de resposta – como as prestações de serviços oficiais, de saúde e ajuda em geral – e as necessidades dos idosos. Desde 2002, o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento defende que, em situações de emergência, deve haver igualdade de acesso de pessoas idosas aos recursos e serviços, durante e após a crise aguda. Fundamental para isso ocorrer seria aumentar a participação dos idosos para restabelecer e reconstruir comunidades.

A negação de espaços abertos a essa finalidade pode ter consequências diferentes entre os idosos, como a necessidade de serem ouvidos por órgãos e atores atuantes na área dos desastres. Pois, a inexistência de espaços e momentos para isso podem ser reforçados nas entrevistas, mesmo após o preenchimento dos questionários empregados nas entrevistas (LANGAN; PALMER, 2012). No estudo realizado pelos autores (2012), frisou-se que as experiências dos idosos contribuiriam tanto no âmbito comunitário e administrativo quanto na reafirmação do papel social e importância deste na sociedade. Assim, escutar ativamente esse segmento seria fundamental para a inclusão deste nas estratégias e treinamentos de prevenção e preparação, almejando melhorar as estratégias de enfrentamento de situações de crise aguda e diminuir o risco de morbimortalidade associados a esses eventos. Como traz a literatura, a maioria dos idosos não estava preparada para lidar com a fase aguda, quando o desastre foi deflagrado em suas comunidades (LOKE; LAI; FUNG, 2012; DUGGAN *et al.*, 2010). Salienta-se que esses estudos consultaram, respectivamente, 1137 idosos em Hong Kong e 17 em dois países, sendo oito no Sri Lanka e nove nos Estados Unidos.

As estratégias escolhidas pelos idosos para o enfrentamento aparecem na literatura sob diversos modos. Fato resultante da multidimensionalidade da afetação nos desastres, das diferentes formas como os indivíduos os compreendem e da variabilidade

2 O termo significa “amiga(o) do idoso” e é oriundo das diretrizes apontadas no Guia Global lançado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a “Cidade Amiga do Idoso” em 2008. Após o lançamento desse guia, vários países e, inclusive muitos municípios brasileiros, assinaram o termo de compromisso para tornar suas regiões administrativas “amigas do idoso”. O guia teve por base os fundamentos do envelhecimento ativo da OMS e dentre suas disposições são incluídas diretrizes para as áreas de: transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão social, espaços abertos e prédios, participação cívica e emprego, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde. Ver mais em OMS (2008b).

dos recursos disponíveis aos afetados. Dentre as formas observadas, a religiosidade e a espiritualidade se destacam na literatura. A imagem de Deus parece influenciar tanto positivamente quanto negativamente as estratégias de lidar com os desastres e perdas e danos decorrentes destes, sendo um mecanismo que permitiu aos participantes realizar os ajustes de experiências e significado que o fator de ameaça representou (ATEN *et al.*, 2008). Esse estudo foi conduzido com 21 sujeitos de 26 a 73 anos de idade, dois meses após a passagem do Furacão Katrina, nos Estados Unidos, e observou-se a presença de uma visão multifacetada e às vezes paradoxal da imagem de Deus no referido evento. As conceitualizações de Deus, no discurso dos sujeitos variavam, como: o onipresente, o onipotente, o distante, o próprio, o presente nos outros, o Deus das lições, o juiz e o pai de amor.

Outro estudo realizado com sobreviventes do Furacão Katrina e do Furacão Rita, mostrou que o fator religioso teve papel mediador nas estratégias de enfrentamento do desastre (CHAN; RHODES; PÉREZ, 2012). Os autores utilizaram três etapas de coleta de dados, entrevistando indivíduos antes, durante e após a passagem dos furacões. Os resultados apontaram que ter religiosidade antes do desastre mostrou-se um fator preditivo de melhor funcionalidade psicossocial após o evento, estando associado a menores níveis de sofrimento psicológico.

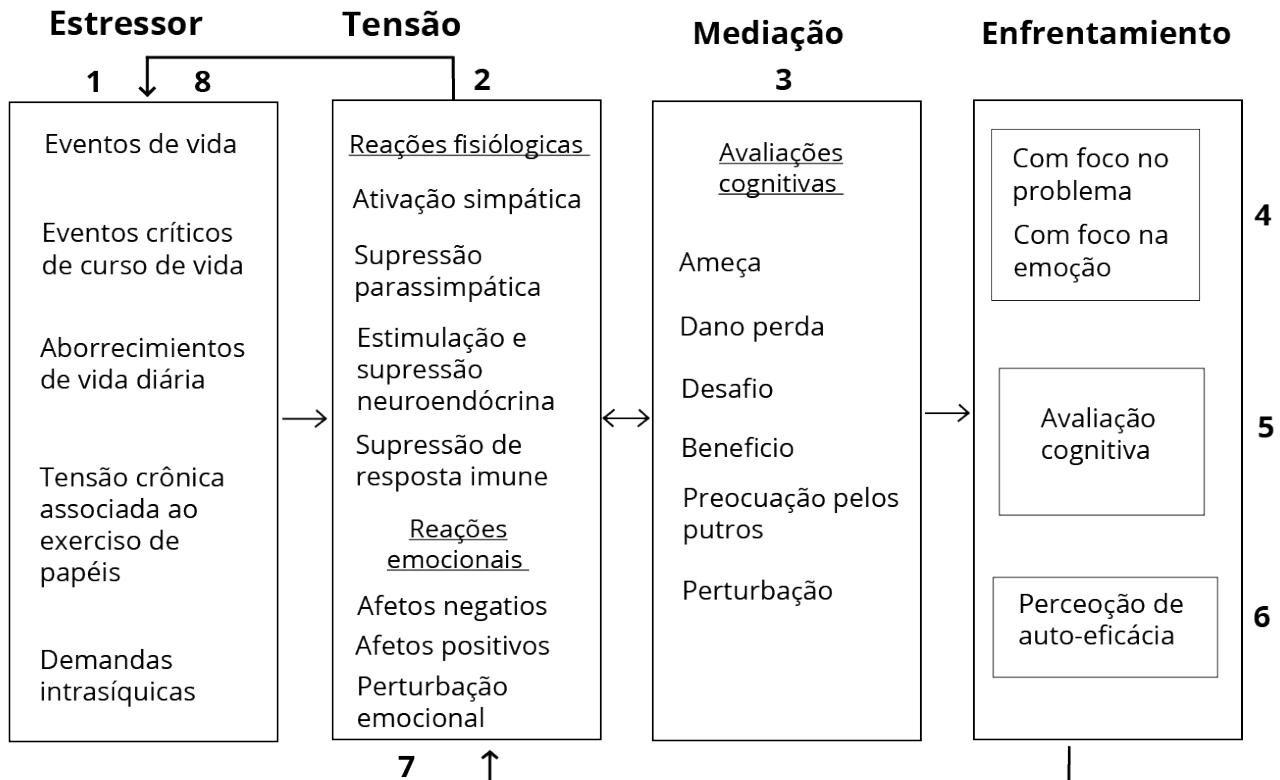
É fato que os desastres podem representar mudanças significativas e desafiadoras na vida de pessoas idosas, sendo também um ponto de referência para outras experiências desafiantes, as quais poderão ocorrer ao longo da vida. Uma pesquisa realizada com nove idosos na Nova Zelândia cujos relatos traziam o evento ocorrido relacionando com experiências prévias, entrelaçadas às suas bibliografias. Os idosos apontavam ainda as consequências remanescentes após a ocorrência da crise aguda, tanto positivas – como a ampliação e fortalecimento de suas redes sociais – quanto negativas, como a presença constante de medos e fobias (TUOHY; STEPHENS, 2012).

Há uma grande preocupação na área de saúde mental, com os impactos cognitivos e emocionais em decorrência de eventos estressantes como os desastres, em especial entre indivíduos de grupos de risco. Os estudos obtidos nessa revisão seguem uma linha interpretativa da afetação diferente ao preconizado neste estudo, embora seja uma linha válida e importante adotada na área da saúde. A afetação no contexto de desastres aqui adotada considera o fator multidimensional e processual das perdas e danos, entremeadado no âmbito privado e coletivo. Os estudos obtidos, por sua vez, trazem a afetação por meio dos impactos na saúde mental de indivíduos, os quais passam geralmente pelo processo de patologização tirando o foco de um processo que é construído e vivido socialmente. Os estudos desta linha, resultantes da revisão, destacam a ocorrência de transtornos mentais, transtornos do humor e pensamentos suicidas entre idosos afetados por desastres, assim como ressaltam o reflexo de situações estressantes na qualidade de vida (QV)³ desses indivíduos.

3 A QV é definida pela OMS (1997, p.1) como a “percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto

De forma geral, em diferentes contextos, na velhice a dinâmica de enfrentamento de eventos estressantes pode englobar tanto estratégias disposicionais quanto situacionais, embora atualmente o enfoque de análise e tratamento dessa dinâmica ocorra predominantemente na perspectiva situacional (NERI; FORTES, 2006). Exemplo dessa dinâmica é apresentado na Figura 1, a partir da interpretação da literatura feita pelas autoras.

Figura 1. Dinâmica estresse-enfrentamento na velhice.



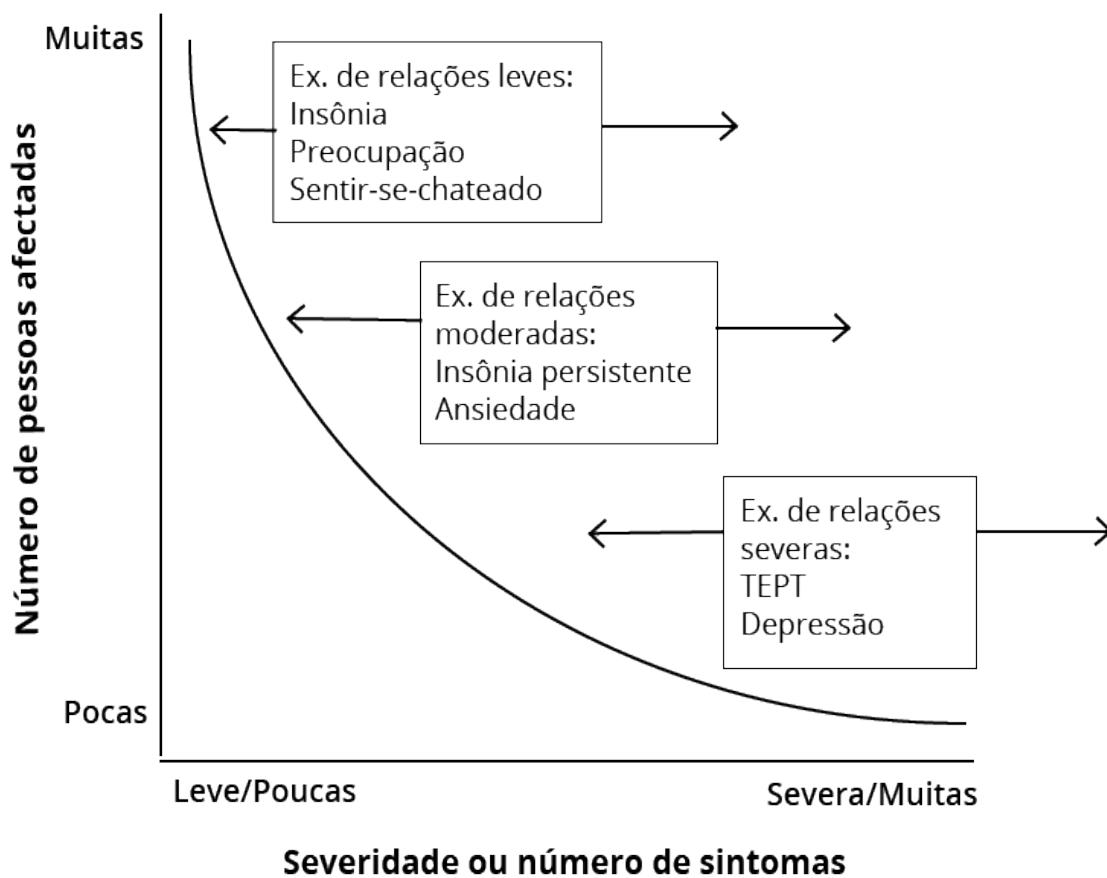
Fonte: Neri e Fortes (2006, p.1282).

Conforme continuam as autoras (2006), a adaptação frente esses eventos dependerão da intensidade destes, do que o idoso considera funcional para sua adaptação, como ele a avalia a situação, como compreende o grau de controlabilidade desta e quais são os repertórios possíveis de serem utilizados para o enfrentamento. De acordo com as estratégias adotadas e posicionamentos tomados, os desdobramentos desses eventos para a saúde poderão variar em intensidade e duração.

dos sistemas de cultura e de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Conforme continuam (1997, p.1), a QV "é um conceito amplo que é afetado de forma complexa pela saúde física da pessoa, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua relação com características relevantes de seu ambiente". Para mais informações sobre QV na velhice, especificamente no contexto brasileiro, consultar Neri (2007b).

Há que se considerar, a variação da gravidade dos sintomas após eventos traumáticos, podendo ser de leve a severa, de curta ou longa duração nos diferentes segmentos etários. Especificamente na área de saúde mental, os CDCs, em 2012, publicaram a revisão *Disaster mental health primer: key principles, issues and questions* em que exemplificam, dentre outros, as principais reações psicológicas leves, moderadas e severas expressas por pessoas afetadas em geral nos desastres. Dentre as informações, apresentaram o Gráfico 1, no qual relacionaram a proporção de pessoas afetadas, a severidade e a quantidade de sintomas.

Gráfico 1. Severidade da reação psicológica após evento traumático.



Fonte: Traduzido pela autora a partir de CDC (2012).

Analisando o gráfico, a quantidade de pessoas afetadas com sintomas tende a diminuir à medida que aumenta a severidade ou número de sintomas. Contudo, os sintomas severos podem ter desfechos clínicos importantes quando não tratados e acompanhados adequadamente, como o quadro de Transtorno do estresse pós-traumático (TEPT)⁴. O TEPT, muito estudado na literatura da saúde acerca dos desastres,

⁴ De acordo com a psiquiatra Dirce Perissinotti da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em entrevista noticiada pelo portal da instituição, o tratamento farmacológico engloba a associação de medicamentos antidepressivos, inibidores seletivos da recaptção de serotonina e ansiolíticos, os quais auxiliam inclusive na psicoterapia do paciente. Disponível em: <<http://www.psiquiatria.unifesp.br/sobre/>>

pode apresentar-se como um quadro agudo (até dois meses) ou crônico (duração indefinida), demandando tratamento farmacológico e intervenção psicossocial de equipe multiprofissional, semelhante às ações empregadas no tratamento da depressão. É indispensável, no entanto, em grupos de risco como os idosos, levar em consideração especificidades biopsicossociais relacionados ao processo de envelhecimento para o correto acompanhamento e tratamento (KNIGHT *et al.*, 2000; JIA *et al.*, 2010; SUZUKI *et al.*, 2011; PIETRZAK *et al.* 2012; BEI *et al.*, 2013; PIETRZAK *et al.* 2013).

Dentre os transtornos, o desenvolvimento de TEPT entre idosos em contexto de desastre pode ocorrer de forma crônica, com elevado número de sintomas desde a ocorrência do evento estressante, assim como tardiamente (PIETRZAK *et al.* 2013; BEI *et al.*, 2013). Os fatores de risco para desenvolver TEPT, em contexto de desastre, incluem: ser idoso, vivenciar situação de perigo, perder familiares e sentir-se culpado pela morte ou lesões causadas em outras pessoas (JIA *et al.*, 2010).

Um fator importante, embora pouco estudado e evidenciado na literatura até recentemente, é o impacto financeiro das perdas associadas ao desastre entre o público idoso, nas trajetórias de sintomas de TEPT, principalmente em casos de sintomas crônicos (PIETRZAK *et al.*, 2013). Pois, com a preocupação em prover o sustento da família, em cumprir com seus compromissos financeiros e em garantir estabilidade para os familiares, os quadros de estresse se intensificam.

Os transtornos de humor também são observados com maior frequência entre idosos em decorrência de desastres. Após a crise aguda, os idosos geralmente apresentam maior número de sintomas depressivos se comparado a grupos etários mais jovens, assim como graus mais severos de depressão (KNIGHT *et al.*, 2000; JIA *et al.*, 2010). Apenas um estudo observou não haver significância estatística de sintomas depressivos entre idosos afetados nos desastres e idosos não afetados (BEI *et al.*, 2013). O referido estudo foi realizado na Austrália, longitudinalmente, com 274 idosos, analisando os impactos físicos e mentais destes em decorrência das enchentes. Contudo, visto a literatura de desastres, a tendência de idosos afetados apresentarem maior quantidade e severidade de sintomas depressivos é mais evidenciada (KNIGHT *et al.*, 2000; JIA *et al.*, 2010; SUZUKI *et al.*, 2011).

Em estudo posterior a estes, pesquisadores encontraram como elementos de correlação positiva para o risco de desenvolver sintomas depressivos: ter vivência anterior de um desastre, ter histórico de TEPT e de depressão anterior a crise aguda (PIETRZAK *et al.* 2012). Entretanto, há contradições entre os estudos levantados e analisados pois ter vivenciado um desastre anterior, pode não apresentar fator de risco de idosos desenvolverem TEPT futuramente com a ocorrência de novos desastres (KNIGHT *et al.*, 2000).

Um estudo japonês realizado por Suzuki *et al.* (2011), apontou a existência de transtornos mentais e pensamentos suicidas entre idosos residentes na comunidade, após três anos da deflagração de um desastre. Assim como, investigou-se os fatores de

risco associados com a QV. No total 496 entrevistas presenciais com idosos de 65 anos ou mais foram conduzidas, utilizando-se o Mini-International Neuropsychiatric Interview (MINI) para rastreamento de transtornos mentais e o World Health Organization Quality of Life-BREF (WHOQOL-BREF), para mensuração de QV.

Os principais resultados dos autores foram que mais idosas receberam diagnóstico de depressão maior frente ao público masculino, com diferença estatisticamente significante, e apresentaram tendências suicidas, embora para estas não houve diferença estatisticamente relevante. Houve porcentagem significativa de subdiagnóstico de transtornos mentais, todavia não foram observados casos de TEPT. Dado divergente de outros estudos, cujos resultados sugerem o maior risco de idosos apresentarem TEPT depois da crise aguda (JIA *et al.*, 2010; PIETRZAK *et al.* 2012; BEI *et al.*, 2013).

Com relação à QV, coabitar com mais pessoas foi associado como fator protetivo para melhorar a QV, ou seja, a maiores escores no WHOQOL-BREF, enquanto apresentar maior gravidade dos danos decorrentes do desastre e portar uma doença física foram classificados como fatores de risco para menor níveis de QV (SUZUKI *et al.*, 2011).

Complementando esses resultados, um estudo sobre a relação de QV e desastre foi realizado em 2011 no Irã, com 210 idosos entre 65-95 anos, cinco anos após a crise aguda. Neste, observou-se que o desastre influenciou para obtenção de escores menores na dimensão psicológica do WHOQOL-BREF se comparado à população em geral. Contudo, a experiência de sobreviver a um desastre foi relacionada a melhores escores de relacionamentos sociais, comparando aos da população em geral. Por outro lado, menor QV em idosos esteve associada com: ser do gênero feminino, ter idade avançada, morar sozinho(a), apresentar aumento da dependência nas atividades de vida diária, ter condições de vida insuficientes, morar em área urbana, desenvolver lesão grave durante a crise aguda e estar temporariamente abrigado (ARDALAN, 2011b).

No estudo conduzido por Langan e Palmer (2012), mesmo depois de quatro anos da crise aguda, à época das entrevistas, os autores destacam que os idosos ainda expressavam luto, tristeza, raiva, necessidade de falar sobre o assunto e de serem ouvidos quanto a afetação vivenciada. Há evidência, ainda, de piora na capacidade de desempenho de atividades básicas e instrumentais de vida diária (ABVD e AIVD, respectivamente) entre idosos até dois meses após a crise aguda (ARDALAN *et al.*, 2011a).

As estratégias de enfrentamento adotadas podem ser compreendidas, principalmente na perspectiva da psicologia, como mecanismos de autorregulação do *self*, por meio das quais as pessoas se adaptam ou procuram se adaptar frente a circunstâncias estressantes. O enfrentamento, na área da psicologia, tido como *coping* tem diferentes definições e correntes de estudo, embora a concepção empregada pelo grupo de Folkman e Lazarus seja a mais utilizada. Note-se que na presente pesquisa optou-se por investigar sobre as estratégias e não sobre os estilos de enfrentamento. A primeira refere-se às ações cognitivas e comportamentais adotadas pelos indivíduos frente a fatores situacionais, enquanto a segundo foca nas características de personalidade dos sujeitos (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998).

Adotando-se a perspectiva do grupo Folkman e Lazarus, as estratégias de enfrentamento podem focalizar o problema ou a emoção. Há situações em que ambas são utilizadas, mas ressalva-se que a referente ao problema é usualmente empregada quando há a possibilidade de modificar a situação. E, voltada à emoção, geralmente é utilizada em situações estressantes cuja origem do estresse não pode ser modificada (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998). As autoras apontam ainda uma terceira estratégia, a focalizada nas relações interpessoais, por meio da qual o indivíduo utiliza sua rede de suporte social para o enfrentamento da situação adversa.

Nos desastres, a presença de estratégias de enfrentamentos mal-adaptativas pode se configurar como risco para a piora da saúde mental de idosos após a crise aguda. Ao passo que estratégias focadas na emoção como aceitação, ressignificação positiva e humor são indicadas como fatores protetivos à saúde mental de idosos nesses contextos (BEI *et al.*, 2013).

Segundo a linha analítica dos autores, pode representar risco para a piora da saúde mental e saúde física de idosos (BEI *et al.*, 2013). O provimento e recebimento de suporte social são funcionalidades muito importantes das redes sociais, em especial, em casos de exposição a eventos estressantes agudos. No caso de pessoas idosas, receber altos níveis de suporte influi positivamente na percepção de suporte social. Ainda, há indicativos na literatura de associação positiva do suporte recebido e fornecido entre idosos em contexto de desastres, em termos de reciprocidade. Assim, os idosos compreendem que retribuir o suporte traz a possibilidade de o suporte estar disponível futuramente. Essas indicações provêm do estudo de Tyler (2006), desenvolvido com 517 entrevistados de 55 a 90 anos, nos Estados Unidos, com média de 67 anos.

Observou-se em outra pesquisa, com idosos nascidos em Hong Kong, que residir junto a familiares, ter vizinhos integrantes de sua rede de suporte social e ter autopercepção de ser capaz de se ajudar, foram fatores associados a estar mais preparado para situações suscitadas nos desastres (LOKE; LAI; FUNG, 2012).

Essas indicações complementam o conhecimento existente na literatura, de que as redes sociais têm percepções positivas devido a estas influírem para minorar impactos emocionais negativos (como o advindo de eventos estressantes), por fornecerem apoio e companhia, por prover sensação de segurança, pertencimento e integração. Esses achados têm como base o estudo de Garcia *et al.* (2005) realizado com 4000 pessoas com 60 anos ou mais na Espanha. Contudo, é importante ressaltar que dispor de uma rede social não implica necessariamente em sua funcionalidade. Assim como, ter redes sociais grandes não significa que todos os seus membros ofertem e recebam apoio, como alertaram os estudos brasileiros de Costa *et al.* (2012) – com 15 idosos afetados por desastres de pequeno e médio porte, no interior paulista – e de Costa *et al.* (2013), com 33 idosos com alteração cognitiva e 33 cuidadores residentes em contexto de alta vulnerabilidade social, no interior paulista, não afetados por desastres.

Antes de adentrarmos nas reflexões sobre os idosos afetados por desastres no Brasil, gostaríamos de apresentar brevemente ao leitor o cenário de nacional de desastres e o de envelhecimento, para situá-lo no tecido macrossocial que estes estão inseridos.

O contexto nacional de desastres

Desastres no Brasil são frequentes. Olhando apenas para registros oficiais como os decretos municipais de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP), reconhecidos por portarias da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) do Ministério da Integração Nacional (MI), observa-se um cenário alarmante. Isto que, também temos casos de desastres que não chegam a ser registrados, como denunciou um estudo realizado no Alto Juruá/AC com povos tradicionais (VENTURATO, 2015). Visibilizar tais registros é importante, pois os eventos relacionados a estes podem se desdobrar em desastres.

No Brasil, no período de 2003 a 2010, houve 13.098 decretos municipais SE e ECP reconhecidos pela SEDEC, com uma média de 1.637,25 decretos anuais. Todos os anos, aproximadamente, 30% dos municípios brasileiros são afetados por desastres, configurando-se como uma crise social crônica (VALENCIO, 2012a). Se olharmos uma década a mais, veremos que entre 1991 e 2012 houve 38.996 registros e 126.926.656 pessoas afetadas no Brasil. Em sua maioria, os registros estão relacionados a eventos como: estiagem e seca, enxurradas, inundações, vendavais e granizo. Dos afetados, 3.448 morreram nos desastres, sendo 2.294 dos óbitos ocorridos apenas na região Sudeste (UFSC, 2013).

Na ótica oficial, os afetados são definidos como “qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre (deslocado, desabrigado, ferido etc.)” (CASTRO, 1998, p.8). Dentre as várias situações em que os afetados são expostos, há quatro principais circunstâncias: o desabrigamento, o desalojamento, o desaparecimento e o óbito. Segundo o Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres, desabrigados são pessoas “cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema” (CASTRO, 1998, p.52). Os desalojados, pessoas que foram obrigadas a “abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema” (CASTRO, 1998, p.52). Os desaparecidos seriam pessoas não localizadas ou de destino desconhecido devido ao desastre. Deslocados, os que necessitam “migrar da região que habita para outra que lhe seja mais propícia” (CASTRO, 1998, p.55).

Soma-se ainda na Avaliação de Danos (AVADAN) da Defesa Civil, os enfermos e os mortos nos desastres que seriam, respectivamente, pessoas que adquiriram ou desenvolveram alguma patologia em decorrência do desastre e, pessoas que foram a óbito durante a crise aguda ou pela falta de assistência a tempo após a crise aguda. Neste a estratificação etária englobava crianças, adultos, idosos com 65 anos ou mais e mulheres grávidas. Com a substituição pelo Formulário de Informações do Desastre (FIDE), em vigência desde 2012, a estratificação etária deixa de ser expressa no banco de dados S2ID do Ministério da Integração.

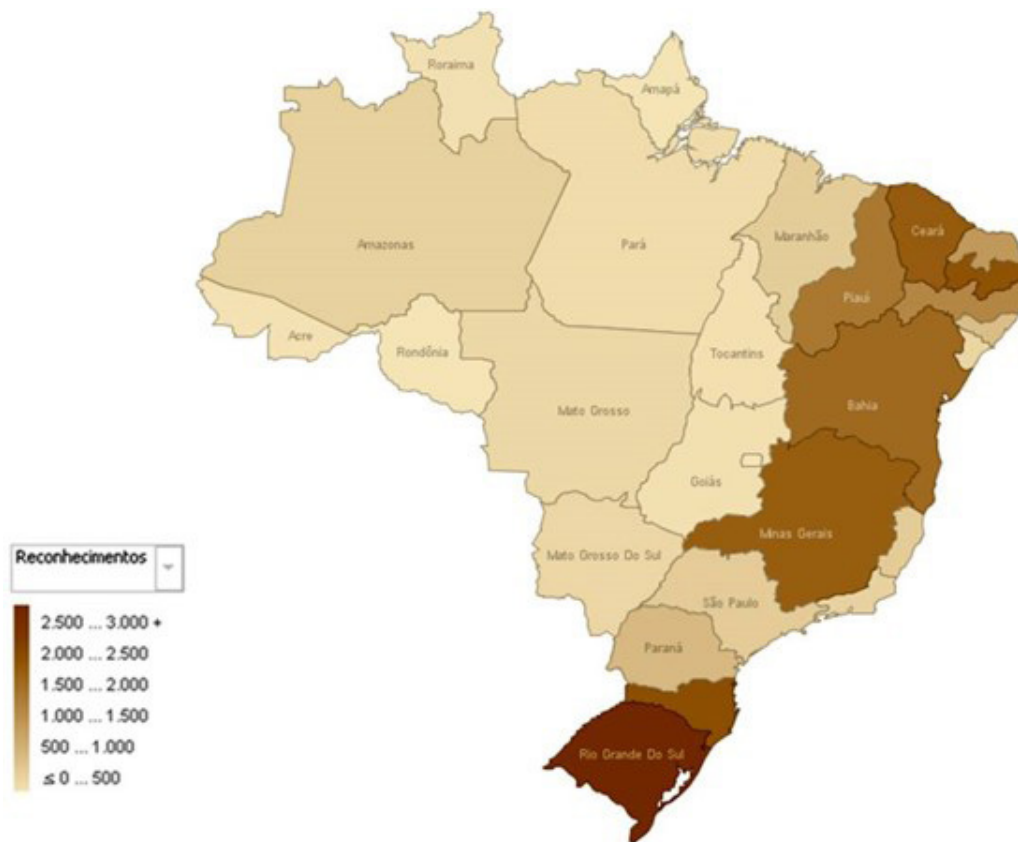
Ao analisar as unidades federativas (UF) brasileiras, no período de 2003-2013, as decretações de SE e ECP aumentaram, fator também atribuído a ampliação da estrutura de defesa civil nos municípios e a melhora na qualidade do registro e comunicação destes com os órgãos estaduais e federais. No Mapa 1, observa-se maior concentração em estados da Região Sul, Nordeste e Sudeste. Na região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro (RJ), recorrentemente é afetado por desastres, com destaque à região serrana.

No Estado do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2012, 727 registros oficiais de desastre foram produzidos. Foram confirmadas 1.680 mortes, 7.743 pessoas enfermas, 12.682 feridas, 177 desaparecidas, 76.132 desabrigadas, 365.957 desalojadas e 4.059.465 afetadas direta ou indiretamente (UFSC, 2013). Dentre os municípios, com maior número de vítimas fatais no período de 1991 a 2012 estão: Nova Friburgo com 440 óbitos; Teresópolis, com 412; e Niterói, com 312 (UFSC, 2013).

O ano de 2011 foi um dos anos com maior presença de decretação de ECP, quantidade de óbitos, de desabrigados, desaparecidos, desalojados e afetados em geral no Estado do Rio de Janeiro. Conforme traz o Atlas foram “892 mortes, 568 feridos, 60 enfermos, 9.437 desabrigados, 28.804 desalojados, 38 desaparecidos e 176.459 afetados” (UFSC, 2013, p.118). Chama a atenção na segunda versão, todavia, o aumento de óbitos em Niterói/RJ, Teresópolis/RJ, Petrópolis/RJ e Nova Friburgo/RJ. Embora, como será discutido mais adiante no contexto teresopolitano, o número de vítimas fatais pode ser maior do que o divulgado oficialmente, como trazem os afetados entrevistados.

Visto esse cenário, o planejamento de ações voltadas para os segmentos considerados mais vulneráveis torna-se fundamental para a proteção da vida e dos direitos destes. Conforme aponta a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) em seu Art. 12º, inciso IV, é finalidade do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) “propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre” (grifo nosso).

Mapa 1. Total de reconhecimentos de SE e ECP, por Unidades Federativas, de 2003 a 2013.

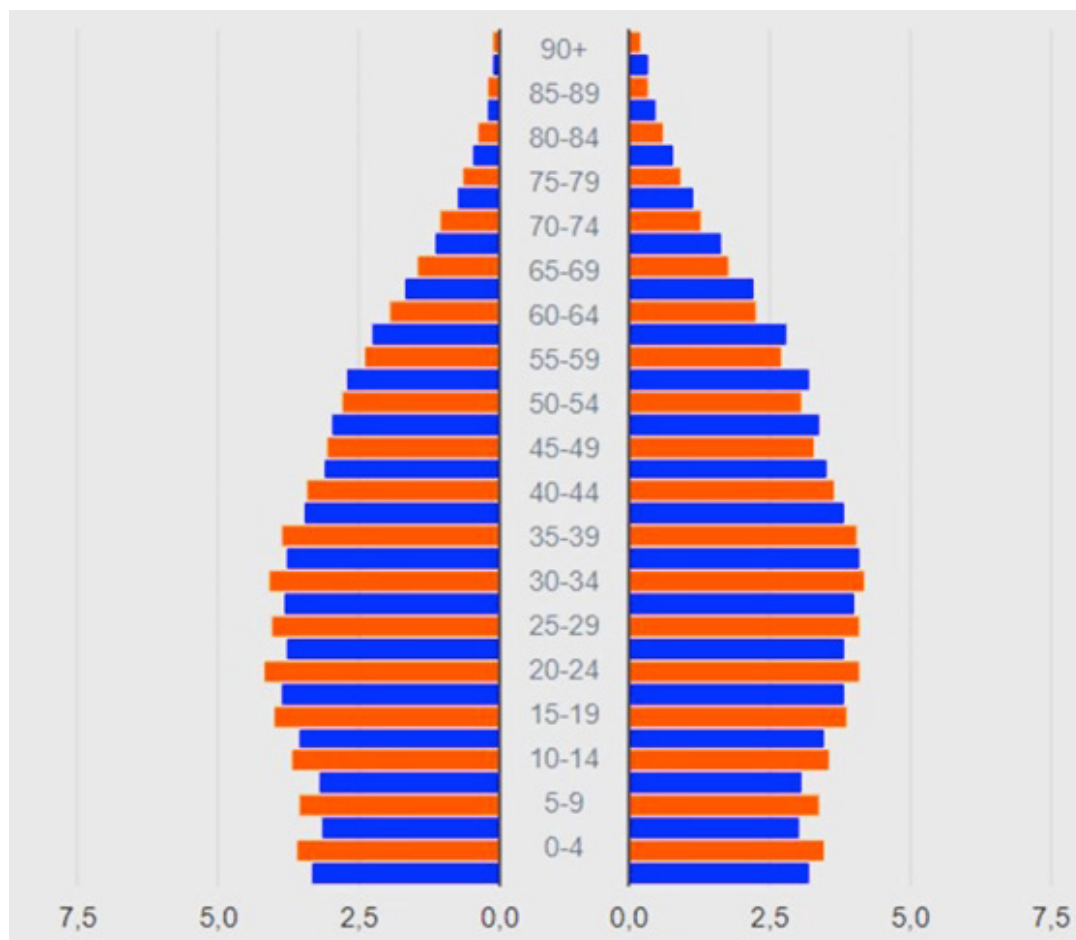


Fonte: Sistematizado pela autora a partir dos dados do MI (2003-2013).

Levando em consideração que vivemos em um país onde 12,1% da população é composta por idosos – com projeção de aumento para representatividade de 22,71% em 2050 (IBGE, 2008, 2010) – compreender a dimensão do envelhecimento no país é importante para o planejamento de ações futuras, priorização de políticas e ações em busca de soluções conjuntas adequadas para atender a demanda emergente desse segmento.

No Estado do Rio de Janeiro, aproximadamente 13% da população é idosa (IBGE, 2010). No Gráfico 2, é possível visualizar a projeção da estrutura da população para o ano de 2018, comparativamente entre Brasil e RJ.

Gráfico 2. Projeção da pirâmide etária entre Brasil (em laranja) e RJ (em azul) para o ano de 2018.



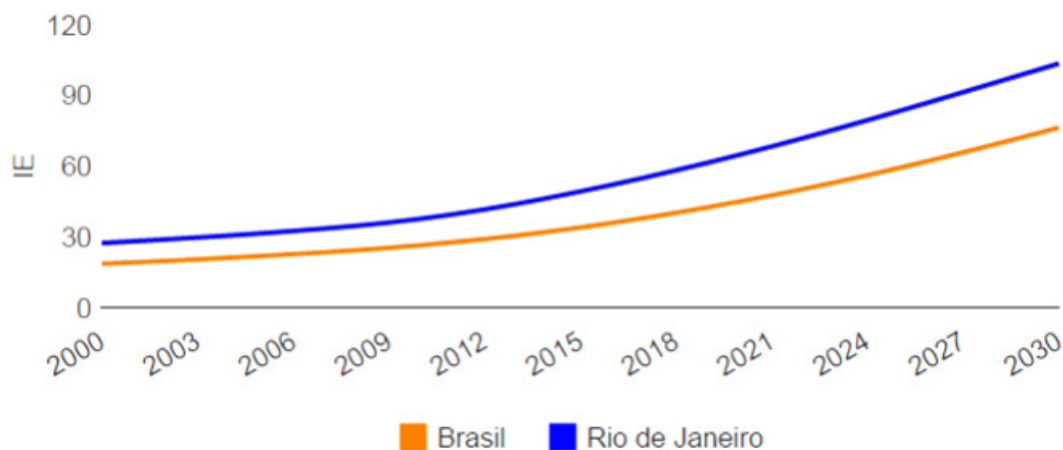
Fonte: IBGE (2018).

No Brasil, devido à transição demográfica, a estrutura populacional caminha para uma forma mais retangular – em decorrência de um estreitamento da base e alargamento do topo – com respectiva redução do segmento da população em idade ativa (PIA) e aumento da população idosa. Entretanto, ainda vivemos um período de bônus demográfico, onde há predominância de PIA. Esse cenário configura-se como um período estratégico para o país se preparar para o futuro, no qual a presença de idosos e as demandas emergentes desse novo cenário se sobressairão.

A tendência de crescimento do segmento idoso frente ao infanto-juvenil, no caso do RJ, pode ser observada no Gráfico 3. Neste, o Índice de Envelhecimento (IE)¹ comparativo entre Brasil e o referido estado revela uma tendência de crescimento no estado acima da média nacional.

1 Índice de Envelhecimento (IE): Razão entre o número de pessoas de 65 anos ou mais de idade em relação ao número de pessoas de menos de 15 anos de idade. Ver mais definições em: IBGE. Conceitos e definições - pesquisas sociais. **Séries Estatísticas & Séries Históricas**, s/d. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_sociais.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2014.

Gráfico 3. Índice de envelhecimento, Brasil e RJ, entre 2000-2030.



Fonte: IBGE (2015).

A literatura gerontológica chama a atenção para o aumento expressivo do segmento feminino entre a população idosa, repercutindo em um fenômeno conhecido feminização da velhice. Esta não se resume apenas à maior longevidade e ao maior número de mulheres nesse grupo etário. Esse fenômeno engloba fatores como o desempenho de papéis sociais, a desenvoltura do *self* e a condição socioeconômica do envelhecer. Acompanha esse fenômeno o prolongamento dos papéis atribuídos na fase adulta, o acréscimo dos novos papéis e fatores intra- e inter-específicos atribuídos à velhice (NERI, 2001; BUTLER; LEWIS; SUDERLAND, 1991). Pois, à mulher é dada a incumbência de existir para os outros, sendo definida dentro do contexto onde está inserida, como mãe, avó, filha, esposa, entre outras (CHAÚÍ, 1985).

Com as mudanças ocorridas desde 1970, dos papéis femininos, da valorização da vida independente e da queda das taxas de fecundidade, entre outros, aumentou nos últimos anos a quantia de idosos morando sozinhos. E, soma-se a isso, o fato de que as mulheres idosas apresentam maior probabilidade de ficar em situação socioeconômica desfavorável e de morarem sozinhas nessas condições, com uma probabilidade de aproximadamente de 15% se comparado ao segmento masculino (CAMARANO, 2006; CAMARANO; KANSO, 2010).

Nesse complexo cenário, várias demandas emergem na sociedade, em diferentes setores como o de saúde pública e suplementar, de assistência social, de seguridade social e privada, de educação, de profissionalização e educação continuada, de defesa e proteção civil, entre outros.

O idoso como um ser social possui direitos a serem garantidos e deveres a serem cumpridos. É dever da família, Estado e sociedade a prestação de cuidados aos idosos e a garantia de condições dignas de vida, conforme o art. 130 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88). Para garantir a proteção e defesa da pessoa idosa, há várias leis, planos, decretos, diretrizes no cenário nacional e internacional. Dentre elas destacam-se, cronologicamente, o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, o Estatuto do

Idoso, a Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa, a I, II e III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborada na II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento celebrada em Madri (2002), trouxe ao cenário mundial vários direcionamentos importantes, sobre a participação ativa do idoso na sociedade, a solidariedade intergeracional, as situações de emergência, a promoção da saúde e do bem-estar ao longo da vida, o acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde, a moradia e condições de vida, entre outros. Esses direcionamentos embasaram posteriormente vários países para a melhoria na atenção à pessoa idosa.

No cenário nacional, o Estatuto do Idoso promulgado em 2003 (EI/2003), trouxe avanços significativos com relação à punibilidade de atos contra a pessoa idosa. Embora, assegure direitos a esse segmento, há críticas na literatura com relação a algumas disposições, como as de Anita Neri – referência na área gerontológica – em seu texto de 2005 “As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso”. Segunda a autora, o EI apresenta uma visão estereotipada da velhice, pautada na incapacidade e compreendida como um problema médico-social. Todavia, o EI/2003 apresenta-se como uma importante ferramenta disponível atualmente na luta da garantia por condições dignas de vida.

Em 2006, a Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa foi publicada e dispôs sobre a recuperação, manutenção e promoção da saúde da pessoa idosa. Apesar dos avanços decorrentes da criação da política, a implantação permanece desafiadora especialmente em áreas rurais.

As conferências voltadas aos direitos da pessoa idosa vêm, dessa forma, conferir se os direitos expressos estão sendo respeitados e propor ações para que os direitos sejam acessados. A I, II, III e IV Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa realizadas em Brasília, respectivamente nos anos de 2006, 2009, 2011 e 2016 reforçaram a necessidade de criação de instrumentos para viabilização das políticas públicas, a criação de uma rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, bem como a ampliação e articulação dos mecanismos de controle social (ex. ouvidorias, varas especializadas, defensorias públicas, juizados, delegacias e promotorias). As conferências, além de representarem espaços para reflexão sobre as condições para o envelhecimento no país, reforçam a importância do idoso na sociedade (BRASIL, 2014).

Ao idoso dá-se, entre outros, a função social de lembrar, conservar a memória social e aconselhar, à medida que faz a ponte entre o que foi e o que está por vir (BOSI, 1994). Todavia, na sociedade capitalista este frequentemente não é valorizado, ouvido e considerado como capital humano de grande valia.

Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si somente para o outro. E este outro é um opressor (CHAUÍ, 1994, p.XVIII).

A memória que este indivíduo porta permanece coletiva “porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2004, p.30). Como defende Bosi (1993) as lembranças podem se constituir, em seu conjunto, como uma construção social do coletivo com o qual o portador da memória convive. Embora este selecione o que será lembrado, pois a forma de lembrar “[...] é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique” (CHAUÍ, 1994, p.XXX).

No desenvolvimento da memória coletiva, “não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos” onde esta marca um lugar e é marcada por este (HALBWACHS, 2004, p.88). E, é no lugar onde o espaço é vivido, as memórias são construídas, as experiências renovadas (SANTOS, 2001). Como diria Ana Fani Carlos (1999, p.27) “o sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida”.

Cabe ressaltar que mesmo nos casos de alteração cognitiva, com comprometimento de funções como memória e linguagem, a função social do idoso de representar a construção social de uma coletividade, acerca de lugares e de relações estabelecidas, é passada às novas gerações através de elementos bibliográficos – sejam eles materiais, espaciais, interpessoais ou simbólicos – assim como, por meio dos vínculos formados e da memória dos sujeitos integrantes da rede desses idosos.

Quando ocorre um desastre de proporções catastróficas, com a mudança radical na composição do espaço e dos que ali habitam, há mudanças também nas memórias coletivas, nos *habitus*, nas relações que estabelecem com o lugar e com as pessoas.

É importante explicitar que por *habitus* se entende uma capacidade de gerar produtos, tais como pensamentos, percepções, expressões e ações, marcados pelas condições historicamente e socialmente situadas de sua produção. Assim, no *habitus* está presente a dialética entre a exterioridade/o meio social e a interioridade/indivíduo (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, o *habitus* em Bourdieu pode ser compreendido como:

[...] um sistema de esquemas individuais, socialmente construído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p.63).

A vida cotidiana, por sua vez, não se resume aos “usos e costumes” e rotinas presentes na vida privada e na cotidianidade (MARTINS, 1996). Como continua o autor, à noção de vida cotidiana, as dimensões histórica e temporal são importantes, pois a contextualizam. A vida cotidiana da qual o homem simples vivência, é formada por instabilidades, choques, rupturas e desafios constantes, os quais também propiciam momentos de transformação, de necessidade de ousadia e transgressão (MARTINS, 1998).

Com a deflagração do desastre na vida cotidiana, há mudanças em diferentes aspectos da vida, pois

“[...] um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, [...] seja porque modifique o lugar [...]. A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo” (HALBWACHS, 2004, p.140).

No contexto brasileiro, o processo de começar a olhar para grupos mais vulneráveis aos desastres é recente. No capítulo a seguir, empreende-se um esforço para capturar a produção nacional sobre o tema envolvendo um desses grupos, o de idosos, complementando as discussões aqui iniciadas e as do capítulo anterior sobre a afetação de idosos no contexto internacional.

Estudos nacionais sobre idosos em contexto de desastres

Ao buscar literatura nacional sobre os idosos em contextos de desastres, poucos foram os trabalhos encontrados, os quais eram majoritariamente de autoria de integrantes e ex-integrantes do NEPED/UFSCar. As áreas de formação dos autores foram variadas, tendo estudos de diálogos entre profissionais da Gerontologia, Sociologia, Enfermagem, Psicologia, Assistência Social e Ciências Sociais.

Em 2006, Zago analisou sócio-historicamente os danos relacionados às chuvas em São Carlos/SP, no interior paulista, em sua monografia de conclusão de curso. A pesquisadora integrava o NEPED na época e o trabalho foi o primeiro classificado no Concurso Anual de Monografias da Fundação Pró-Memória de São Carlos (2005/2006). No estudo, considerou-se a memória de três idosos e um adulto de 54 anos para a compreensão dos desastres no município, em relação às chuvas e às enchentes do Córrego Gregório ocorridas no centro do município. A pesquisa traz um panorama de como eram as enchentes antes das obras atuais efetuadas na região central, de como os entrevistados compreendiam a causa da ocorrência das enchentes, de como era a organização social frente às enchentes e de quais eram os danos e perdas ocorridos no corpo social. Seus resultados contribuem, portanto, para ressaltar a importância da memória social, por meio da pessoa idosa, para a conformação das políticas públicas e da história local.

Em 2012, Sartori, também integrante do NEPED, trabalhou em sua monografia sobre a memória social e as práticas sociais de pessoas idosas com relação aos raios no município de São Caetano do Sul/SP. Dentre os principais resultados, a autora destacou o conflito entre as práticas sociais tradicionais e o discurso técnico-científico relatados e praticados pelos idosos entrevistados. Como observou, o enfrentamento dos raios e tempestades mudou ao longo das gerações familiares, com diminuição das práticas sociais tradicionais, nas quais a mulher, reconhecida como chefe do lar, tinha o 'medo' dos raios e a responsabilidade pela proteção familiar em relação a estes. O estudo captou distintos relatos das práticas, rituais e costumes das famílias dos idosos, categorizados como mito ou atraso cultural por estes, embora alguns relatassem a efetividade dessas práticas. Mesmo com o discurso técnico-científico adotado, o medo e a ansiedade dos raios a princípio presente no outro, apresentou-se posteriormente entremeadado ao discurso dos idosos.

Em 2014, em continuidade ao estudo da memória social de idosos, a autora defendeu sua dissertação de mestrado intitulada "Como Esquecer? Memórias de um desastre vivenciado", tendo por base o caso de São Luiz do Paraitinga/SP. A pesquisadora estudou o processo social da construção do *desastre vivenciado* por idosos, evidenciando um quadro de incorporação da injustiça social decorrente do desastre deflagrado em 2010 no município. Dentre os vários resultados de sua análise qualitativa, destaca-se a resistência cultural como forma de enfrentamento dos desastres, a qual se apresentou marcadamente por meio da arte e da religiosidade. Outro dado importante foi a análise do caso de uma ILPI, onde a evacuação e o processo de transferência dos idosos trouxeram

sofrimento aos idosos e evidenciou o despreparo da instituição e do município em auxiliar os idosos institucionalizados durante e após a crise aguda.

Em 2012, Viana *et al.* (2012a), pesquisadoras do grupo “Saúde e Envelhecimento” e do NEPED, realizaram um trabalho teórico sobre o processo de envelhecimento em contexto de desastre, a partir do cenário paulista. O capítulo teórico trouxe reflexões gerontológicas sobre o processo saúde-doença de idosos, chamando a atenção questões importantes a serem consideradas para pensar ações em prol de pessoas em processo de senescência e senilidade. Dentre os desafios a serem considerados, destacam-se os que emergem do entrelaçamento do aumento da ocorrência de desastres com uma população cada vez mais longeva. Assim, a tendência de aumento de idosos residirem sozinhos, de co-morbidades entre o segmento e de pessoas com dificuldade na realização das atividades de vida diária (AVDs), tornariam-se questões fundamentais a serem incluídas nas ações de prevenção à recuperação para o enfrentamento dos desastres.

No mesmo ano, Viana *et al.* (2012b) apresentaram um trabalho quantitativo sobre os municípios com maior número de decretação de SE e ECP de cada região administrativa do país, no período de 2009 a 2011. Na primeira etapa foram localizados 22 municípios, os quais tiveram seus AVADANs analisados para contabilizar o contingente idoso (≥ 65 anos) afetado. No total, 47.113 idosos foram afetados no período, sendo 86,16% classificados como afetados em geral, 10,15% como enfermos, 2,14% como desalojados, 1,03% como deslocados, 0,51% como desabrigados e 0,01% como vítimas fatais. A afetação ocorreu predominantemente desastres relacionados a eventos como chuva (57%) e estiagem (40%); de médio (81,7%) e grande porte (15%); em área rural (59,5%) e urbana (38,1%).

Costa *et al.* (2012), na época com integrantes no referido grupo de pesquisa, apresentaram o trabalho “Rede de apoio social ao idoso vítima de desastre ambiental”, e discutindo sobre o apoio social em idosos afetados por desastres de pequeno e médio porte em São Carlos/SP. Com o emprego do Modelo de Escolta Social e questionário com 15 idosos – maioria mulheres, brancas, católicas, com idade entre 60 e 89 anos, viúvas, com escolaridade de 4 a 7 anos e renda de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo –, observou-se que na estrutura da rede dos idosos, a maioria dos membros era do sexo feminino, com faixa etária entre 30 a 39 anos de idade, na condição de netas dos entrevistados. O principal processo de afetação levantado pelos idosos foi a alagação da residência, a qual ocorre com frequência na localidade investigada. Embora as redes de apoio fossem numerosas, poucos membros exerciam a função de dar e receber apoio, sendo que na crise aguda identificam pessoas próximas da família e vizinhos como principais membros a exercerem tal função.

Em 2014, Viana *et al.* publicaram sobre o tema da saúde humana e ambiental nos desastres, sendo apresentadas visões de profissionais de diferentes áreas. Nesse capítulo que integrou o livro “Segurança humana no contexto dos desastres”, após discutir questões referente à saúde humana, saúde da terra e saúde mental, trouxeram, especificamente sobre os idosos, o relato de duas pesquisas apresentadas por Viana *et al.* (2012b) e Costa *et al.* (2012) no IV Programa de Estudos “População, Ambiente e Desenvolvimento: segurança humana em contexto de desastres” realizado em outubro de 2012.

No mesmo ano foi publicado um capítulo, com reflexões de interface da gerontologia com a sociologia, sobre as dimensões sociais e de saúde de pessoas idosas envolvidas no contexto da seca, em estudo do caso de Manaíra/PB (VIANA, 2014). O capítulo traz o resultado de uma pesquisa iniciada em 2012 e finalizada em 2014, na qual foi investigado o município com maior decretação de SE e ECP no período de jan/2006-dez/2013 no Estado da Paraíba. Foi realizada pesquisa bibliográfica, levantamento e análise documental, incluindo legislações, recortes jornalísticos e documentos oficiais como o AVADAN. Procurou-se observar o tipo e porte do evento, tipo de afetação prevalente, em especial entre o segmento idoso. Os principais resultados são escassez de informações de saúde em um contexto em que 47,91% da população é pobre e 32,63% extremamente pobre, com taxa de envelhecimento e esperança de vida ao nascer abaixo da média nacional, com dificuldade de acesso à água potável e tratamento de esgoto, com recorrente perda da produção agrícola e com população idosa afetada situada majoritariamente (62%) na área rural. Assim, o estudo alerta para as condições humanas nesse cenário e os quadros de morbidade e estado nutricional de idosos em contexto de recorrente decretação de SE, por estiagem ou seca no município.

Outros três estudos nacionais próximos a temática são listados, embora não correspondam à investigação da afetação e do enfrentamento de idosos em contexto de desastre. São estudos sobre intervenção psicológica com idosos e adultos após a crise aguda, levantamento estatístico sobre perfil de vítimas e levantamento teórico não estruturado sobre vulnerabilidade entre idosos em contexto de desastres.

No primeiro, Massing, Lise e Gaio (2009) relatam uma intervenção realizada em grupos operativos, em Guaraciaba/SC, no ano de 2009, após a passagem de um tornado no município. Na intervenção, os participantes – separados em dois grupos, um de idosos (62 a 82 anos) e outro de adultos (18 a 50 anos) – relatavam suas vivências sobre o evento traumático. A técnica de Debriefing psicológico foi adotada para minimizar ‘sintomas’ como choro, medo e quadros depressivos para auxiliar no enfrentamento das perdas sofridas. Embora a intervenção adote uma perspectiva diferente à adotada na presente pesquisa, esta vai ao encontro dos estudos de saúde mental obtidos na pesquisa bibliográfica, principalmente por apenas classificar/patologizar um sofrimento que é multidimensional e envolve danos na esfera material, simbólica e interpessoal.

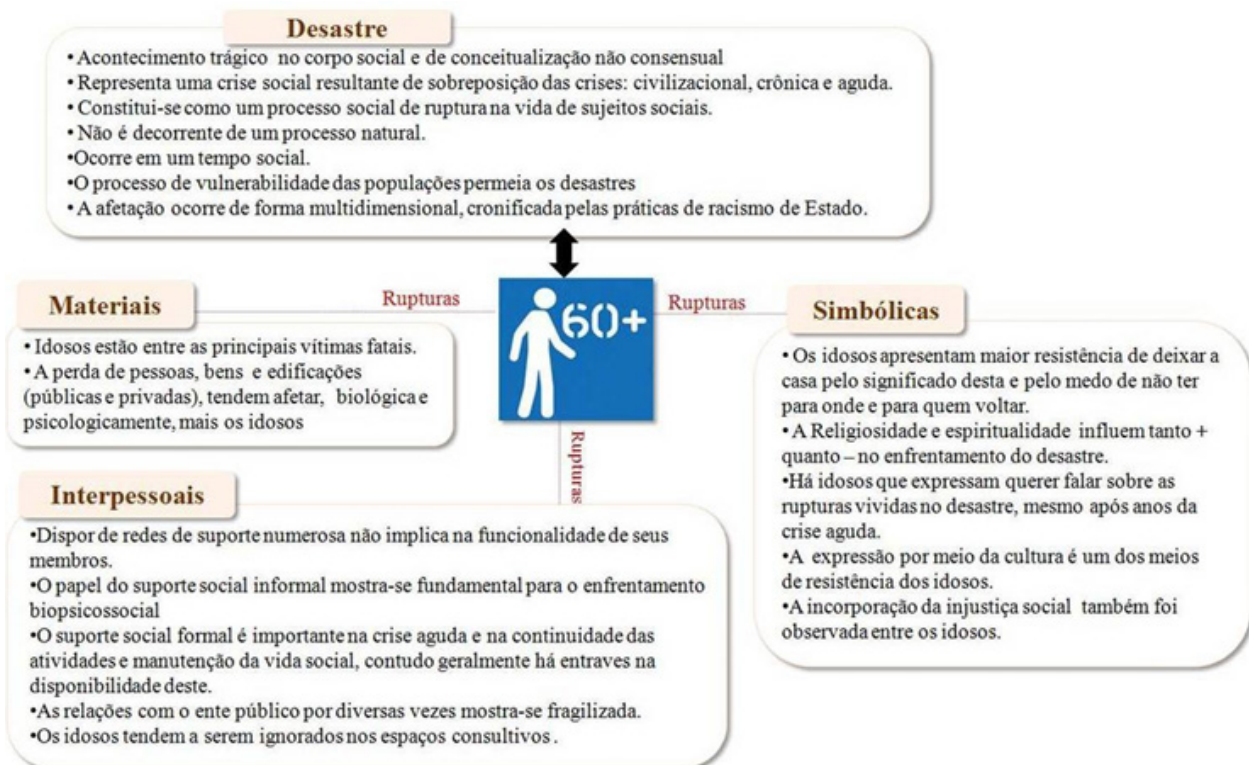
No segundo, Brito Jr. *et al.* (2012) realizaram um estudo quantitativo e descritivo de regressão multivariada, para determinar o perfil da população afetada por desastres, a partir dos dados da Defesa Civil de São Paulo, entre 2005 e 2012, considerando todos os segmentos etários. Os principais resultados obtidos foram: crianças do sexo feminino (0-14 anos) seguido de homens idosos (>60 anos) estavam entre as principais vítimas fatais em eventos relacionados aos deslizamentos de terra; homens idosos seguido de homens adultos (25-60 anos), entre as principais vítimas fatais em eventos relacionados às enchentes; e adultos do sexo masculino e adolescentes (15-24 anos) estavam entre as principais vítimas fatais em eventos relacionados aos raios.

Por fim, Bodstein, Lima e Barros (2014) fazem uma análise teórica sobre a vulnerabilidade e o segmento idoso em contexto de desastre. Contudo, não se descrevem

as bases/revistas consultadas para o recorte teórico adotado ou se realiza um debate mais aprofundado com a literatura já produzida sobre o tema.

Os pontos principais das discussões da afetação dos idosos no cenário nacional e internacional são apresentados esquematizados no Quadro 1.

Quadro 1. Quadro síntese do contexto nacional e internacional de desastres nos estudos conduzidos com idosos.



Fonte: A autora, a partir das leituras realizadas para a realização desta pesquisa¹.

No enfrentamento dos desastres, idosos utilizam mecanismos individuais e coletivos para lidar com as rupturas nas diferentes esferas da vida cotidiana. Esses mecanismos podem ser fortalecidos pela atenção do setor de saúde e assistência social, contudo é importante que as práticas de atenção aos idosos não sejam homogêneas ou homogeneizadoras, visto a heterogeneidade do segmento idoso, do processo de envelhecimento e das relações sociais envolvidas.

¹ O símbolo do idoso adotado no quadro é de autoria de Ciro Roberto de Matos. A imagem foi a vencedora do movimento “Nova cara da terceira idade” lançado pela agência *Garage Interactive Marketing* em 2012. Atualmente, o movimento é patrocinado pela BrasilPrev para substituição do pictograma atual referente à pessoa idosa. Esse símbolo procura mudar o estereótipo da velhice associada às doenças e limitações físicas, sendo solicitada ajuda à população para divulgá-lo e difundi-lo. O novo símbolo é disponibilizado para download ao público no site do movimento, onde mais informações podem ser consultadas em: <http://novacaraterceiridade.com.br/>. Acesso em 14 de julho de 2014.

Muitos estudos na área da saúde, no entanto, trazem uma visão da afetação em termos de sinais e sintomas, sendo variadas as consequências destes para os idosos. Na área da saúde mental, observou-se predominância de estudos internacionais, com abordagem das teorias cognitivas de estresse, tendo como principal conceito o enfrentamento (coping). Destacaram-se, nessa abordagem, estudos acerca de TEPT e de sintomas depressivos, embora houve pesquisas realizadas em diferentes contextos sócio-culturais, que relacionaram os impactos de eventos estressantes na saúde global e na qualidade de vida de idosos.

Esses estudos compõem uma corrente teórica paralela à corrente da Sociologia dos Desastres aqui preconizada, na qual onde as relações sociais e não apenas os fatores biológicos e psicológicos de indivíduos constituem a raiz da afetação nos desastres. Os estudos na corrente do estresse pós-traumático priorizam a atuação sob o estado individual de saúde após a crise aguda, não cabendo nela, portanto, um debate sobre fragilidades sociopolíticas que corroboram para o desenvolvimento das patologias nos sujeitos. Como bem trouxe Valencio (2014c), há vários elementos sociais indicativos da violência do meio técnico contra os grupos sociais afetados. Esses elementos, representativos de grande sofrimento social, têm diversos desdobramentos na vida cotidiana dos afetados, inclusive o de “surgimento de enfermidades e aumento de risco de lesões” (VALENCIO, 2014c, p.3638).

No Brasil, entretanto, estudos sobre memória social e suporte social de idosos predominam, em uma perspectiva da Sociologia dos desastres e interface desta com a Gerontologia. Os estudos nacionais reforçam que as políticas voltadas para a atenção à pessoa idosa, não garantem a efetivação de direitos em caso de desastres. Sobressai no Brasil, todavia, um déficit de pesquisas, políticas públicas e ações institucionais voltadas aos idosos nesses contextos. São escassas ainda, políticas e ações públicas construídas conjuntamente a essa população, a qual é guardiã da memória social e de um saber local, mas que não é valorizada nos espaços decisórios e consultivos para a formulação de políticas públicas (CHAUÍ, 1994; BOSI, 1994).

Uma preocupação presente na literatura é a integração dos idosos nos processos de planejamento da prevenção à reconstrução. Uma necessidade presente em vários países, visto a desarticulação das ações públicas para com as necessidades e expectativas da comunidade e das pessoas idosas. Dentre os estudos, destaca-se que ter rede de suporte social extensa previamente à crise aguda não implica, necessariamente, em sua funcionalidade em situações de emergência. Todavia, ter rede de suporte familiar apresenta-se como fator protetivo para saúde mental, para preparar-se em caso de emergências e para melhores estratégias adaptativas de enfrentamento após a crise aguda. A rede de suporte formal por meio do Estado, por sua vez, é apresentada como falha no contexto de desastres para com o segmento idoso, principalmente nos estudos conduzidos no Brasil.

Como o desastre e as rupturas geradas nesse contexto não se restringem à crise aguda, as demandas por assistência visibilizadas na crise aguda muitas vezes necessitam continuar por três, quatro, cinco anos entre o público idoso como trouxe parte dos estudos. Essa preocupação reforça a concepção de que o desastre ocorre em um tempo

social e não em um tempo cronológico e, por conseguinte, as ações voltadas a esse grupo não podem se limitar ao momento da resposta. E, dada a complexidade e dimensões envolvidas, essas ações necessitam ser de caráter holístico, participativo e biopsicossocial.

Influi sob essas ações as orientações teóricas que os grupos sociais e os tomadores de decisão adotam, pois de acordo com a forma como concebem os desastres, há influência nas formas de atuação nas prioridades estabelecidas e nas formas de agir ao longo do processo social de conformação destes. Portanto, enquanto os desastres forem considerados “naturais” e, o debate sociopolítico aqui apresentado for deslegitimado, haverá entraves para a defesa da dignidade humana, da proteção social e da justiça social e ambiental dos afetados de diversos segmentos etários.

Após essa jornada pela literatura gerontológica e das ciências sociais sobre desastres, espero que neste ponto esteja mais clara a abordagem adotada destes e como impactam nacional e internacionalmente a vida cotidiana dos direta e indiretamente afetados. Podemos então, mergulhar juntos no caso de Teresópolis/RJ, tão emblemático que deu início a este estudo. Busca-se aqui compreender o desastre sob a ótica da pessoa idosa e seus familiares, propondo-se a descrever e analisar, numa perspectiva de interface da sociologia e da gerontologia, dimensões materiais, simbólicas e interpessoais de afetação, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas.

Constituíram os objetivos descrever e analisar as afetações materiais, simbólicas e interpessoais dos idosos e seus familiares no contexto de desastre, no que se refere às perdas e danos ocorridos, assim como às estratégias de enfrentamento adotadas nesse contexto. Descrever e analisar as informações oficiais e midiáticas, no que se refere às dimensões materiais, simbólicas e interpessoais do desastre em curso em Teresópolis/RJ. E, por fim, sintetizar, por meio de quadros esquemáticos, os resultados obtidos das análises das dimensões materiais, simbólicas e interpessoais, no que se refere ao meio oficial, midiático e da pessoa idosa no contexto familiar.

Trata-se de um estudo exploratório e analítico, de natureza descritiva, com a utilização do método qualitativo de investigação, sob a perspectiva de interface da sociologia e gerontologia. São utilizadas três técnicas integradas neste estudo: a de levantamento bibliográfico em bases virtuais e físicas; a de análise documental de portarias de reconhecimento de SE e ECP, de registros oficiais, das legislações vigentes e dos registros jornalísticos online; e a de pesquisa de campo que englobou entrevista, diário de campo e fotodocumentação.

A revisão bibliográfica deu suporte para a pesquisa, identificando o que havia sido publicado sobre a área e quais lacunas existiam para serem estudadas e aprofundadas. Ainda, contribuiu para a análise dos resultados, visto que houve similaridades e diferenças entre aspectos levantados nesta pesquisa e o presente na literatura.

A análise documental auxiliou para o levantamento de como o meio oficial e o midiático compreendiam e atuavam no cenário de desastres no país e no município

estudado. Assim, possibilitou-se a comparação entre as ações e posicionamentos dos diferentes atores, a saber: do poder público, da mídia e da comunidade.

A pesquisa de campo, a qual congregou as entrevistas por meio do relato oral, a observação da pesquisadora para a composição do diário de campo e a fotodocumentação, possibilitou entrar em contato com idosos, familiares e membros da comunidade afetados e reunir seus questionamentos, suas angústias, suas afetações e seus modos de enfrentamento adotados frente ao desastre. A partir da pesquisa de campo, as informações colhidas nas etapas anteriores foram analisadas e o observado em campo foi comparado com os discursos e ações dos diferentes atores.

Afetação e enfrentamento dos desastres na escala microssocial: o caso dos idosos teresopolitanos

Teresópolis, 12/01/2011. O dia amanheceu e aos poucos se tomava conhecimento do que ocorrera durante a madrugada. O município não estava preparado para isto. A região serrana do Rio de Janeiro não estava preparada. Reconhecido por meio do decreto municipal nº 3988, esse evento compôs o que foi considerado um dos maiores desastres registrados no país. O desastre acometeu outros municípios da região serrana vitimando pessoas, animais, danificando infraestrutura pública, privada... Desde a constituição de Teresópolis/RJ há relatos e, após 1974, registros oficiais de episódios recorrentes de deslizamentos e enxurradas com afetação à população. Contudo, naquele janeiro de 2011 foi diferente.

Teresópolis/RJ foi cenário de um dos desastres mais catastróficos recentes, estando entre os três municípios com maior número de mortos no desastre que acometeu vários municípios do Estado do Rio de Janeiro em 2011.

O município (Mapa 2), fundado em 06 de julho de 1891, possuía população estimada em 2018 de 180.886 habitantes em uma área de 773,34 Km². Sua densidade demográfica é de 212,49 hab/km² e está localizado a 871 metros de altitude, na região serrana do Rio de Janeiro (IBGE, 2010, 2018). Referente ao clima, este é tropical de altitude e, como consta no *site* da Prefeitura de Teresópolis/RJ, o Índice Pluviométrico do município é cerca de 900 mm por ano, com temperatura média anual de 20°C. Segundo a mesma fonte, suas principais atividades econômicas estão ligadas ao turismo, à indústria, ao comércio e à agricultura.

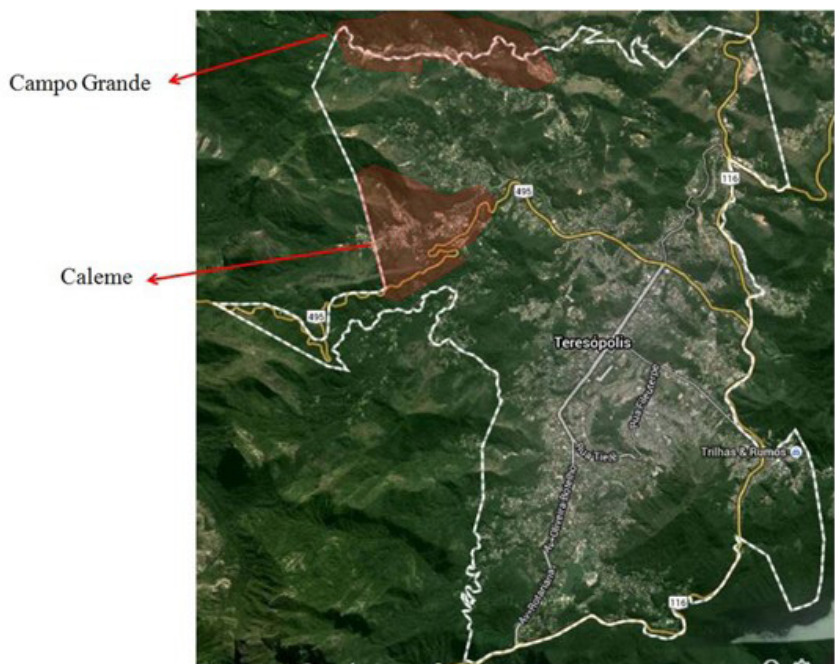
O município de Teresópolis/RJ, em destaque na Imagem 1, teve vários bairros afetados. O campo escolhido para esta pesquisa – após levantamento documental e reconhecimento de campo – foram dois bairros severamente afetados em 2011, o Campo Grande e o Caleme (Imagem 1).

Mapa 2. Estado do Rio de Janeiro: regiões de governo e municípios.



Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (2014).

Imagem 1. Município de Teresópolis/RJ, com destaque para os bairros pesquisados.



Fonte: Google Maps, 2014.

Foram considerados sujeitos desta pesquisa, pessoas com 60 anos ou mais, de acordo com o Estatuto do Idoso (EI/2003), afetadas por desastres e membros familiares destes. Adotou-se como conceito de família a “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; independentemente de orientação sexual”, conforme a Lei nº 11.340, de 2006, no art. 5º, inciso II, parágrafo único.

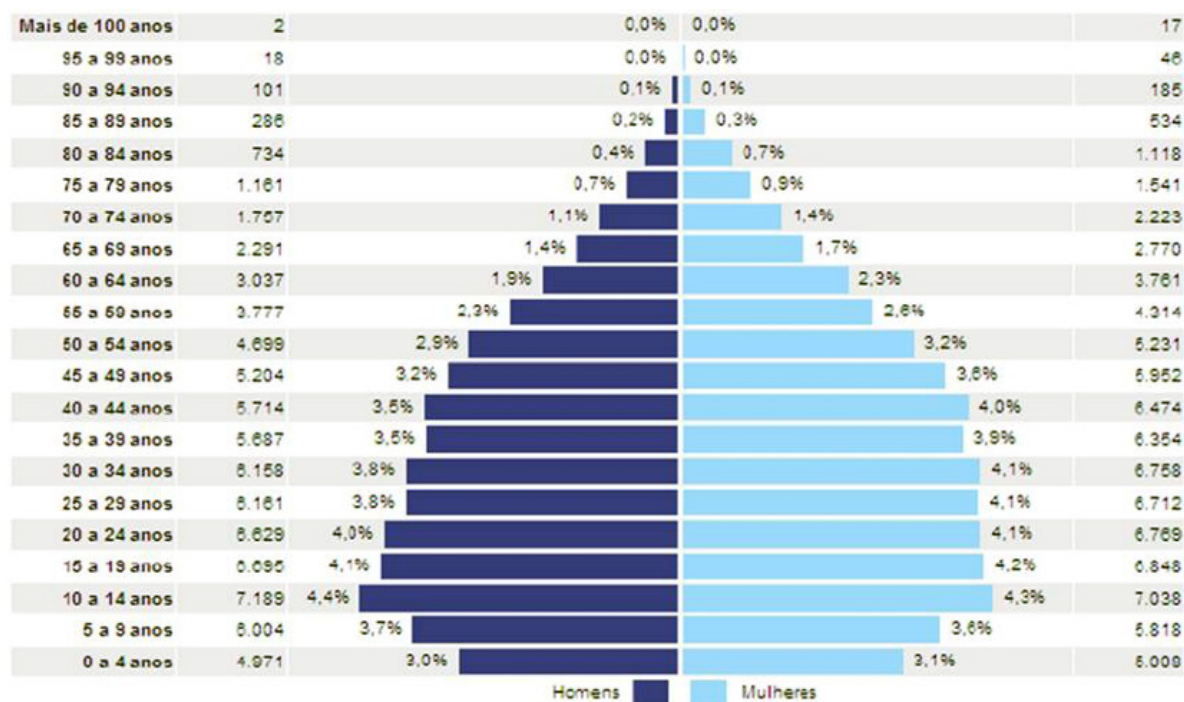
O município é considerado, conforme traz o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na faixa de 0,700 – 0,799, com o valor de 0,730 no ano de 2010. O IDHM abrange três dimensões para seu cálculo e, na última década, a que mais aumentou numericamente foi a Educação nas cinco categorias (de 0,440 para 0,605), seguida de Longevidade (de 0,773 para 0,855) e de Renda (de 0,724 para 0,752).

Com relação à renda dos munícipes, a renda *per capita* aumentou na última década, de R\$723,68 em 2000 para R\$859,79 em 2010. Ao passo que diminuiu a porcentagem de pessoas extremamente pobres (% de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais) de 2,58 para 1,58; pobres (% de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais) de 12,54 para 7,06; e o grau de concentração de renda (Índice de Gini) no mesmo período, de 0,57 para 0,56 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Todavia, segundo o último censo populacional, das pessoas em condição de extrema pobreza 3,52% estariam na área urbana do município e 4,98% na área rural (IBGE, 2010). Destaca-se que 16% dos domicílios teresopolitanos são abastecidos de forma inadequada, 30,7% não dispõem de escoamento de esgoto adequado e 25,6% da população residente em aglomerados subnormais (IBGE, 2010). E, como será discutido mais adiante, esse cenário de inadequação de saneamento básico se observa nos bairros estudados, assim como os aglomerados subnormais às margens de um manancial, em área de acentuado.

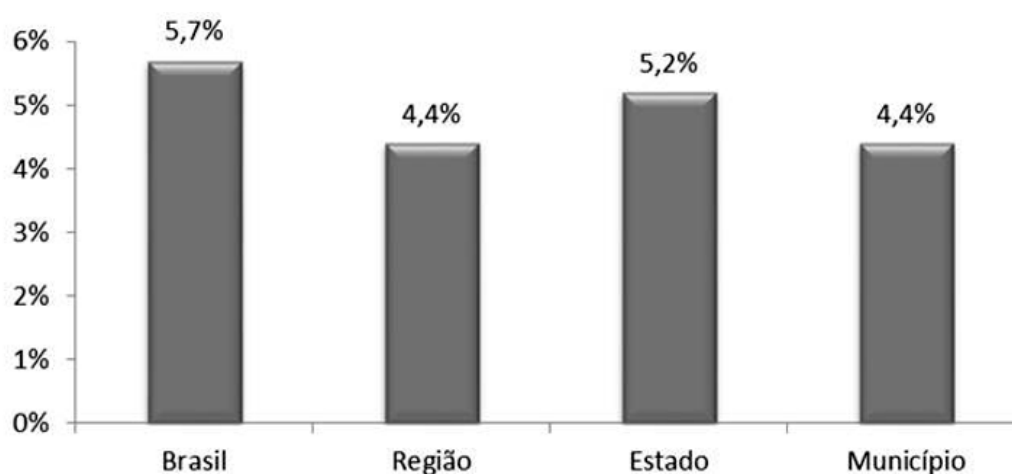
Com relação a sua população, o município apresenta alta representatividade de idosos, com um percentual de 13,2% segundo o último censo, acima da média nacional (IBGE, 2010). Como pode ser visto no Gráfico 4, a pirâmide etária do município conta com maior proporção de mulheres idosas e uma configuração de estreitamento da base e alargamento do topo típico de um município em processo de envelhecimento.

Gráfico 4. Pirâmide etária do Município de Teresópolis, 2010.



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Referente ao segmento idoso com renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, no comparativo do município com o país, região e estado – como pode ser visto no Gráfico 5 – Teresópolis/RJ apresenta percentual igual ao regional, 0,08% abaixo do percentual estadual e 1,3% do nacional. E, acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – um benefício concedido ao idoso com 65 anos ou mais, com renda mensal *per capita* menor que $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente – 1.273 idosos, em abril de 2014, recebiam recursos do BPC no município (MDS, 2010).

Gráfico 5. Percentual de moradores de domicílios particulares com 60 anos ou mais e renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE (2010), disponível em: <deí://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades>. Acesso em 14 de julho de 2014.

No referido município, há uma secretaria específica responsável pelas ações de defesa e proteção civil, bem como pela geração dos dados referentes aos danos ocorridos a partir da crise aguda. A Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis foi incorporada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 2009, pela Lei Complementar nº 0133, de 31/10/2009 em seu art. 1º inciso V, passando à denominação de Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil.

De acordo com a Lei Municipal nº 1988, de 26/01/2000 – responsável pela criação na estrutura básica da Lei Municipal nº 1.441, de 30 de março de 1993 – a Secretaria Municipal de Defesa Civil constitui-se:

Art. 2º - [...] o Órgão da Prefeitura Municipal de Teresópolis que tem como atribuições:

I – Resolver as ações de Defesa Civil no âmbito municipal, atendendo as necessidades da população desde as atividades preventivas até as situações de emergência ou estado de calamidade pública e outras atividades afins.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Defesa Civil compreende em sua Estrutura, os seguintes Órgãos subordinados diretamente ao seu titular:

I – Departamento de Defesa Civil;

II – Divisão de Planejamento e Administração;

III – Divisão de Operações;

IV – Divisão de Geologia.

Referente aos cargos, estes foram instituídos pela Lei Complementar nº 0015, de 26/01/2000, no qual há um secretário municipal de Defesa Civil, um chefe da Divisão de Planejamento e Administração, um chefe da Divisão de Operações, um chefe da Divisão de Geologia e quatro supervisores de Defesa Civil.

A organização, qualificação e funcionalidade desse órgão no município foram, por sua vez, questionadas em estudo anterior (VARGAS, 2013). Segundo a autora, a desqualificação dos quadros da defesa civil se apresentou em Teresópolis/RJ por meio de

quadros constituídos de servidores de formação elementar ou predominantemente média, “coletados” de diversos setores do âmbito público, sem formação especializada, sem preparo na “gestão do risco”, com vínculos temporários de trabalho e orientados pela perspectiva valorativa da “boa vontade” e “dedicação completa”. Esses elementos se confrontam com a noção de controle e ordem social que impregna tais instituições, racionalidades e retóricas decorrentes, gerando certa contradição entre as estratégias discursivas e a eficácia da intervenção (VARGAS, 2013, p.55, grifo da autora).

Dado essas colocações, nos dias 11, 12 e 13 de janeiro de 2013, foi realizada a primeira inserção em campo junto à equipe de pesquisadores NEPED para participar do evento do dia 12 de janeiro de 2013 na Praça Balthasar da Silveirada, em frente à Igreja Santa Tereza, em Teresópolis/RJ, em manifesto aos dois anos do início dos desastres de janeiro de 2011, organizada pela Associação de Vítimas de Teresópolis (AVIT). Fez-se

ainda, o reconhecimento do campo e o primeiro contato com as pessoas afetadas, o que auxiliou na organização do roteiro de entrevista e da estrutura deste trabalho.

A segunda inserção em campo foi realizada entre os dias 05 e 06 de abril de 2014, nos bairros Caleme e Campo Grande, respectivamente. Por fim, a terceira inserção ocorreu em 11 e 12 de janeiro de 2015, nos referidos bairros e no ato em solidariedade aos afetados na Praça Balthasar da Silveirada.

Como antes do evento foi realizado o momento de oração no Cemitério Carlinda Berlim, optou-se, por respeito e solidariedade aos familiares e amigos das vítimas fatais, em não realizar incursões por se tratar de um momento de oração particular destes.

Embora fosse feito o reconhecimento de campo em outros bairros nas três incursões, como Cascata do Imbuí, Posse e Granja Florestal e, feitas interações com moradores destes, optou-se por aprofundar o caso do Caleme e Campo Grande, por esses terem sido os bairros mais afetados desde 2011. Conhecer outros bairros afetados auxiliou para compreender o desastre em curso no município. Chamou atenção que as várias considerações feitas sobre os dois bairros se estendem aos outros visitados, principalmente, acerca da questão habitacional, como observado em campo e nos relatos de membros da comunidade feitos nos atos de solidariedade em praça pública.

Na maioria dos casos, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente nos bairros, utilizando-se uma abordagem informal de aproximação e um método não diretivo para as entrevistas. Essa abordagem foi escolhida tendo por base o posicionamento de Bosi (1993, p.283) onde “se a memória é, não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo [...]”. Assim, empregou-se o roteiro norteador para iniciar as entrevistas, as quais foram realizadas com o maior número possível de pessoas, no total 30 respondentes, após o consentimento informal e seguindo as recomendações do Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Quando não houve abertura para a gravação das entrevistas, causando distanciamento e interrupção das entrevistas ao ser cogitada, foram utilizadas as estratégias de observação e construção do diário de campo. A fotodocumentação da localidade e dos atos públicos de solidariedade objetivou complementar as observações e o diário de campo, sem identificar os sujeitos ou capturar imagens destes no âmbito privado. As entrevistas tiveram duração de 12 min a 02h35min, sendo possível gravar oito destas, totalizando 04h38min de gravação.

Após a condução das entrevistas, estas e os documentos levantados nas etapas anteriores foram analisados. Três grandes dimensões se destacaram por perpassar a vida cotidiana dos idosos no contexto do desastre vivenciado: material, simbólica e interpessoal. Contudo, ao contrapor o vivenciado pelos idosos nessas dimensões e o noticiado pela mídia e meio oficial, outro universo de questionamento e discussões se abriu. Assim, discutir a afetação e o enfrentamento dos idosos, se tornou indissociável do contexto em que eles estavam inseridos e dos atores (família, comunidade, mídia e Estado) contidos neste.

Dimensão material da afetação e enfrentamento nos desastres

Em Teresópolis/RJ, segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério da Integração (MI), o primeiro evento associado aos desastres data da década de 1970. No entanto, as informações apresentadas no Quadro 2 confrontam com os documentos analisados no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais.

Quadro 2. Documentos oficiais do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) do Ministério da Integração.

Data	Documento	Classificação do evento	Decretação
01/03/1974	Outros documentos	13301. Escorregamentos ou deslizamentos	-
26/02/1987	Outros documentos	12301. Enchentes ou inundações graduais	SE
30/01/1991	Portaria	12302. Enxurradas ou inundações bruscas	ECP
18/12/2002	Avadan	12302. Enxurradas ou inundações bruscas	-
21/12/2002	Avadan	13301. Escorregamentos ou deslizamentos	-
29/11/2006	Avadan	13301. Escorregamentos ou deslizamentos	-
04/01/2007	Avadan	13301. Escorregamentos ou deslizamentos	-
12/01/2011	Portaria	12302. Enxurradas ou inundações bruscas	ECP
06/04/2012	Avadan	12302. Enxurradas ou inundações bruscas	SE

Fonte: a autora, a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional (2015).

A descrição dos eventos feita pela defesa civil nos documentos consultados diverge entre as fontes. Como se observa no quadro acima há nove documentos no período de 1974-2012, enquanto o referido Atlas trouxe que apenas no período de 1991-2010 foram 13 registros de desastres, sendo cinco relacionados à inundação gradual, três à inundação brusca e cinco à movimentos de massa (Tabela 1). Já na 2ª Edição o atlas trouxe que no período de 1991-2012 foram 16 registros de desastres, sendo seis relacionados aos movimentos de massa, cinco à inundação, quatro à enxurrada e um à alagamento, com a adoção de nomenclaturas diferentes das adotadas na edição anterior.

Tabela 1. Classificação do evento e ano de ocorrência, 1991-2012, em Teresópolis/RJ.

Versão	Classificação	Ano								
		1991	2001	2002	2006	2007	2009	2010	2011	2012
1º	Inundações bruscas	1		1		1				
	Inundações graduais		1					4		
	Movimentos de massa			1	2	1	1			
2º	Enxurrada	1		1					1	1
	Inundação		1					4		
	Alagamento					1				
	Movimento de massa			1	2	1	1			1

Fonte: a autora, a partir de UFSC (2013).

É imprescindível fazer a observação, neste ponto, de como a afetação dos diferentes grupos populacionais era vista e contabilizada pelo meio técnico, até 2012, com o documento AVADAN, mas com a implementação do FIDE, a partir de 2012, essas informações não foram mais descritas. No AVADAN a população era dividida em grupos etários de 0 a 14 anos, 15 a 64 anos, acima de 65 anos e ainda se contabilizava o número de gestantes. O recorte etário estipulado no AVADAN, entretanto, diferia do critério adotado legalmente no país, por meio da CF/88 e EI/2003. Dessa forma, as pessoas da faixa da população de 60 a 65 anos eram desconsideradas na contabilização do grupo de idosos. Sem informações precisas sobre esse segmento, as ações de proteção social e saúde são prejudicadas no período de convalescença. Assim como o planejamento de ações fica inviabilizado pela falta de informação pública dos diferentes segmentos etários.

A Tabela 2 traz a afetação avaliada pela defesa civil, entre 1974-2012. Contudo, após a pesquisa de campo, apenas em 2011, os entrevistados defendem que o número de afetados nas várias categorias foram superiores às divulgadas.

Tabela 2. Descrição de afetação entre 1974-2012 nos AVADAN disponíveis

Categoria	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gestantes	Total
Desalojados	752	1.715	323	12	2.802
Desabrigados	104	190	13	4	311
Deslocados	454	746	328	23	1.551
Desaparecidos	0	0	0	0	1*
Levemente feridos	5	18	0	0	23
Gravemente feridos	0	10	0	0	10
Enfermos	0	0	0	0	0
Mortos	7	15	1	1	24
Afetados	6.440	6.381	495	135	23.613*

Fonte: a autora, a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional, 2014.

OBS.: O AVADAN de 2011 não foi disponibilizado pelo MI.

*No ano de 2012, houve um desaparecido e 10.162 afetados somados ao total, embora o AVADAN não detalhasse as faixas etárias ou a condição ou não de gestante.

Os desastres ocorridos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, nos primeiros dias de janeiro de 2011, foram marcados por intensa precipitação, por deslizamentos de massa e rolamento de pedras, em uma região de terrenos com alta declividade e população historicamente em processo de vulnerabilização. O evento ocorrido na madrugada de 12/01/2011 foi reconhecido por portaria federal como estado de calamidade pública e decretado como tal pelo decreto municipal no 3.988, de 12 de janeiro de 2011, de Teresópolis/RJ.

Em 2011, as fragilidades do ente público com seus municípios novamente se puseram em evidência. No entanto, como não foi divulgado o relatório de avaliação de danos referente ao ano de 2011, no site do Ministério da Integração Nacional, empreende-se, neste trabalho, um esforço para reunir informações oficiais sobre o desastre em Teresópolis/RJ. Contudo, com as divergências de estatísticas oficiais, assim como ausência de informações públicas, estas se desencontram e as reais proporções dos danos humanos e materiais são silenciados, neste que têm se mostrado o desastre mais catastrófico recente.

Dourado, Arraes e Silva (2012) trazem que Teresópolis, juntamente a Nova Friburgo e Petrópolis, somaram 947 mortes, 300 desaparecimentos, cerca de 50.000 desabrigados e 1.000.000 de afetados nos desastres do referido período. Segundo dados obtidos no Relatório diário de desastres da Subsecretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, atualizado em 14/07/2011, há duas descrições de danos e afetação para a mesma data, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3. Ocorrências de chuva em Teresópolis/RJ, verão 2010/2011.

Ocorrência	Data	Desalojados	Desabrigados	Vítimas		Afetadas	Edificações	
				Parciais	Fatais		Danif.	Destr.
Enxurradas ou Inundações Bruscas	12/01/2011	6.956	187	267	71	50.000	1516	0
Enxurradas ou Inundações Bruscas	12/01/2011	9.110	6.727	555	388	0	0	0
Enchentes ou Inundações Graduais*	24/12/2010	139	0	2	0	3.400	1	0

Fonte: Subsecretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil. Atualizado às 11:00h do dia 14/07/2011.

*Dados retirados dos formulários de “Nopred” enviados pelo município.

Dados obtidos através da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro por pesquisadores da Fiocruz, no artigo de Freitas *et al.* (2012), apontam que Teresópolis/RJ teve 9.110 pessoas desalojadas, 6.727 desabrigadas e 392 óbitos confirmados, embora o dado sobre óbitos não se compatibilize com o divulgado na mídia impressa e virtual, proveniente de outras fontes e com os apresentados na Tabela 4. Os dados oficiais e da literatura não condizem ao exposto no Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) de Teresópolis/RJ, no qual cerca de 5.000 famílias ficaram desabrigadas e 6.000 desalojadas. O Atlas de Desastres Naturais 2ª Ed diverge ainda sobre o número de mortos (n=387) e total de afetados (n=17.000). Contudo, todas as fontes citadas até o momento não discorrem especificamente sobre o número de desaparecidos no município.

Tabela 4. Distribuição dos desaparecidos por faixa etária.

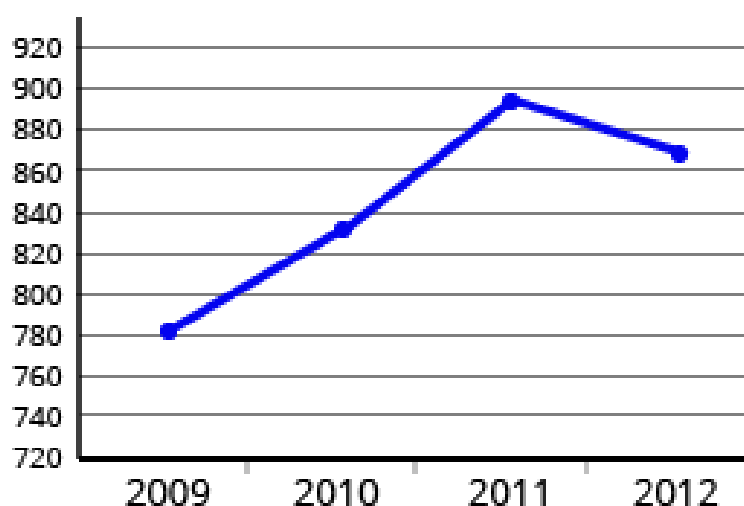
0 a 9 anos	13	24,1%
10 a 19 anos	6	11,1%
20 a 29 anos	11	20,4%
30 a 39 anos	6	11,1%
40 a 49 anos	6	11,1%
50 a 59 anos	5	9,3%
60 anos ou mais	7	13,0%

Fonte: a autora, a partir do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Dez meses após janeiro de 2011, das 322 comunicações feitas de desaparecimento, ainda havia 100 pessoas desaparecidas, destas 16 eram pessoas idosas (VALENCIO, 2012a). Atualmente, em levantamento realizado nos dados do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos – do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – constatou-se que, em Teresópolis/RJ, dos 295 comunicados de desaparecimento em decorrência do desastre, ainda há 113 comunicações em processamento, ou seja, em que não se localizaram com vida ou foram decretadas como óbito. Destes, apenas 54 (48%) continham informação sobre a idade. Assim, como consta na Tabela 4, observou-se que dos desaparecidos 13% tinham 60 anos ou mais em 22 de janeiro de 2011, data de inserção dos dados no sistema.

Especificamente sobre o óbito de idosos com 60 anos ou mais, embora não seja discriminada no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) a causa, observou-se um crescimento de óbitos no ano de 2011. Como se observa no Gráfico 6, em 2011 há um pico de crescimento de 8,4% no número de óbitos entre idosos residentes em comparação com o ano anterior e de 5,8% em relação ao período (2009-2012), decaindo em 2012, embora continue elevado frente aos anos anteriores.

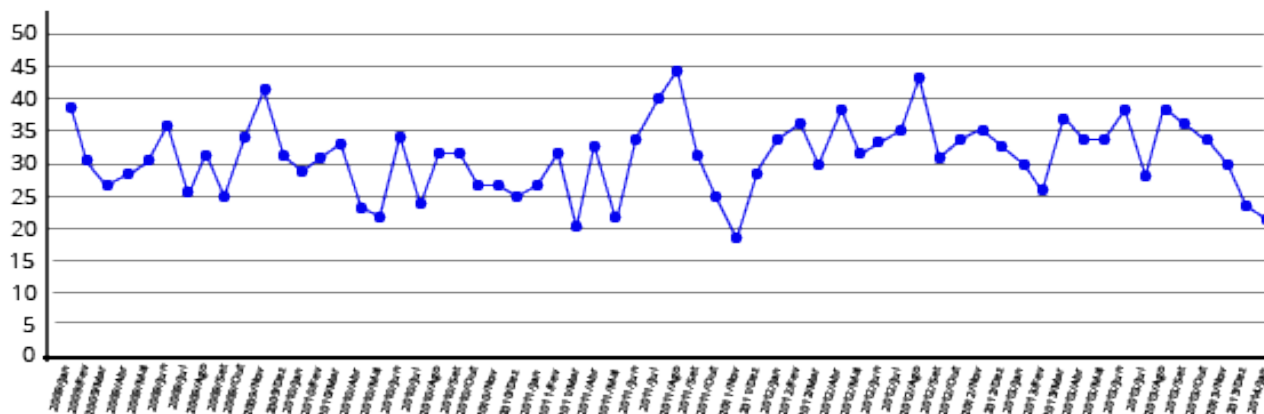
Gráfico 6. Óbitos por residência de pessoas com 60 anos ou mais, por ano do óbito.



Fonte: MS/SVS/CGIAE – SIM (2009-2012).

No âmbito de óbitos no contexto hospitalar (Gráfico 7), não foi observado mesmo padrão no período de jan/2009 – jan/2014. Foi possível observar um crescimento significativo entre maio e agosto de 2011, sendo o número máximo de óbitos, entre 2009 e 2014, registrados no mês de agosto de 2011.

Gráfico 7. Óbito de pessoas com 60 anos ou mais por ano/mês em atendimento hospitalar pelo SUS no município entre jan/2009-jan/2014.



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) (jan/2009-jan/2014).

A literatura traz que há uma relação entre o aumento de óbitos de idosos, entre os meses de maio a agosto, decorrente principalmente de doenças respiratórias (DUTRA *et al.*, 2010). Contudo, não é possível determinar se o desfecho clínico decorre de complicações apresentadas a partir da instalação da crise aguda do desastre, no caso teresopolitano, por falta de informações.

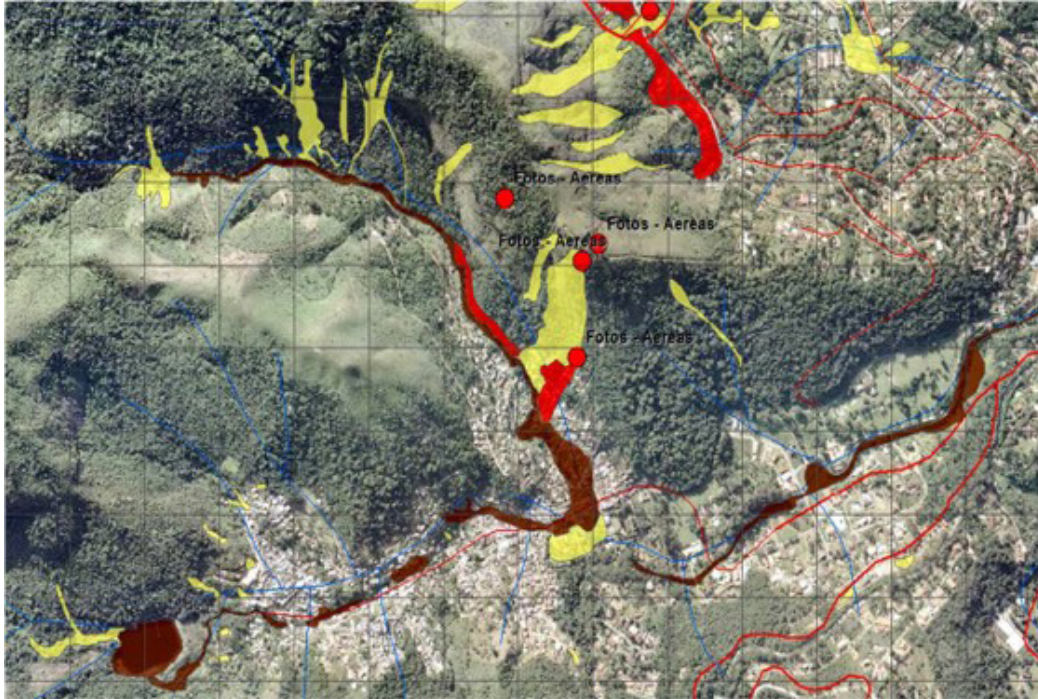
Como nos meses de junho e agosto de 2011 houve um aumento no número de óbitos de pacientes em atendimento hospitalar, seria necessário um estudo mais aprofundado, explorando as causas dos óbitos de idosos, para determinar as correlações dos danos sofridos no desastre com os diferentes desfechos clínicos.

Complementando a visão oficial sobre os afetados, é importante apresentar como estes são vistos com relação à condição de moradia a qual se encontram. Segundo dados do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ) apresentados pela reportagem do jornal 'O Globo' de 12 de setembro de 2013 – também divulgada pela Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional (SAI) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – oficialmente, em Teresópolis/RJ, 19.200 pessoas vivem em encostas com risco de deslizamento, o equivalente a 11,3% da população total do município. Contudo, segundo a reportagem, o secretário de Defesa Civil de Teresópolis, Roberto Silva, indica a possibilidade de esse contingente ser maior.

No levantamento e delimitação das “áreas de risco” nos bairros Caleme e Campo Grande, em 2012, o DRM-RJ reuniu o levantamento feito pelo departamento e pela Empresa Terrae Engenharia Geotécnica Ltda. Como pode ser visto nas Imagens 2 e 3, predominam-se áreas classificadas como: cicatrizes de escorregamentos, “áreas de risco”

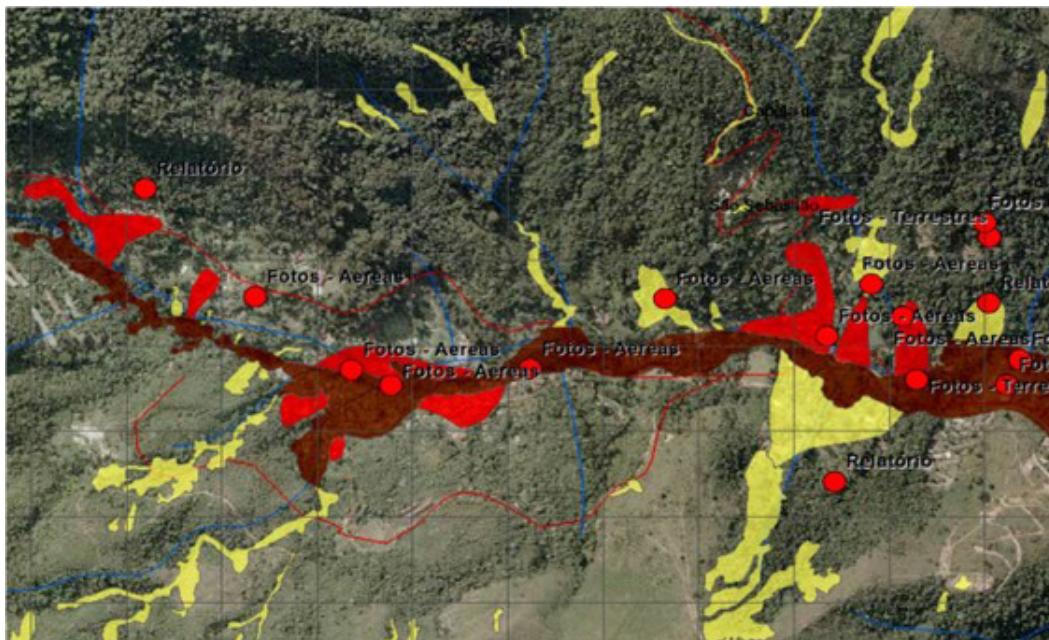
a corridas de massa e “áreas de risco” iminente a deslizamentos, com alcance de 50m e probabilidade de ocorrência em até um ano.

Imagem 2. Mapeamento de “área de risco” bairro Caleme.



Fonte: DRM-RJ (2012).

Imagem 3. Mapeamento de “área de risco” bairro Campo Grande.



Fonte: DRM-RJ (2012).

Contraditoriamente, a mesma agilidade e interesse de emprego de recursos para confeccionar os mapas de “áreas de risco” e determinar quais locais não podem ser construídos e quais devem ser interditados, não foi vista para a determinação das soluções habitacionais para os moradores das áreas delimitadas nos mapas. Pois, se o interesse oficial de conhecer essas áreas é para, em tese, evitar que os moradores estejam em contextos inseguros, para proteção da vida destes, é contraditório que a ação pública se limite em expulsá-los de suas terras, não os assistindo adequadamente e não garantindo o direito à cidade, à moradia, às condições dignas de vida.

Com a liberação de recursos federais para obras emergenciais, na área de infraestrutura urbana, houve de fato a realização de algumas obras de revitalização, contenção de encostas, reconstrução de pontes e, em 2014, teve-se início a construção da barragem no bairro Campo Grande. Algumas dessas podem ser observadas nas imagens que se seguem (Fotografias 1 a 9). No entanto, idosos e familiares apontaram fragilidades nessas, como será apresentado mais adiante.

Fotografia 1. Construção da ponte no bairro Caleme.



Fonte: Aline Viana (Caleme, maio/2014).

Fotografias 2 e 3. Obras no bairro Caleme.



Fonte: Aline Viana (Caleme, janeiro/2015).

Fotografias 4 e 5. Obras para a construção da barragem, a modificação da paisagem e dos lugares.



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, maio/2014).

Fotografias 6 e 7. Medidas de contenção de rolamento de pedras.



Fonte: Aline Viana (Caleme, maio/2014 e janeiro/2015, da esquerda para a direita).

Fotografias 8 e 9. Contensão de encosta e de leito do córrego em diferentes perspectivas.



Fonte: Aline Viana (Caleme, maio/2014).

Em 2011, o governo estadual, por meio do Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio), comprometeu-se na assistência aos afetados, junto à Prefeitura de Teresópolis/RJ. Como trouxe Ruth Jurberg, urbanista e assessora do EGP-Rio, durante a audiência pública¹ realizada em 28 de outubro de 2011, haveria três tipos de auxílio, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão para cada tipo. O primeiro seria a opção do apartamento novo por meio do Programa Federal 'Minha Casa, Minha Vida', o segundo a indenização pela perda do imóvel e, o terceiro, a compra assistida de um novo imóvel, no qual o indivíduo escolheria um dentro do Estado do RJ e o governo forneceria o dinheiro para a compra deste.

Em outras palavras, o pagamento de auxílio aluguel aos afetados, em tese, seria realizado a preços justos, o projeto de construção de habitações sociais seria concluído a contento para atender as demandas dos desabrigados e a assistência para a compra de um novo imóvel ocorreria de forma facilitada. No entanto, várias medidas apresentaram-se como promessa destoada da prática, como observado em campo e apresentadas pela mídia.

A respeito da cobertura midiática sobre o desastre, foram localizadas 25 reportagens envolvendo os bairros Caleme e Campo Grande, entre os anos de 2011 e 2014. As principais reflexões sobre as notícias deram-se à luz da literatura e das inserções em campo. Os relatos e trechos selecionados das reportagens constituíram os esforços de reunir informações divulgadas sobre os dois bairros em estudo para auxiliar, portanto, na compreensão do cenário coberto pela mídia neste período.

Em 2011, as notícias foram predominantemente sobre os relatos das perdas materiais, danos de propriedades e estradas, divulgação das notas oficiais, contabilização dos mortos, desabrigados e afetados em geral. Contudo, em algumas reportagens esteve presente uma visão estereotipada com relação aos moradores dos bairros estudados, apontando que os moradores ignoravam os riscos ao permanecerem nos bairros, em especial em reportagem realizada junto ao meio oficial municipal. Uma visão encontrada em outros cenários de desastres no país, nos quais os afetados são culpabilizados por sua condição e também pelos desfechos resultantes da crise aguda, como é descrito nas reflexões de Valencio (2012a), após duas décadas de pesquisas na área.

Em contrapartida, vale ressaltar que houve reportagens focalizadas nos depoimentos dos afetados e das organizações sociais, como ocorreu no reportado pelo Adital (2013), Net Diário (2014), UOL (2012) e Grande Reportagem SIC (2011). Nessas, além dos relatos das perdas, houve foco na dimensão emocional, psicológica e simbólica.

A realização de obras e vistorias também foi reportada, na maioria ressaltando a visão institucional, como ocorreu nas reportagens de: Portal Terê (2011, 2012, 2013), Terê Total (2012, 2013, 2014) e Net Diário (2013). Em algumas delas são citados relatos de

1 Audiência pública gravada e transmitida pelo Portal Tere Total. Vídeo intitulado "Audiência Pública-tragédia em Teresópolis Ruth Jurberg", publicado em 30/10/2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=w8fhafZ5qzo&index=8&list=TLRJe3kW-mcheSoKnONvVnOclXENau1ICU>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

moradores aprovando o trabalho realizado até o momento pela prefeitura. Um discurso selecionado pela mídia, voltado para os interesses de um público específico, cuja visão distou do apresentado pelos entrevistados nesta pesquisa.

As irregularidades na aplicação de recursos públicos, por sua vez, foram divulgadas na mídia. Segundo a notícia reportada no site da Controladoria Geral da União (CGU), “CGU e Defesa Civil Nacional identificam irregularidades na aplicação de recursos repassados a Teresópolis”, em 05/08/2011, foram várias as irregularidades encontradas. As constatações apresentadas no relatório apresentado à prefeitura pela CGU, também divulgado pelo *O Globo*, seguem abaixo:

- a) Indícios de fraude na atuação da empresa RW frente a contratos com a Prefeitura de Teresópolis.
- b) Irregularidades na dispensa de licitação para contratação da empresa RW para atender a situação emergencial em Teresópolis
- c) Baixo grau de transparência na execução das despesas do Fundo Especial de Calamidade de Pública
- d) Fragilidade dos controles administrativos observado nos processos de comprovação das despesas
- e) Cotações de preço ou formalização de dispensas de licitação, após o início do serviço ou entrega do bem, carecendo de elementos de fundamentação.
- f) Falhas/fragilidades nas comprovações das operações de pagamentos e na realização das operações bancárias, bem como triangulações não justificadas entre contas vinculadas à Prefeitura.
- g) Pagamento antecipado na aquisição de dois contêineres para o IML, havendo indícios que dão margem a dúvidas sobre a real quantidade adquirida e a empresa contemplada na contratação.
- h) Indícios de direcionamento mediante a contratação de empresas, a priori, do mesmo grupo familiar, havendo restrições quanto a capacitação técnico-operacional de uma dessas empresas, bem como pagamento realizado antes da formalização do reconhecimento de dívida.
- i) Contratação de empresa com sede não comprovada, contrato sem cobertura de garantia em parte do período de vigência e fragilidades na comprovação da efetiva realização dos serviços.
- j) Ausência/deficiência no acompanhamento e comprovação da efetiva realização dos serviços de remoção de barreiras com desobstrução e recomposição de acessos e vias públicas.
- k) Indícios de direcionamento e antieconomicidade nas contratações para realização dos serviços de remoção de barreiras com desobstrução e recomposição de acessos e vias públicas.
- l) Informações e cadastros sociais desatualizados;
- m) Problemas na administração do aluguel social (pagamentos a pessoas que moram nos abrigos, quantidade considerável de famílias na fila de espera para receber o aluguel social. Dificuldades no processo de construção das casas populares e de reconstrução de casas).
- n) Ausência de comprovação de titularidade de escolas por parte da Prefeitura do município de Teresópolis/RJ (CGU, 2011, n.p).

Como continua o documento, os valores a serem restituídos à União, devido às irregularidades encontradas, seriam:

R\$ 74.720,00, referente ao processo nº 1352/2011, cujo beneficiário identificado pelo Banco do Brasil não coincide com o informado nos respectivos comprovantes de despesa;

R\$ 45.000,00, referente ao processo nº 818/11, cuja movimentação bancária se deu para contas da Prefeitura;

R\$ 90.900,00, relativos às aquisições de produtos/serviços funerários com recursos federais;

R\$ 563.760,37, relativos processo nº 1403/11; e

R\$ 5.142.743,32, relativos aos pagamentos realizados no âmbito das contratações para serviços de limpeza e remoção – processos nºs 804/11 e 8708/11 (CGU, 2011, n.p).

Em 2012, foi muito discutido no contexto de Teresópolis a investigação das irregularidades denunciadas, em 2011, sobre a aplicação dos recursos destinados aos afetados no desastre, resultando na cassação do prefeito Jorge Mário. Partes desse processo foram apresentadas na reportagem do *O Globo* “A chuva passa, mas a lama fica”, publicada *online* em 07/01/2012. Segundo a reportagem do *O Globo*, empresários e secretários municipais teriam se reunido para cobrar propina de até 50%, proveniente da divisão de contratos sem licitação e dos recursos federais liberados.

Referente às irregularidades no contrato de coleta e tratamento de esgoto, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos² (CEDAE) até 30/09/2013 possuía oito contratos em processo de renovação, dentre eles o de Teresópolis/RJ, vencido desde 1999. Na concessão estava prevista a realização dos serviços de água e esgoto, contudo – conforme entrevista realizada pela *Veja* (12/01/2011) com a promotora de justiça Anaiza Helena Malhardes Miranda – a inexistência de rede coletora de esgoto era inadmissível e, fez-se necessário, mover uma ação civil pública pelo Ministério Público Estadual contra o município de Teresópolis e a CEDAE.

Em 08/08/2013, a promotora em entrevista ao jornal teresopolitano *O Diário* reportou que na ação civil, o município ganhou o processo no Tribunal Estadual e a CEDAE recorreu ao Supremo Tribunal de Brasília. Resultado contestável, pois o município concordou com as colocações da promotoria, citado na reportagem como réu confesso. Conforme continua a promotora, o município ainda não definiu se a gestão da água e do esgoto seria municipal ou privatizada. O município estaria aguardando a definição do Plano Municipal de Saneamento realizado pelo Instituto Ambiental do Ambiente (INEA), com financiamento do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) e do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP).

2 Ver mais em: CEDAE. **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013**. Disponível em: <http://www.cedae.com.br/ri/Informacoes_Trimestrais_Set-13.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

De forma geral, as reportagens de 2013 ressaltam o não cumprimento da entrega das casas e conclusão das obras públicas de infraestrutura, com a presença de relato de moradores do Caleme e Campo Grande. Dado este em acordo com visto as manifestações organizadas pela AVIT e com as entrevistas realizadas nesta pesquisa. Apenas uma das reportagens dá maior destaque às negociações e ações do INEA apontando os avanços com relação à construção das casas e pagamento das indenizações (NET DIÁRIO, 2013). No entanto, como ressalta as demais reportagens de 2013, os relatos dos entrevistados e as reivindicações em pauta da AVIT nas manifestações, os “avanços”, pontuados em reportagens com os representantes do poder público, estão longe de serem concretizados.

Outro ponto importante em 2013 foi a busca de explicações sobre a suspensão do aluguel social para várias famílias no município. A mídia buscou o prefeito de Teresópolis/RJ e o resultado foi que

quase duas mil delas [*referente às famílias*] deixaram de receber o benefício, por falta de cadastramento, segundo informou o prefeito Arlei Rosa na entrevista concedida ao Bom Dia Brasil. Isso pode explicar o porquê essas famílias estão se arriscando em voltando para as áreas de risco, já que sem condições de manter uma moradia alugada acabam retornando aos imóveis condenados (NET DIÁRIO, 18/10/2013).

Em 2014, a questão das obras de reconstrução continuou em pauta, com destaque para a reportagem do Net Diário (10/01/2014) sobre as insuficiências das obras no Caleme, pois o problema ali instalado não seria solucionado apenas com a construção de uma encosta. Reforçou-se a questão das moradias não entregues, o risco de rolamento das pedras na encosta em frente à Rua dos Canários e a presença de danificações na Estrada do Triunfo, a qual dá acesso ao Caleme. Como continua a reportagem – também observado durante a pesquisa de campo – casas parcialmente danificadas foram demolidas, ao passo que outros imóveis foram construídos e, áreas como as próximas ao córrego “segue com sua aparência inofensiva, diferente do que foi visto na fatídica noite” (NET DIÁRIO, 10/01/2014, n.p).

Assim como houve reportagens sobre as ações limitadas do setor público, outras entrevistaram membros do poder legislativo e, ressaltam o papel atuante do prefeito no bairro. “Se alguém estiver dizendo que nada está sendo feito aqui no Caleme, não sabe o que está falando. A Prefeitura fez todo o calçamento da rua principal e da Estrada do Triunfo. Tenho acompanhado todas as ações da Prefeitura”, fala da moradora A.C.R. divulgada pelo Terê Total (18/02/2012, n.p). Uma fala intrigante visto que contradiz ao exposto pelo Net Diário em 2014 e à fala de moradores entrevistados no Caleme, os quais se mostram insatisfeitos com a atual gestão.

Desde 2011, a equipe do NEPED/UFSCar acompanhou o sofrimento dos afetados pelo desastre. Em leitura e acompanhamento de relatos de campo, observa-se que as preocupações, prioridades e necessidades vão se modificando ou se intensificando à medida que os anos vão passando. Quando se iniciaram as incursões, a preocupação com os mínimos vitais fornecidos pela assistência social, pelas doações da sociedade e, com a localização dos desaparecidos se destacava nos relatos e nos documentos

produzidos. Com o passar do tempo, a questão de disputa de poder, alocação de recursos e investimentos em obras e moradias é reforçada na localidade. Nas últimas inserções, portanto, como se fosse uma etapa onde a população observa e analisa o curso do desastre, vê-se predominantemente a revolta com uma sociedade repleta de promessas falhas e de informações desencontradas.

Aqui a gente tem muito diz que me disse, por exemplo, ____ [...] vem aqui cheio de promessas dizendo que vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas vem atrás de voto... agora ele ta aparecendo de novo (Entrevistado ZL23, familiar, Campo Grande).

Nem 'pras pessoa' que passaram por aqui nem 'pras pessoa' da cidade, tem nada. [Referente à pergunta sobre a existência de assistência pública aos afetados]. Teresópolis é o pior do Brasil, o pior que ta tendo do Estado do Rio é Teresópolis, de todos os municípios aí. O lugar que vem mais dinheiro, o prefeito vai e 'roba' tudo, 'as autoridade', o poder público num 'tá' nem aí. Parece que tão comendo junto o dinheiro 'tudinho' (Entrevistado V21, familiar, Campo Grande).

Vargas(2013), em estudo anterior no município, mostrou como além do desinteresse público e dos desvios de verbas que agravaram o processo de afetação dos cidadãos, a instituição pública não tinha claro e de forma organizada as ações a serem tomadas. Em entrevista ao meio técnico meses após a crise aguda, em suas palavras a autora pontua que a

desorganização se expressa claramente na execução das tarefas mais emblemáticas presentes no aparato institucional, ou seja: coordenação de ações e benefícios, definição de critérios, realização de cadastros, coleta de dados, informações. As narrativas dos técnicos trazem: "a coisa se perdeu"; "quem faz o quê?"; "falha na coordenação", "falta de estabelecimento de critérios", "coisas desencontradas" que se estendem para além do momento de deflagração do desastre (VARGAS, 2013, p.77).

Concomitante à desorganização expressa no aparato público, há a violação do direito das pessoas afetadas de serem respeitadas em sua dignidade, de serem reconhecidas enquanto seres de direitos e terem o suporte necessário durante e após a crise aguda. E, dentre as formas de violação de direitos identificados nas falas dos entrevistados, está a de negar o acesso à informação. Idosos, familiares e membros da comunidade entrevistados reportam falta de informações oficiais e dificuldade em acessá-las, como as referentes à:

- Quando receberão as indenizações;
- Quando as casas serão construídas e entregues;
- Quais os critérios e prioridades na distribuição das habitações populares;
- Até quando receberão auxílio aluguel;
- O porquê da interrupção do pagamento desse auxílio a alguns moradores.

Outros pontos levantados e que geravam angústia e revolta foram: a não divulgação dos números correspondentes aos desaparecidos e mortos no desastre e a falta de transparência no uso dos recursos públicos recebidos durante o período de decretação de ECP.

Esse cenário de falta, desencontro e não integridade da informação representa uma violação ao direito à informação, presente no art.19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na qual toda pessoa tem direito a “procurar, receber e transmitir informações”. Assim como viola esse direito, no âmbito legal nacional, com o disposto no art.5º, inciso XXXIII da CF/88, regulamentado pela Lei nº 12.527, de 2011.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art.5º, inciso XXXIII, CF/88).

Conforme regulamenta a Lei nº 12.527, de 8 de novembro de 2011, no art.3º, inciso II, cabe a administração pública a “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações”. No art. 6º da referida lei, dispõem-se ser de responsabilidade dos órgãos e entidades do poder público, “a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação” (no inciso I) e a “proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade” (no inciso II).

Em 2013 e 2014, um ponto constante em todas as falas é a questão das irregularidades e problemas referentes ao pagamento do aluguel social, da indenização e da compra assistida, como expressa as entrevistadas a seguir:

Só que quando eu dei entrada, eu recebi até abril do ano passado. Em abril eles me cortaram, cortaram... eu quis saber porquê eles disseram que num dava pra todo mundo mesmo, que tinha gente que voltaram pra casa mesmo recebendo aluguel. Aí eu disse, ‘mas meu caso não é esse, minha casa caiu e eu sobrevivi, mas estou pagando aluguel’. Aí fiz a papelada toda, dei a entrada e... aluguel, nada de sair aluguel, passei a receber agora nesse mês de março, desde março, eles me pagaram o primeiro mês, mas num me deram nenhum atrasadinho e eu pagando aluguel (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

No começo não, paguei cinco meses do meu dinheiro. [...] E aí, ‘dispois’ de cinco meses eu vim pra Barra e, na Barra, eu comecei a receber o aluguel social (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Como apresentado no discurso oficial e midiático, o poder público estabeleceu regras para a distribuição do auxílio e a suspensão deste ocorreu por conta de não recadastramento ou não conformidade com seus critérios. Contudo, os relatos dos moradores mostram o outro viés da história, como a descontinuidade do pagamento sem avisar aos moradores, a não divulgação da necessidade de recadastramento, a demora para iniciar o pagamento e o não repasse das parcelas atrasadas.

Os idosos com acesso à renda, por meio de aposentadoria ou pensão, utilizaram-se desses meios para pagamento do aluguel para os meses cujo pagamento do auxílio não foi repassado. Mas, com o uso da renda para esse fim, outros gastos – como os para a manutenção da saúde – foram prejudicados, impactando diretamente nas condições e modos de vida destes e de seus familiares com os quais moravam.

Os afetados reportam que, com os desvios de verbas e irregularidades na aplicação das verbas, as promessas de habitações populares com conclusão prevista para o final de 2014, não se efetivaram e, a eles não foram dadas informações do andamento destas. Com a falta de soluções, muitos desabrigados que não tiveram a casa demolida retornaram para as casas interditadas, como ressaltou três entrevistados, dos quais se traz o excerto:

'Num' deram as casas pra eles! Eles vão morar onde? (Entrevistado ZL23, familiar, Campo Grande).

A prefeitura e os órgãos municipais têm ciência do cenário, mas as perspectivas de intervenções em favor aos “descadastrados” (como referido pelo Prefeito) não são apresentadas. A mídia também fez várias menções ao segmento que retorna, no entanto os apresenta ora como aqueles que ignoram os riscos ora como vítimas e desamparados pelo poder público.

Soma-se ao contexto, o retorno de famílias que tiveram as casas demolidas, mas retornam para morarem de aluguel em casas interditadas pela Defesa Civil. Este foi o caso de uma das idosas entrevistadas e de sua família. Segundo a idosa DL22, o valor do aluguel em outras localidades era incompatível com o valor do aluguel social. Com seu filho desempregado, os recursos para manter a família ficaram limitados, impossibilitando irem para outra localidade.

As obras de revitalização, paisagismo e as de canalização dos corpos d'água, tomadas como urgentes nos bairros afetados, foram alvo de críticas de vários moradores em ambas as inserções em campo. Com as obras de contenção dos leitos apenas nas partes mais baixas, os moradores temem que o volume de água e de pedras presentes em enxurradas, como ocorreu em 2011, provenientes de pontos de serra, não seriam contidos.

Algumas obras emergenciais começaram a serem feitas no Caleme, como a contenção de uma encosta, a canalização de um córrego, o escoramento de pedras com risco de desprendimento e uma tela de contenção. Contudo, as necessidades dos bairros não se resumem apenas na contenção das pedras. Englobam questões sociais históricas e problemas de infra-estrutura urbana como: falta de esgotamento sanitário, distribuição de água de forma inadequada e uso e ocupação irregular do solo, decorrente de um processo de injustiça social aos grupos considerados *outsiders*.

No caso do esgotamento sanitário, segundo os entrevistados, este inexistia e ainda inexistente nas áreas afetadas em ambos os bairros. Os moradores utilizam fossas

e as casas mais antigas, sumidouros³. Quando é necessário realizar a limpeza das fossas de manilhas, os moradores contatam um caminhão da prefeitura para realizar o serviço, contudo o custo é arcado pelos moradores. Vale ressaltar que sumidouros em áreas com características geológicas não recomendadas para seu uso podem representar fator de risco para deslizamento do solo, mas com a falta de alternativas elas continuam a serem utilizadas por parte da população local.

Segundo o documento disponível no site do Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira (CBH-SM, 2008, p.6) “os sumidouros têm a função de poços absorventes, recebendo os efluentes diretamente das fossas sépticas e permitindo sua infiltração no solo”. Conforme o documento, os sumidouros são escavações (cilíndricas ou prismáticas) feitas de paredes revestidas por tijolos, pedras ou outros materiais, dispostas de forma a permitir a infiltração do líquido facilmente no terreno.

Com o risco de deslizamento, em alguns pontos dos bairros, houve o corte de energia como medida preventiva, mas que perduraram em demasia. Na falta de outras medidas de suporte aos moradores inviabilizou-se a continuidade dessa medida, visto a situação de moradia destes. Assim, os moradores afetados por essa medida viram-se na necessidade de acessar esse recurso de forma não legalizada. No entanto, como será apresentado mais adiante, a adoção de medidas “irregulares/clandestinas” pode impactar negativamente na vida de pessoas que sempre tiveram como valor e princípio viver em conformidade com a lei, com o que “é certo”.

Essas estratégias adotadas pelos moradores compõem o cenário de resistência cotidiana, travada pelos afetados que permaneceram no local. Para estes, além de falta de alternativas, isso representa uma forma de resistência e de “garantia” de recebimento da indenização.

No caso de uma idosa da comunidade, como relata a idosa DL3, ela só pôde sair da casa interditada depois do recebimento da indenização, mas seu filho, por outro lado, vizinho desta, não havia recebido auxílio e não podia sair da casa interditada, mesmo depois de três anos de espera em uma área com ameaça de desprendimento de rocha e deslizamento da encosta, segundo DL3, SL4, SJ5 e PC11 (Fotografia 10). Em retorno em janeiro/2015, esse morador já havia saído da casa e esta virou ponto de acumulação de acumulação de lixo (Fotografia 11).

3 Ver mais em: CBH-SM. **Sumidouros e valas de infiltração**. 2008. Disponível em: <<http://www.comitesm.sp.gov.br/erapido/arquivos/midia/db69ff4179ec8ac4a33331b49c757527.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

Fotografias 10 e 11. Moradias interditadas e a espera pelo pagamento da indenização (casa à esquerda) e o uso do local para depósito de lixo (à direita).



Fonte: Aline Viana (Caleme, maio/2014 e janeiro/2015, respectivamente).

Aliás, a questão do lixo é crítica principalmente no Caleme, pois não há local adequado para seu depósito. Segundo os entrevistados havia um local coberto onde o depositavam, mas a prefeitura o teria demolido e não apresentado soluções adequadas para sua substituição (Fotografias 12 e 13).

Fotografias 12 e 13. Disposição inadequada de resíduos próxima ao ponto de ônibus e à igreja.



Fonte: Aline Viana (Caleme, janeiro/2015).

Outro exemplo é o caso da idosa DC24 que permanece em sua casa interditada. Porém, a principal via de acesso não possui calçamento e o deslocamento só pode ser realizado a pé, sendo uma subida íngreme e escorregadia, especialmente em dias de chuva (Figuras 14 e 15).

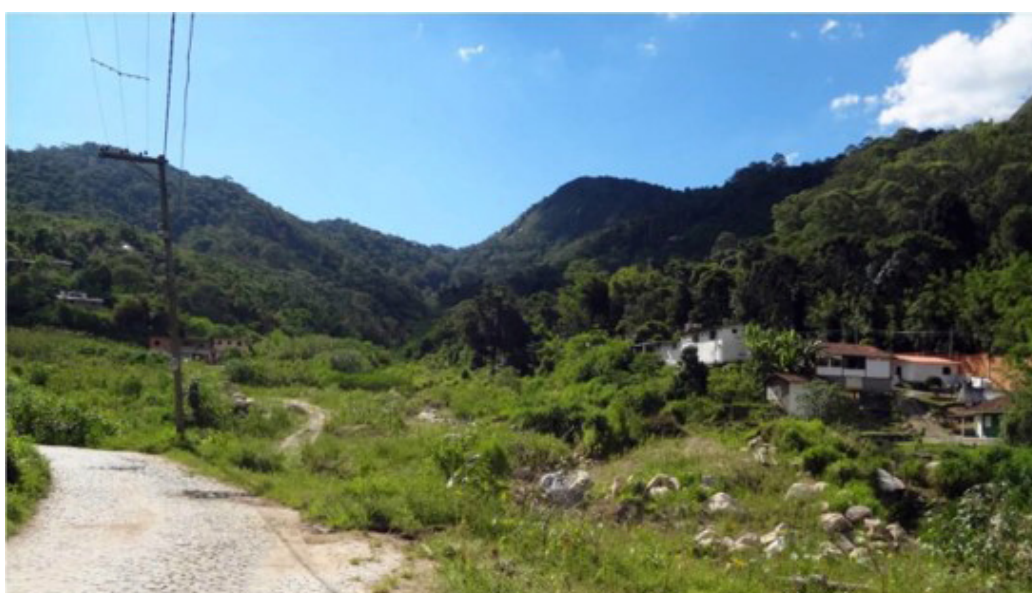
Fotografias 14 e 15. Falta de condições seguras para a deambulação e acesso ao imóvel interdito.



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, janeiro/2013).

Com a previsão da construção da barragem e do parque fluvial no Campo Grande, essa idosa e sua família terão que sair em breve, embora o conjunto habitacional não esteja pronto e não se tenha previsão do “para onde ir”. A região ao entorno é marcada pelos escombros e pelas casas interditas (Fotografias 16-19) lembrando aos remanescentes o grau de destituição social em que se encontram. Embora dois idosos do Caleme expressem o desejo de permanecerem no local, a maioria em ambos os bairros deseja sair o quanto antes temendo a perda da vida deles e de seus familiares.

Fotografia 16. Casas remanescentes, quatro anos após a crise aguda.



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, janeiro/2015).

Fotografia 17. Casas remanescentes, três anos após a crise aguda.



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, maio/2014).

Fotografias 18 e 19. Casas interditadas em 2013, atualmente demolidas para a construção da barragem.



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, janeiro/2013 e maio/2014, respectivamente).

Em 2015, observou-se um cenário, até então, não descrito pela mídia e pelo meio oficial, o da desinterdição das moradias e o restabelecimento do fornecimento de energia em algumas casas 'desinterditadas'. Como trouxe o relato de N25 em conversa com um membro do meio oficial, esse processo está ocorrendo porque as pessoas retornaram ou permaneceram nos locais interditados. E, para permanecer, ligaram de forma irregular a energia dos postes para suas residências, prática acompanhada de recorrente aquecimento da rede, com episódios de incêndio na rede elétrica. Assim, para evitar os incêndios, as casas foram desinterditadas e a Ampla restabeleceu o serviço.

Com as perdas dos bens materiais, como habitação, móveis, itens domésticos, veículos e dos meios de provimento de renda, o quadro de empobrecimento relatado pelos afetados se faz presente. Ao passo que os 'índices de pobreza' mostram-se

reduzidos no município em geral. Mas, a quem de fato esses índices representam se parte da população sofre continuamente com esse modo de vida imposto?

Como bem traz Milton Santos, em seu livro a 'Pobreza Urbana', o reducionismo do problema social da pobreza, na forma de classificações e estudos estatísticos, mostra-se ainda hoje muito atuais para refletir o quadro teresopolitano. Para o autor, existem diferentes tipos de pobreza, não relacionadas essencialmente ao consumo de bens. Baseia-se na fala de Buchanan (1972, p.225 apud SANTOS, 2013) para sua construção argumentativa, onde pobreza não se resume apenas a um estado de privação material, mas deve ser considerado como um modo de vida, onde há "um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação de insegura".

As dificuldades encontradas são vistas no acesso à saúde, às condições seguras de habitação, aos direitos sociais que lhes são negados. Estas existentes previamente a crise aguda, perduram na vida daqueles que foram afetados. Os entrevistados relatam ausência de acompanhamento da atenção básica e dificuldades em acessar a atenção de média complexidade.

No caso do Campo Grande, os idosos relatam que antes de 2011 o posto de saúde já não funcionava mais no bairro. Já no caso do Caleme, há um terreno da prefeitura, em frente à igreja, disponível e destinado para a construção do posto de saúde – tendo até ocorrido evento com a presença do prefeito para anunciar a construção. No entanto, atualmente, este é utilizado para depósito de lixo, como expresso por EC7, membro da comunidade.

No documento que aponta as diretrizes para as atividades do Programa Saúde da Família (PSF), da atenção básica, estabelece-se que as equipes realizem a visita domiciliar, objetivando monitorar a situação de saúde das famílias, devendo "realizar visitas programadas ou voltadas ao atendimento de demandas espontâneas, segundo critérios epidemiológicos e de identificação de situações de risco" (BRASIL, 1997, p.14). E, dentre as áreas prioritárias da atenção básica há a atenção a saúde do idoso. No segmento da saúde há recursos como: o Caderno nº 19 do Ministério da Saúde, a Caderneta da pessoa idosa, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Capítulo IV, artigos 15 ao19, do Estatuto do Idoso para a proteção do direito a saúde. Segundo o Art. 3º do Estatuto do Idoso:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos (BRASIL, 2003).

Eventos estressantes e traumáticos, como os desastres, acompanhados de relações frágeis com o Estado e de entraves ao acesso aos direitos, podem tanto desencadear quanto acentuar alterações fisiológicas, emocionais e comportamentais. Dessa forma, a atenção à saúde fisiológica e mental é fundamental. Entretanto, a ausência de intervenções em ambos os bairros é relatada por idosos, familiares e membros da comunidade.

A intensificação da ação de programas de saúde já existentes e o acompanhamento adequado após o evento impactante é esperado, como traz o “Guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde”, do Ministério da Saúde, divulgado em julho de 2011. Dentre as orientações, o guia indica a priorização da atenção a grupos vulneráveis, com relação às necessidades básicas “como alimentação, água, abrigo, segurança e acesso a cuidados básicos de saúde” (BRASIL, 2011, p.57). Todavia, esse guia dista da prática vivida pelos afetados diariamente.

Quanto à percepção do atendimento público recebido de assistência à saúde, os idosos e familiares relatam insatisfação com a qualidade do atendimento e agilidade deste. E, denunciam irregularidades, como negligência de atendimento de idosos restritos ao leito, falta de medicamentos para distribuição gratuita e a falta de profissionais médicos na atenção básica e secundária. Dois relatos referentes às discussões são apresentados a seguir:

Idosa DL22 – Tem nada, nem médico, nem se a gente sente alguma coisa tem médico. [...] A gente levanta cinco horas, seis horas da manhã pra ir marcar uma ficha, aí marca pra dali dois, três mês. Aí a pessoa fica esperando. O dia que vai ao médico, o médico passa tantos exames num dá remédio nenhum à gente, mesmo que ‘teja’ sentindo alguma coisa ele num dá. Que nem eu, fui e não me deu. Aí tem que fazer os exames ‘tadinho’, aí ‘torna marcá’, aí ter o trabalho de ‘torná marcá’ e torna espera mais um mês ou dois ‘pro’ médico vê seus exame. Se a gente tiver de morrer, morre. É mais fácil morrer mesmo de uma vez (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

Entrevistadora – Aqui vocês têm o saúde da família? Não faz visita pra ela [referência à irmã, também idosa e restrita ao leito]?

Idosa J2 – Não vai ver ela, não vai ver ela. Já briguei, não vai ver ela, não vai. Tem vez que não tem remédio, aí eu tenho que comprar né. Só a pomada dela tá trinta...quase trinta e oito reais, por causa do machucado. Agora, como é que eu vou ficá? Vo fica como? É complicado (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

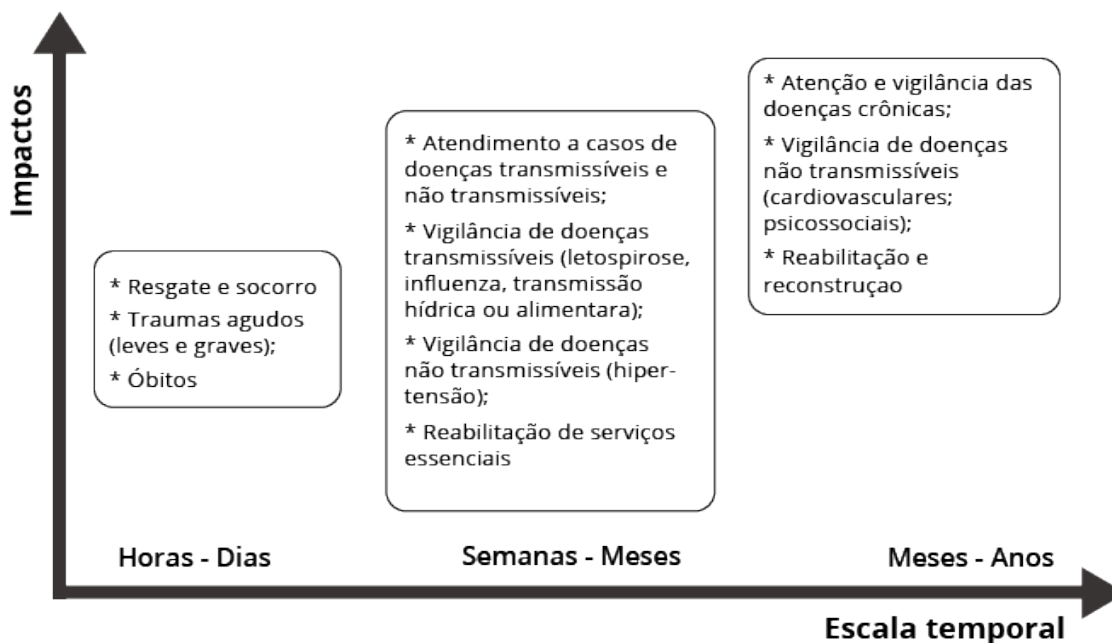
Em alguns casos, como apareceu em quatro entrevistas, a estratégia encontrada pelos idosos e familiares é pagar consultas particulares. A idosa N27, por exemplo, pagava consultas e exames quando tinha condição para agilizar o acesso ao diagnóstico e tratamento. No caso do idoso SP15, cuidador da esposa já idosa, com sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC), este pagava quando precisam de atendimento médico para ambos, porque não tinham condições, considerando as limitações físicas de ambos, de passar pela situação descrita acima pela idosa DL22. Contudo, só conseguem pagar o atendimento médico, ficando em aberto o atendimento psicológico, fisioterapêutico, gerontológico, entre outros.

Esse quadro dista completamente dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, da integralidade, universalidade e equidade do atendimento. E, observa-se que os mecanismos de controle a participação popular por meio dos conselhos, como previsto na lei orgânica da saúde nº 8080/1990, falharam na proteção do segmento afetado.

Após a crise aguda, alguns entrevistados relataram que estes tiveram problemas de saúde ou seus familiares e amigos próximos, como: infecções, leptospirose, processos alérgicos e início de doenças crônicas como *Diabetes Mellitus*. Com relação à depressão, os idosos referem conhecer alguns afetados com esse quadro, assim como pessoas que tiveram problemas como etilismo. No entanto, por falta de acompanhamento periódico de saúde na rede e de realização de avaliações de saúde com os idosos, argüir sobre o quadro de saúde destes é um assunto delicado.

Como se observou em campo e na literatura produzida sobre Teresópolis/RJ, as respostas do setor saúde no desastre parecem não ter completado a terceira fase (Figura 2), junto aos afetados. Pois, dois, três e quatro anos após a crise aguda, principalmente o atendimento psicossocial e de reabilitação foi negligenciado. As diversas faixas etárias, o atendimento ao paciente com doença de longa duração (denominada na figura como doença crônica) e acompanhamento, por sua vez, continuou em tese na rede básica do município.

Figura 2. Respostas do setor saúde aos desastres em diferentes tempos.



Fonte: Freitas *et al.* (2014) adaptado de Redmond (2005)⁴.

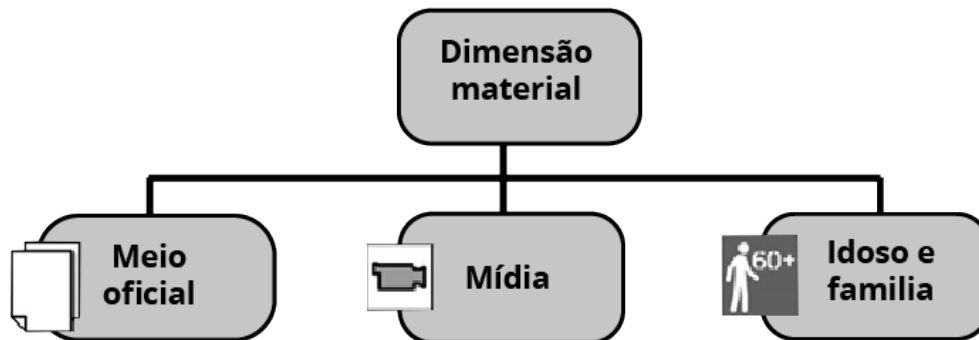
A promoção, proteção e recuperação da saúde aos afetados não ocorreu em plenitude. A população necessita reivindicar seu espaço e voz nesses cenários, pois segundo o art. 2, § 2º “o dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas

4 O estudo de Redmond trata sobre o impacto dos terremotos aos quadros de morbi-mortalidade e das necessidades de atenção à saúde a serem focadas na primeira semana (3 a 7 dias), nas próximas semanas a meses e de meses a anos. O autor indica que de 3 a 7 dias a prioridade é busca, resgate e gestão dos traumas agudos. Após, fazer a vigilância das doenças transmissíveis. De meses a anos, as necessidades seriam de reconstrução e de focar nos problemas econômicos e sociais. Ver mais em: Redmond (2005).

e da sociedade”. Um dos meios para efetivação dessa participação são os conselhos, no entanto, até o presente momento, não se obteve retorno do Conselho Municipal do Idoso sobre sua atuação junto aos idosos afetados. E, quando perguntado aos idosos e familiares, estes desconheciam a existência do conselho ou suas ações em ambos os bairros.

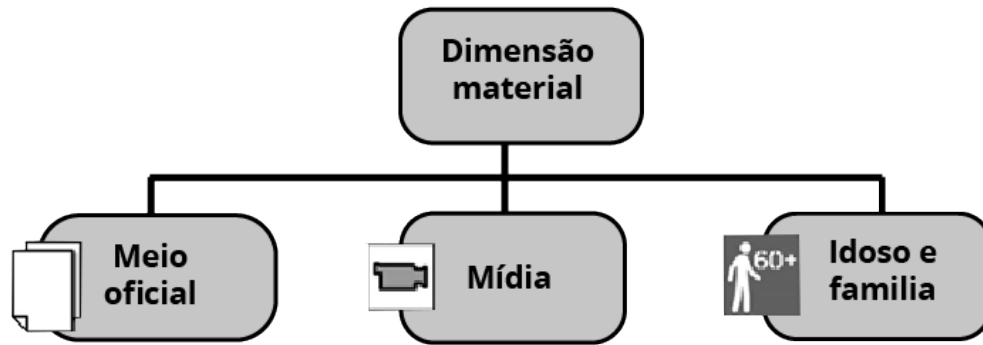
Após apresentar as visões oficiais, midiáticas e dos idosos no contexto familiar, é apresentado no Quadro 3 a síntese dos principais resultados.

Quadro 3. Dimensão material das perdas e danos nos desastres



Afetação:

- Contabilização dos danos por meio do AVADAN.
- Liberação de recursos para obras emergenciais.
- Confecção de mapas de riscos para identificar as áreas, notificar e remover as pessoas em risco
- Divulgação das verbas públicas desviadas.
- Divulgação da demora na entrega das habitações sociais.
- Divulgação da inexistência de esgotamento sanitário nos bairros.
- Divulgação do contrato vencido da companhia de esgotamento sanitário e tratamento.
- Divulgação das estatísticas e notas oficiais.
- Divulgação de relatos acerca das perdas das casas.
- Divulgação das obras públicas de reconstrução.
- Perda da casa.
- Pagamento irregular do auxílio aluguel.
- Desinterdição de moradias em áreas denominadas de risco.
- Não recebimento da indenização em valor proporcional ao imóvel.
- Corte das indenizações e obrigação dos afetados assinarem o documento da casa popular.
- Não recebimento das casas do programa de habitação social.
- Falta de esgotamento sanitário.
- Falta de alternativas energéticas nas áreas mais afetadas.
- Dificuldades financeiras/empobrecimento.
- Uso do mapa de risco para expulsão dos moradores sem provisão de outros lugares.



Estratégias de enfrentamento:

- Projeto de construção de habitações sociais.
- Pagamento de auxílio aluguel aos afetados.
- Realização de obras de revitalização e contenção de encostas.
- Construção da barragem e de pontes.
- Discurso de pagamento das indenizações a preços justos até 2013. Depois, corte do pagamento
- Permanência no local.
- Aposentadoria/pensão como recurso para pagamento do aluguel para os meses que não houve pagamento do auxílio.
- Construção de fossas para coleta e armazenamento do esgotamento sanitário.
- Necessidade de ligação clandestina de eletricidade vista a interrupção desta

A partir das colocações referentes aos três atores envolvidos, nota-se um distanciamento entre as expectativas, principalmente do setor público e do idoso no contexto familiar. Acompanhando a esquematização proposta no quadro acima, enquanto o governo compreende a assistência aos afetados por meio da contabilização dos danos e realização de obras 'emergenciais' – que demoraram de dois a três anos para serem iniciadas – os idosos e seus familiares apresentam dificuldades financeiras, habitacionais, energéticas, de infraestrutura, saúde, entre outros.

No âmbito oficial, o quadro traz elementos que aparecem no discurso desse meio, mas que a implementação destes muitas vezes dista da realidade, como o pagamento das indenizações a preços justos, o pagamento regular de auxílio aluguel aos afetados e a construção das habitações populares.

Sem objetivar entrar em demasia nas discussões dos capítulos seguintes, nesse momento, é compreensível, portanto, que a população não se sinta representada e focalizada nas ações propostas, e principalmente, revoltada com o descaso público. Uma

das prioridades atualmente pelos moradores é o acesso à habitação, mas como será apresentado mais adiante, o projeto de gestão das habitações sociais ainda levará dois anos para ser concluído. E, com a suspensão das indenizações, idosos e familiares temem pela imprevisibilidade e insegurança acerca do “amanhã”.

E, a mídia nesse meio, ora se coloca em prol e ora contra os interesses da população. O papel da mídia, como mecanismo de denúncia e pressão sobre os órgãos públicos, é reconhecido por alguns moradores entrevistados na pesquisa de campo. No entanto, observou-se que essa pressão ocorre majoritariamente no mês de janeiro, quando se completa o aniversário do “*dia do desastre*” (Cf. VALENCIO, 2012a) e as manifestações lembram a mídia da existência dos afetados.

A mídia, na dimensão material da questão habitacional, focaliza o atraso da entrega das moradias e irregularidades na aplicação das verbas destinadas ao município. Ao entrar na análise microsocial, os idosos e familiares apontam outros elementos acerca dessa questão, tanto referente à afetação – como falta de informação, pagamento das indenizações a preços baixos, corte de fornecimento de energia elétrica e irregularidade no pagamento do aluguel social mesmo com o cadastramento realizado, por exemplo – quanto ao enfrentamento, como uso das aposentadorias e pensões para sobreviver enquanto os recursos de aluguel social chegam de forma descontínua, quando chegam; ligamento clandestino de energia e construção de alternativas de coleta de esgoto; e captação de água de fontes existentes na serra, por exemplo.

Diante do exposto, muitas são as questões contidas na dimensão material e muitas permanecem em aberto, sendo que complementam as reflexões apresentadas até o momento, as referentes às dimensões simbólicas e interpessoais contidas nos capítulos seguintes. É dada sequência, portanto, com as dimensões simbólicas das perdas e danos presentes no meio público, midiático e do idoso no contexto familiar.

Dimensão simbólica da afetação e enfrentamento nos desastres

Como se observa nesse capítulo há pouco material localizado, de origem oficial, acerca da dimensão simbólica das perdas. Parte desse resultado deu-se pelo fato de o desastre ser concebido e tratado na esfera pública como um fenômeno natural. Os danos físicos do evento hidrometeorológico associados ao desastre, no meio urbano e rural, são tratados como prioridade pelo ente público. Como fenômeno físico, as ações são compreendidas com soluções exclusivamente técnicas, a cargo das ciências exatas. Assim, o fator humano, a subjetividade, as necessidades biopsicossociais não são reconhecidas como áreas prioritárias pelo ente público.

O acolhimento das necessidades dos afetados por meio das audiências públicas realizadas em 2011 e 2014, não podem se resumir apenas em notas que trazem mais promessas, sem resolução prática para a vida cotidiana desses cidadãos. Embora, ressalvase a conquista da construção do “Plano Local de Habitação de Interesse Social” elaborado após a primeira audiência, a não implementação deste e de ações para outras áreas carentes de atenção, acaba por ser insuficiente. Como será tratado no próximo capítulo, a comunidade afetada teve que se organizar e, na figura da AVIT, reclama seu papel como gestora da Habitação Social, visto os três anos de atrasos e descomprometimento público.

Nas informações apresentadas no capítulo anterior, por sua vez, vê-se que os idosos e suas famílias não são respeitados e a urgência no atendimento e na assistência individualizada nesses contextos são negligenciadas. Apenas a contabilização dos afetados e a construção de mapas são ineficazes e de nada trazem, no sentido prático, auxílio para os que mais sofrem continuamente. Essas reflexões vão ao encontro do cenário nacional atual posto por Valencio (2014, p.35):

Como afetadas, as pessoas, famílias e comunidades são tratadas como massa, sujeita a procedimentos padronizados e frugais de reabilitação por parte dos órgãos governamentais, os quais supõem que sejam eficazes suas práticas de atendimento mensuradas por um reducionismo quantitativista (VALENCIO, 2014, p.35).

Um exemplo, dessas práticas reducionistas de questões complexas é a construção de mapas de “áreas de risco” após a crise aguda. As áreas antes habitadas, regularizadas ou informais, foram negligenciadas da atenção pública e ações para torná-las ‘seguras’ durante décadas. Agora, após delimitar áreas como de risco e expulsar as pessoas de seus lugares, nada é feito em prol dessas pessoas.

Conforme relatou o idoso PC11, a delimitação das “áreas de riscos” impacta na desvalorização dos imóveis dos moradores dessas localidades e no inflacionamento do preço dos imóveis de “áreas seguras”. Essas delimitações inviabilizam os moradores das “áreas de risco” saírem dessa condição e adquirirem ou alugarem outro imóvel em outras áreas. Ao denominar esses locais como “áreas de risco”, o poder público passa

a se relacionar diferentemente com os moradores dessas localidades, assim como compreender seus deveres perante estes, como bem descreve Siena (2009, 2010, 2013).

Observou-se que, a visão sobre o afetado muda de acordo com os interesses dos canais que criam e divulgam as notícias. Como será discutido no capítulo seguinte, os idosos e familiares não ignoram os riscos, mas são ignorados continuamente. Siena (2013) colabora para a discussão ao trazer a questão da *falta de percepção do risco*, a qual os afetados são constantemente culpados pelo ente público. Para a autora esse discurso é estigmatizador, despolitizante e desumanizante, pois lhes é negada a proteção da cidadania, seus direitos básicos e o respeito, ao serem tratados como “ignorantes” pelo fato de habitarem e permanecerem nas “áreas de risco”. Não apenas o aparato público, mas alguns canais da mídia apresentaram essa visão estereotipada em Teresópolis/RJ.

Indispensável nesse momento, as reflexões sobre a prática técnica de criação de mapas de “áreas de risco”. Essa prática insere-se na instituição pública sob a forma que Valencio (2012a) denomina de *intolerância*, a qual se dá em quatro estratégias, conforme pontuado pela autora. A primeira é a criação de mapas de “áreas de risco” e a catalogação de seus habitantes. Em seguida, há as estratégias de interdição do imóvel e a retirada dos moradores, muitas vezes concomitantemente à terceira estratégia, a de destruição do imóvel. E, por fim, há a realização de ações paisagística para tornar esses locais em áreas de proteção ambiental. Nos bairros estudados em Teresópolis/RJ, principalmente as três primeiras estratégias ocorreram marcadamente e, na quarta estratégia, houve a criação de uma barragem e um parque fluvial em um dos bairros estudados.

Perante o exposto, a narrativa oficial sobre as perdas e danos materiais dista da visão centrada no humano, ao preocupar-se demasiadamente no cumprimento de burocracias, contabilizações e medidas focadas em soluções geotécnicas e de engenharia. Esquece-se, portanto, do ser humano e de prestar a devida atenção biopsicossocial ao público em geral e ao público idoso, como preconizado no EI/2003 e na PNPDC.

Assim, a violência simbólica e a violência institucional exercidas pelo aparato público ganham formas. Dentre elas, marcadamente estão o abandono, a negligência, a negação a participação nas decisões que dizem respeito aos afetados, a sua massificação e descaracterização, o desvio de verbas públicas e o não cumprimento da lei em prol dos afetados.

Conforme a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência do Ministério da Saúde (2001), descrita por Minayo (2005, p.15), abandono e negligências são formas de violência que têm por definição, respectivamente:

Abandono: É uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção.

Negligência: Refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presentes no país. Ela se manifesta frequentemente, associadas a

outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade (BRASIL, 2001 apud MINAYO, 2005, p.15).

O Estatuto do Idoso inovou, no cenário legal, ao considerar responsável também a instituição pública pela negligência e abandono da pessoa idosa. Vale ressaltar que a violência simbólica, enraizada na configuração da crise crônica instalada no lugar, é reforçada por várias práticas técnicas durante e após a crise aguda, como foram mencionadas no capítulo anterior.

A pressa do ente público em retornar a normalidade, também se expressa nas ações e eventos criados desde 2011. Como localizado no site da prefeitura, várias foram as intervenções nesse sentido no município. A realização de edições da exposição *"Memórias da Cidade" – A história de Teresópolis contada através de Fatos e Imagens*, nos últimos anos pode ser citada. Assim como, outras ações, dentre elas: a continuidade de realização de eventos culturais, promoção de shows, organização feiras livres, mostras de cinema, apresentações teatrais, comemoração de dias festivos, entre outros.

Contudo, dar atenção às memórias e histórias dos moradores do bairro Campo Grande, que está desaparecendo, não foi parte do interesse e cuidado da atual gestão. A memória social e coletiva do município, preservada na figura dos idosos, também não foi mencionada nos relatos e nas notícias publicadas pelo poder público, coletadas e analisadas nesta pesquisa.

A participação da mídia, desde a crise aguda em Teresópolis/RJ, também é marcada com a diminuição, com o passar dos anos, da visibilidade dos afetados dos bairros em estudo. Com exceção de 2013, houve declínio de reportagens sobre os bairros pesquisados, totalizando 11 em 2011, cinco em 2012, sete em 2013 e apenas três em 2014.

Para dar início a esse item, a fala de um ex-morador do bairro Campo Grande, em entrevista ao OUL¹, ilustra a visão do que é o desastre no olhar da mídia:

O que nós 'tamo' passando é... infelizmente foi tragédia, foi, foi a chuva, a vegetação que 'tomô' nosso espaço (Senhor ___ em entrevista ao portal OUL, publicado em 04/06/2014, 2min44seg – 2min53seg, transcrito pela discente).

Essa concepção do desastre associada aos fatores naturais é comum também inicialmente aos relatos dos idosos e familiares entrevistados, mas que com o aprofundamento das entrevistas trazem outros elementos que são apresentados mais adiante.

1 Ver reportagem completa em: OUL. **Escola de futebol tenta renascer após tragédia e morte de crianças em Terê**. Reportagem de Luiza Oliveira e Pedro Ivo Almeida, publicada em 04/06/2014. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/04/escola-de-futebol-tenta-renascer-apos-tragedia-e-morte-de-criancas-em-tere.htm#fotoNav=1>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

Embora, os recortes jornalísticos analisados mencionem a falha do ente público após a crise aguda, não se observou descrições sobre o desastre enquanto um processo que se instala em comunidades, com condições de vulnerabilidade para sua ocorrência. A visão voltada para o “fator de ameaça natural” é, portanto, amplamente expressa na mídia e no meio oficial.

Em 2011, a mídia trouxe vários relatos dos moradores sobre as perdas e danos sofridas. No entanto, observou-se baixa representatividade de pessoas idosas entrevistadas nos recortes analisados. Durante a crise aguda, a mídia reportou a indignação dos moradores perante a não divulgação da quantidade de desaparecidos no campo grande. Como traz o relato de um morador durante a reportagem intitulada “O último dia de Campo Grande em Teresópolis” publicada em 11/02/2011:

“No censo de 2010 tinha 6000 pessoas no censo... e mais de 4000 pessoas foram desaparecidas. Publiquem a verdade, não mintam! [...] Se tinha 6000 pessoa, não tem 1000 vivo, tem 300 e pouco mortos... cadê o resto? Ressuscitaram?” (Reportagem de Sofia Aréde para a “Grande Reportagem SIC”, publicada em 11/02/2011, 1min59seg – 2min36seg, transcrito pela discente).

Ainda em 2011, os saques ocorridos nos dias subsequentes a 12 de janeiro de 2011, no Campo Grande, são observados em uma das reportagens localizadas, destacando-se o caso de um morador, o qual permaneceu sozinho em sua casa, para vigiar durante o dia e a noite os pertences remanescentes dos moradores:

Num’ aguento mais, eu num to aguentando mais... [choro]. De noite toda guardando com minha lanterna, ajudando o que sobrou... porque era tudo batalhador. Fui eu atrás das coisas... [choro]. Eu to vendo gente ‘robá’ de dia, mas eu falo ‘ – Não mexe não que eu to tomando conta...’ (Entrevistado _____. Reportagem de Sofia Aréde para a “Grande Reportagem SIC”, publicada em 11/02/2011, 17min21seg – 17min50seg, transcrito pela discente).

Se, em uma leitura desse excerto, reflete-se o grau de esgotamento e sofrimento com a falta de segurança e respeito com os afetados e aos antigos moradores, desaparecidos ou falecidos com a instalação da crise aguda; por outra, o choro do morador destacado durante a entrevista, assim como a divulgação do nome do sujeito e seu local de moradia, são elementos de exposição física e emocional do sujeito explorados pela mídia.

O mesmo ocorre com o destaque dado ao silêncio, outro ponto marcante principalmente no Campo Grande. Conforme continua a referida reportagem, após a crise aguda, poucas pessoas permaneceram ou iam até o bairro, sendo o silêncio uma constante. Uma leitura possível desse dado é que o silêncio referente ao trânsito de pessoas e ao abster-se da música tem significados para o universo simbólicos dos afetados. A música, presente em diferentes momentos da vida, como momentos festivos, solenidades, entre outros, é tomada como não compatível com o momento da crise aguda. Leitura essa possível a partir do relato enfatizado pela reportagem na fala do senhor entrevistado abaixo.

[Senhor ____] Música? Não é hora de ouvir música... (Reportagem de Sofia Aréde para a "Grande Reportagem SIC", publicada em 11/02/2011, 28min35seg – 29min05seg, transcrito pela discente).

A questão dos desaparecidos no Campo Grande e Caleme voltou à atenção da mídia em 2014, durante uma reportagem sobre as ações da AVIT na Calçada da Fama, na Várzea. Dentre as ações, foi apontada pela mídia a existência de uma listagem organizada pela AVIT com os nomes dos desaparecidos. E, a partir desta, os moradores discutiam o *status* atual de desaparecimento de seus familiares. Um exemplo de relato captado pela mídia, três anos após a crise aguda, é expresso a seguir:

Não é difícil encontrar por ali quem ainda não tenha conseguido resolver questões legais por causa da falta de definição sobre o desaparecimento de parentes. "Meu marido não consegue resolver nada, porque os exames de DNA ainda não deram nenhum resultado", explica _____, que localizou o nome do sogro – _____ – que vivia em Campo Grande e desapareceu na madrugada fatídica de 2011. "Sem a confirmação do exame de DNA, não conseguimos resolver nada. Não encontramos nenhum vestígio dele", relata (NET DIÁRIO, 17/06/2014, n.p).

Durante a manifestação e ato simbólico em junho de 2014, com o advento da Copa do Mundo, outras reportagens foram realizadas. Em uma delas, a forma como o desastre marcou as pessoas expressa-se por meio das perdas de familiares e amigos, como na entrevista do Senhor ____ ao portal Tere Total em 07/06/2014.

Assim como houve reportagens envolvendo aspectos emocionais sobre as perdas humanas no desastre no ano de 2011 e 2014, o sentimento de revolta dos moradores com a administração pública também esteve presente nas reportagens nos anos de 2012, 2013 e 2014. Dentre as formas de expressão da inconformidade dos afetados, há a escrita de mensagens como "Corruptos" e "Estas obras são um absurdo!" nas placas e obras de contenção presentes em imagens reproduzidas pela mídia.

Outra mensagem divulgada e também observada em campo no ano de 2013, ao andar pelas ruas dos bairros Campo Grande e Posse junto à equipe do NEPED, foi a mensagem: *"Socorro, Sr. Prefeito! A poeira está vitimando crianças e idosos. Não aguentamos mais esse cenário. Lembre-se somos eleitores. Ass.: Moradores Sofredores"*.

Em retorno a esses locais em 2015, a mensagem descrita acima continua fixada no mesmo local (em uma casa interditada e danificada), no entanto, parcialmente visível. Nos locais não destinados a construção da barragem, o cenário de casas abandonadas, mato alto e acumulação de entulho continua o mesmo da primeira inserção.

Embora muitos sejam os relatos e retratos das dificuldades materiais e simbólicas, em decorrência das perdas e do descaso vivido, há também expressões do desejo de retomada das atividades anteriores, as quais resumem a estratégia de enfrentamento simbólico anunciado pela mídia.

A gente 'tá' tentando reviver, trazer o pessoal 'pro' campo da Posse novamente, as crianças né 'pra' fazer movimento, 'pra' trazer as crianças 'pra' escolinha de futebol novamente – que a gente tinha uma escolinha de futebol aqui... (Senhor ____, em entrevista ao portal Tere Total, publicado em 07/06/2014, 1min08seg – 1min30seg, transcrito pela discente).

A mídia dá visibilidade ao sofrimento, ao passo que também se beneficia com as notícias e comoções públicas decorrente do sofrimento desses. Até que ponto a mídia atua em militância aos afetados ou espetaculariza a vida privada e o sofrimento do outro, é uma linha tênue de se analisar. Pois, ambas as assertivas encontram correspondência no cotidiano teresopolitano.

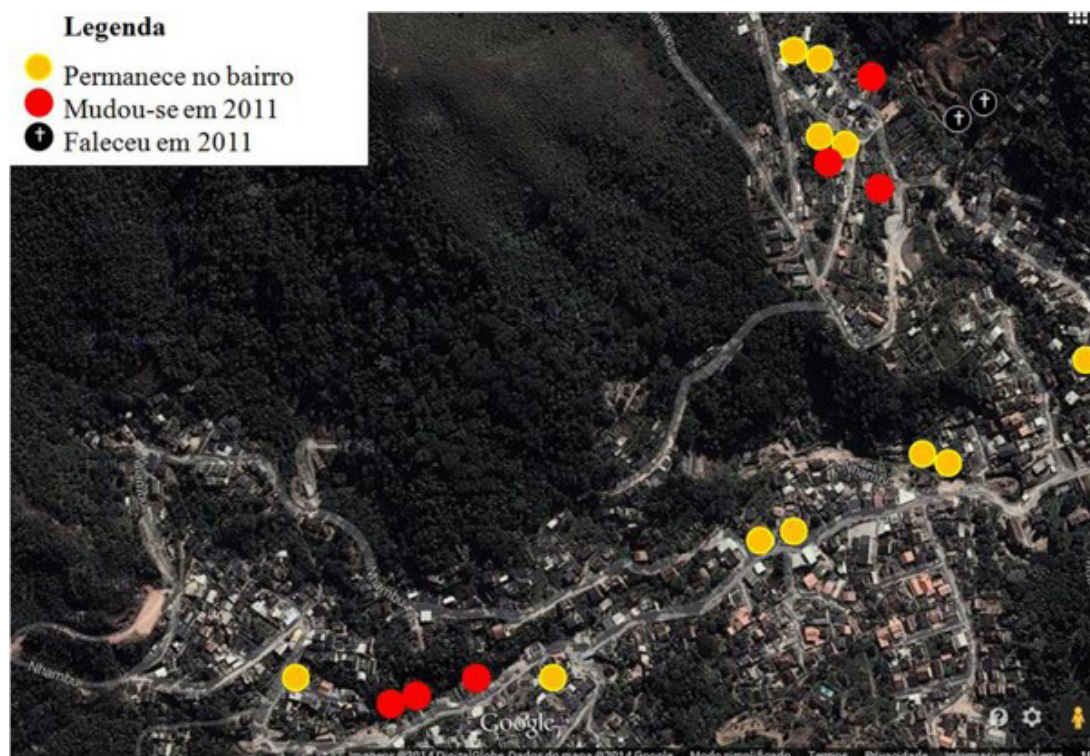
Imprescindível ao abordar a dimensão simbólica nos bairros estudados é a dimensão da perda humana, a qual se faz marcante nos relatos orais analisados. Os idosos apontam os membros da família, da comunidade falecidos e desaparecidos como as perdas mais significativas. Conjuntamente, à perda do convívio com aqueles que compunham suas redes e sobreviveram.

De acordo com os entrevistados, cerca de 4000 pessoas moravam no Campo Grande até 2011 e, atualmente, os moradores apontam habitar em torno de 50 pessoas no bairro. No Caleme, os entrevistados não souberam precisar quantos saíram ou faleceram/desapareceram após 2011 no bairro, mas referente a um dos pontos mais afetados, os entrevistados mencionam a afetação a 23 famílias, destas, apenas quatro pessoas que não estavam em suas residências durante o deslizamento sobreviveram.

Conforme já mencionado, os entrevistados contestam as estatísticas oficiais com o real número de mortos e desaparecidos em ambos os bairros. Assim, como relatado no estudo de Antonio (2013), onde a entrevistada principal estima que somente no Campo Grande, cerca de duas mil pessoas estariam desaparecidas.

Com base na memória dos entrevistados, foram elaborados mapas esquemáticos (Imagens 4 e 5) com o total de 27 idosos afetados mencionados pelos entrevistados. Estes eram integrantes das redes de contatos dos entrevistados nos bairros estudados. Da comunidade, dos idosos falecidos mencionados pelos entrevistados, 13 residiam no Campo Grande e dois no Caleme. Assim, as respectivas imagens referem-se às pessoas idosas que se mudaram, faleceram ou permaneceram nos bairros após a crise aguda.

Imagem 4. Mapa esquemático do Bairro Caleme.



Fonte: A autora a partir da Imagem de Satélite disponível no Google Maps, 2015.

Os desaparecidos, considerados mortos pela comunidade, no mapa estão dentre os identificados como falecidos. Não foi possível distingui-los pela dificuldade em precisar se houve a localização dos corpos atualmente pela família. Mas, confirmados pelos entrevistados são duas idosas no bairro Caleme.

Quando há os desaparecidos, é fadada aos sobreviventes da família “a impossibilidade de viver o luto de maneira apropriada, e a permanência de dúvidas e angústias por longo tempo” (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011, p.29). E, no caso de Teresópolis/RJ, “sepultados no barro, sem cerimônia, os corpos não encontrados são agora lembrança do descaso e da injustiça” (HERRERA, 2014, n.p).

Imagem 5. Mapa esquemático do Bairro Campo Grande.



Fonte: A autora a partir da Imagem de Satélite disponível no Google Maps, 2015.

O luto diz respeito ao modo de reação a uma perda, seja de algo material, como um familiar ou uma abstração, como a liberdade ou a idealização de uma pessoa. O ponto central é que ao se concluir o trabalho do luto, “o ego fica outra vez livre e desinibido” (FREUD, 1917, p.1). No caso de desaparecimento, entretanto, a conclusão do trabalho do luto fica em suspenso, tendo implicações diversas no âmbito físico e simbólico. Pois, chorar pela pessoa falecida com a presença do corpo e ritualizar sua morte podem ser formas de compreender a necessidade de significar a vida (PY; TREIN, 2006).

A heterogeneidade das formas de expressão do luto, de acordo com as diferenças culturais e individuais das formas de compreensão da morte, da própria finitude e de expressão dos ritos relacionados (PY; TREIN, 2006; ELIAS, 2001). Assim, lembrar aqueles que não permaneceram no lugar ou permanecem sob o solo sem terem sido localizados, representam uma forma de enfrentamento, uma prática que pode integrar o processo de re-elaboração do luto. E, o luto expresso através da rememoração, da arte e do uso de símbolos foi observado nas três inserções em campo.

Uma das entrevistadas familiares, por exemplo, utilizou-se da arte (Fotografia 20) para expressão de seus sentimentos logo após a crise aguda. Esta relata ter pintado o referido quadro enquanto chorava e olhava para o morro em que houve o deslizamento de terra, com a terra as casas e as pessoas que ali moravam (Fotografia 21). O quadro levou 10 min para ser finalizado e após isso relata não haver o modificado. Durante o diálogo com esta, fez gestos complementares à fala, os quais tentavam representar o que sentia e de onde estes sentimentos vinham durante o processo de pintura.

Fotografias 20 e 21. O quadro e o morro.



Fonte: A autora (Caleme, janeiro/2015).

Na Fotografia 22, o ato adotado pela comunidade de hastear a bandeira branca, não deixa esquecer o que 12 de janeiro de 2011 significa para a vida da comunidade. Além de um ato de homenagem e memória às vítimas fatais, representa a resistência dos sobreviventes em não deixar no esquecimento as vidas que se perderam ou desapareceram. O hasteamento da bandeira foi seguido, de um ato de solidariedade às vítimas no dia seguinte. Neste ato, além das bandeiras, a comunidade trouxe fitas, rosas e balões brancos (Fotografia 23).

Fotografias 22 e 23. Ato simbólico em lembrança às vítimas dois anos após a crise aguda.



Fonte: (À esquerda) cedida por Juliana Sartori/NEPED e (à direita) de Aline Viana (Campo Grande e Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013).

Em 2015, o hasteamento se repetiu (Fotografia 24). Além da bandeira, membros voluntários da AVIT distribuíram faixas na mesma cor verde para os presentes no ato, tanto na praça como para os que passavam a pé ou de carro ao redor desta (Fotografia 25).

Fotografias 24 e 25. O uso simbólico de bandeiras e faixas.



Fonte: A autora (janeiro/2015).

Outra forma de expressão do luto se deu através dos silêncios, gestos e olhares os quais nos fazem compreender a extensão de um sofrimento que é indizível.

Alguns trechos das entrevistas gravadas, cujos elementos descritos acima ocorreram, foram transcritos abaixo. Porém, com a transcrição várias nuances não são possíveis de serem devidamente representadas.

[...] eu perdi duas netas, dois netos e um bisneto... [silêncio] (Entrevistada DL22, idosa, moradora do Campo Grande).

Idosa J2 – Lá da onde eu morei? Perdi...perdi vinte pessoas.

Entrevistadora – Da família?

Idosa J2 – Não, era da comunidade (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, ex-moradora da Granja Florestal).

A gente fica triste porque perdi muito, muito os meus vizinhos que... Tinha uma vizinha que morava mais embaixo que era uma vizinha que todo dia ela passava na minha casa 'pra'... nós a vez saía né, nós todo duas viúva né... Então, a gente sempre saía junto 'prum' lugar pra outro, ia na igreja, essas coisa. Mais aí acaba que... isso 'acabô' [silêncio] (Entrevistada J1, idosa, ex-moradora do Campo Grande).

No caso de uma entrevista, do idoso PZ28 cuja abordagem foi realizada por ele, mesmo não sendo feitas perguntas sobre como se sentia diante do que ocorreu e da situação atual, ele começou a contar espontaneamente sobre o processo de perda de

membros de sua rede. Sua fala foi interrompida algumas vezes pela emoção de lembrar a perda de seus amigos e das crianças que o chamavam de um apelido carinhoso, “Tio ____”. PZ28 auxiliou no resgate inclusive destes e repetia, colocando a mão na cabeça:

É uma imagem que não sai da cabeça. É uma imagem que não sai da cabeça... (Entrevistado PZ28, idoso, morador do Caleme).

Dentre os casos mais delicados observados de serem relatados, foi o da perda das crianças na crise aguda. Pouquíssimos entrevistados falaram sobre o assunto. Na primeira inserção em campo, já era perceptível o quanto o assunto era delicado e não dito entre os moradores, principalmente no Campo Grande. Assim, em solidariedade e respeito aos entrevistados optou-se por não adentrar nessa dimensão da perda.

A perda dos netos, sobrinhos, crianças da comunidade e crianças de outras localidades que estavam a passeio no Campo Grande na madrugada de 12 de janeiro de 2011, é expresso após frases curtas sobre o ocorrido, por períodos de silêncio, os quais foram respeitados durante as entrevistas e não aprofundados em compreensão da dor dessas perdas.

Alguns membros e ex-membros da comunidade do Campo Grande mencionam cerca de 80 crianças, outros 40, não se sabe ao certo. A Fotografia 26 nos faz refletir sobre a dor de histórias de vida ceifadas ainda na infância, de difícil processamento do luto tanto para idosos, familiares quanto outros membros da comunidade. São difíceis ainda, de serem expressas, mas que os fragmentos dessas histórias permaneceram nos lugares, junto aos escombros das casas remanescentes.

Fotografia 26. Fragmentos de uma história e os silêncios.



Foto: A autora (Campo Grande, janeiro/2013).

Todavia, com a construção da barragem, todo o solo com os fragmentos dessas histórias é arbitrariamente removido pelas máquinas, e descaracterizada a paisagem do local, fazendo-se esquecer que ali um dia existiu o Campo Grande. Como disseram alguns entrevistados de ambos os bairros, “o Campo Grande acabou!”.

Um relato chamou atenção ainda pela extensão dos momentos de silêncio. A Idosa J2 relata sobre as formas de expressão de sua irmã também idosa, da qual é a única cuidadora, sobre o ocorrido em 2011. Trecho desta entrevista é transcrito abaixo:

Entrevistadora – E sua irmã... é consciente? Ela fala?

Idosa J2 – Ela entende o que a gente fala, mas ela num fala, ela num anda.

Entrevistadora – Ela tem noção do que aconteceu com ela? Do desastre...?

Idosa J2 – Ela tem assim sabe..., um pouquinho ela chorava, depois passo a num ‘falá’ mais nada... (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, ex-moradora da Granja Florestal).

Com a falta de acompanhamento biopsicossocial à idosa, como traz a cuidadora, o enfrentamento torna-se fadado ao indivíduo ou a exaustão dos recursos de sua rede primária de suporte. Precisar os motivos e percursos que levaram essa senhora ao silêncio é tão delicado quanto precisar o sofrimento que esse silêncio causa para J2. O caso da irmã de J2 necessitaria de avaliação e acompanhamento da equipe multiprofissional de saúde da área de cobertura em que residem, acompanhadas ainda de outros elementos, como o acesso à habitação e reaproximação da rede de contatos existentes antes da crise aguda, por exemplo.

Além das formas de enfrentamento das perdas expressa pelos idosos até o momento, a religiosidade e espiritualidade é citada e observada nas falas dos idosos. Quando perguntado como eles enfrentaram e continuavam enfrentando o cotidiano, alguns declaravam de imediato que eram cristãos. Segundo alguns entrevistados, por meio da fé e da religião, buscaram conforto espiritual e equilíbrio emocional para dar continuidade à vida. Em seguida, em especial os homens, como no caso de PC11, SS6, SJ5 e SP15, apontavam que devido a essa religiosidade, não usaram drogas, não beberam ou fumaram depois de 2011 e nesse sentido se sentiam vitoriosos.

O enfrentamento religioso apresenta-se como “uma variação do enfrentamento baseado na emoção” e é apontado como importante, em diferentes faixas etárias, para lidar com eventos incontroláveis, quando a pessoa reconhece esse tipo de enfrentamento como funcional e válido para seu sistema de crenças e valores (NERI; FORTES, 2006, p.1282).

Na literatura, há quase três décadas, procura-se compreender os comportamentos religiosos de idosos para o enfrentamento de situações estressantes. Dentre os estudos pioneiros para estudar a temática está “The Use of Religion and Other Emotion-Regulating Coping Strategies Among Older Adults” de Koenig, George e Siegler, de 1988. E, em 2007, no estudo sobre uma década de estudos sobre a teoria da Religião e Enfrentamento, vários envolvem considerações sobre o público idoso (PARGAMENT; RAIYA, 2007).

Neste último, observou-se que a religião pode ser um mecanismo de enfrentamento benéfico ou não devido aos vários componentes envolvidos, às diferentes formas de atribuição de significado processados individual e coletivamente e aos diferentes tipos de religião. Dentre os elementos trazidos pelos autores, a religião pode dar suporte para:

o equilíbrio emocional, o autocontrole e a auto-estima; a diminuição da ansiedade; a compreensão do sentido das perdas, do sofrimento, da vida e da continuidade desta; e o estímulo ao apoio entre os membros do grupo religioso, às práticas de solidariedade e de proximidade social.

Embora os indivíduos e os grupos procurem estratégias diversas de enfrentamento, a realidade nesse campo é desoladora, principalmente, devido à dor de ser ignorado pelo ente público e pela sociedade, co-responsável pela omissão. Segundo os entrevistados, algo revoltante e ao mesmo tempo desgastante. É importante apontar, primeiramente, o que é de fato o desastre na ótica do afetado, tentando compreender se este está relacionado a causas naturais/ambientais/divinas ou estruturais/sociais/políticas. Dado isso, fica mais clara a compreensão acerca de quem é atribuída a responsabilidade pela situação atual vivida na ótica dos afetados.

A questão da religiosidade também se destaca na forma de compreensão do desastre, como na fala da entrevistada J1. Para ela, o desastre é concebido como uma vontade de Deus, assim o número de vítimas fatais seria em decorrência da escolha Dele. Há em toda sua fala agradecimentos à vida, que segundo ela, embora não merecedora foi poupada por Ele.

A gente agradece a Deus né [...]. Sei que a gente num vale nada, mas sei lá. Deus é maravilhoso e Ele tirou, sei lá, tirou quem Ele quis, deixou quem ele quis né... é a mão de Deus, então a gente agradece. Agradece e espera que nossas 'casa' possa sai, um dia (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Outra entrevistada, a senhora DC24, ao se referir ao desastre ocorrido e em curso no município, reforça a crença na ação e responsabilidade divina. Fez menção ao livro de Apocalipse², referindo ser o desastre um prenúncio do 'fim dos tempos'. Menciona o desprendimento e rolamento das pedras, os movimentos de massa e a morte dos membros da comunidade (ressaltando a presença do sangue humano) como sinais que antecederiam o julgamento final a ser presidido por Deus. DN26 complementa essa visão com menções à outros sinais do Juízo Final, os por meio das pragas e das manifestações da natureza como o aumento dos desastres em várias localidades. Dentre as pragas menciona a infestação de sapos, besouros e piolhos com os previstos nos livros de João e Matheus da bíblia. E, enquanto citava trechos da bíblia sobre a importância de temer a Deus e respeitar o momento da crise aguda, pois ele estaria presente nesse momento, ela se emocionava.

Todavia, a maioria dos idosos e familiares descreve inicialmente o desastre relacionando-o a algo "natural" e descrevendo-o como a 'enchente', a 'tromba d'água', o

2 Trata-se do último livro do Cânon bíblico, escrito pelo Apóstolo João, adotado pelo cristianismo como o livro da "Revelação Divina". A autoria do livro não é consensual entre os segmentos religiosos e estudiosos, assim como a interpretação deste. E, por fazer uso extensivo de símbolos, números, figuras e imagens, sua compreensão é difícil e complexa. O referido livro foi escrito em um contexto de perseguição aos cristãos, instabilidades políticas/de poder, escravidão e opressão. Assim, seu objetivo (sinteticamente) é o de converter os leitores ao cristianismo e também de fortalecer a fé e a esperança dos cristãos para a justiça divina.

'terremoto', o 'redemoinho' e a 'catástrofe natural'. No Caleme, os idosos citavam ainda o risco de um 'novo' desastre com o desprendimento e rolamento de pedras. Observa-se, portanto, elementos inerentes ao meio ambiente nos relatos.

Os entrevistados complementam essa visão afirmando que o risco de ocorrência de desastres estaria presente em todos os lugares:

Tudo que aconteceu aqui foi coisa que veio do céu, nós 'num' 'tá' livre disso não (Entrevistado ZL23, familiar, Campo Grande).

Risco? Todo lugar é risco (Entrevistado SJ5, idoso, Caleme).

Me diz aonde não tem risco? (Entrevistado PC11, idoso, Caleme).

Para a Senhora DL3, como "o risco está em todo canto" não lhe resta outra opção a não ser aceitar sua condição e a possibilidade eminente de morte. Segundo DL3, ela viveu maior parte de sua vida naquela casa, não pretendendo abandoná-la, mesmo com a pressão exercida pelos filhos e a do governo municipal para sair do bairro. Assim como ela, o senhor PC11 relata que "tem que conviver com o risco" e com as condições precárias nas áreas atingidas, pois "não tem o que fazer", elementos esses ilustrativos da incorporação da injustiça social que os idosos convivem cotidianamente. Esse resultado assemelha-se ao encontrado por Sartori (2014), em estudo sobre a memória social de idosos afetados em São Luiz do Paraitinga/SP, onde a incorporação da injustiça social esteve presente de forma marcante no discurso de idosos recorrentemente afetados por enchentes.

Uma concepção em comum contida nas falas que colabora para essa incorporação é a inevitabilidade dos desastres. Para os entrevistados, o desastre é inevitável, pois ele estaria relacionado aos fatores climáticos, ambientais e/ou divinos, portanto, fora do controle pessoal. E, inevitável para os afetados no contexto teresopolitano, além do risco de ocorrência de desastres, a permanência no local para alguns e, para outros, a instabilidade de não ter onde permanecer e pertencer.

Complementa para essa incorporação da injustiça social, a limitação dos sujeitos afetados aos circuitos de vulnerabilidade. Como é trazido na fala de Acserald (2006, p.3), o *processo de vulnerabilização* envolve a exposição contínua aos riscos, de grupos com "mobilidade restrita aos circuitos da vulnerabilidade", os quais se encontram em situação de destituição frente ao Estado e seus operacionalizadores.

Embora essas pessoas permaneçam nos locais afetados ou a outros pertencentes ao circuito de vulnerabilidade ao qual são expostos, o medo da chuva e da ocorrência de uma nova crise aguda acompanha a maioria dos entrevistados.

A única coisa que me acompanha é muito medo, medo das trovoadas, medo de chuva, agora ta inté melhorando um cadinho, mas eu pedia a Deus que chovesse de dia e passasse pra mim dormi de noite. Agora já ta melhor um pouquinho. Mas se começa a chover de noite, quando dá muita trovoadada, se tiver muita trovoadada e chovendo ninguém dorme não. (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

As medidas institucionais colaboram para que a injustiça social seja naturalizada na sociedade. A confecção institucional dos mapas de “áreas de risco”, sem a tomada de outras medidas resolutivas em prol dos afetados, colabora para a presença do discurso em torno do risco e de ações desumanizantes em resposta a esse discurso. Como se pôde observar nas imagens anteriormente apresentadas, divulgadas pelo DRM-RJ, extensas áreas habitadas são consideradas de risco, em ambos os bairros, principalmente com relação aos riscos de escorregamentos e deslizamentos.

Todavia, a própria criação dos mapas de “áreas de risco” é algo contraditório, primeiramente, porque “a estrutura descontínua e variável das cidades torna problemático todo mapeamento” (PEIXOTO, 2005, p.284), principalmente dessa natureza. E, em segundo lugar, porque as pessoas que ali habitam e conhecem a localidade há muitos anos (como os idosos) não são consideradas na confecção de tais mapas.

A sociedade e os municípios em constante mudança exigiriam, no entanto, novas cartografias, como o “das dinâmicas, dos fluxos, das reconfigurações permanentes e variáveis” (PEIXOTO, 2005, p.294) sob a perspectiva de diferentes áreas do conhecimento. Contudo, a questão maior que se põe na construção de mapas é:

que princípios estabelecer para detectar o surgimento dessas novas condições urbanas. Para reconhecer as novas formas de ocupação do espaço urbano, largamente informais, e as práticas engendradas por seus agentes econômicos e sociais. E chegar a um procedimento que questione as regulações urbanas existentes e revele as configurações dinâmicas ocultas pelo planejamento e pelos grandes projetos de desenvolvimento urbano (PEIXOTO, 2005, p.295).

E, com a ocorrência de desastres nessas “áreas de risco” mapeadas, um ponto mais importante a ser levantado e discutido seria quem é o afetado e o que se pode fazer por estes, ao invés de focarem em demasia nas “áreas” e a expulsão dos afetados dessas localidades. Mas, para os entrevistados, quem são efetivamente os afetados nos desastres?

Conforme enunciado anteriormente, para Valencio, Siena e Marchezini (2011), os afetados são pessoas que, direta ou indiretamente, sofreram algum tipo de dano. Para os idosos entrevistados, por sua vez, ser afetado é ter a casa total ou parcialmente danificada. Ou seja, a concepção de afetado inicialmente centra-se na casa, embora ao longo das entrevistas os outros tipos de perdas e afetações emergem dos discursos destes. Mas, quando a casa é removida e a pessoa vê-se sem alternativas de habitar outra moradia, quais significados e implicações isto tem para a pessoa idosa?

Para aqueles que saíram, com a promessa da moradia no conjunto habitacional e suas casas foram demolidas, fica o sentimento de arrependimento e revolta, visto que as soluções habitacionais apresentadas nunca ocorreram e as informações confiáveis sobre as providências não são divulgadas pelo poder público. A confiança do segmento, no cumprimento das promessas públicas e na realização do exposto em guias e leis, apresenta-se fragilizada. Como presente nos relatos:

“Eles podem falar alguma coisa, mas eu prefiro que eles dessem um jeito porque... a gente... porque a minha casa num tinha como eles ‘tirá’ assim, num podia ter deixado a minha casa, mas faz aquele ‘prometimento’ e num faz nada” (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Privilégio aqui é... privilégio é pras pessoas que tão mais bem situadas financeiramente bem, é que eles dão mais assistência. Os que mais necessita se dana mais ainda! O governo do Estado do Rio, o prefeito aqui são cam... são a pior desgraça que tem! (Entrevistado V21, familiar, Campo Grande).

E, ao perguntar aos idosos sobre como foi ter sua casa demolida após condenação técnica do imóvel, sentimentos de tristeza são evidentes nas entrevistas. Uma das idosas coloca a mão no peito ao lembrar do dia:

Nossa mãe te contar... eu não estava aqui não, mas quando eles disseram assim ‘Hoje está derrubando sua casa’, eu falei ‘Ai Jesus’... mas... a gente sente porque a gente suou muito pra fazer uma casa, não é fácil não. Mas eu tinha minha casa direitinho, com muito sacrifício, mas a gente tinha (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Essa expressão gestual nos lembra a analogia posta por Bachelard (1988) em referência a Michelet (1858), no qual a casa é semelhante a um ninho onde o pássaro ao moldar seu ninho o faz com a pressão do próprio peito sobre os galhos, muitas vezes se ferindo para que este fique adequado para receber seus filhotes. Assim, o interior do ninho é que dita sua forma, como a casa que seria “a própria pessoa, sua forma e seu esforço mais imediato; eu diria, seu sofrimento” (MICHELET, 1858 apud BACHELARD, 1988, p.113).

Dado isto, a destruição arbitrária da casa e o discurso da remoção se concretizariam como uma *desumanização radical* (Cf. VALENCIO, 2010a), pois a moradia possui significados práticos, simbólicos e intersubjetivos, em especial, quando esta é antropomorfizada (VALENCIO, 2012a). Segundo a autora (2012a, p.161):

O grupo familiar, ou o que dele restou, vai ao encontro da casa como que projetando seus *déficits* de cidadania nesse repositório externo da sua memória. É preciso não apenas estar ali novamente, prestar homenagens e gratidão a esse abrigo de todas as horas, padecer com a casa, chorar os mortos que ela não foi capaz de proteger a contento (embora tentasse), mas *estar com ela*, encontro que nutre cada qual na sua subjetividade, em busca de pedaços de si mesmo no espaço (VALENCIO, 2012a, p.161).

Exemplificando a forma de rememorar o lugar e de expressão de seus vínculos com este, está a visita ao local de sua antiga moradia. Uma cena chamou a atenção no Campo Grande em 2013, pois uma senhora visitava o terreno onde era sua casa e colhia uma planta, plantada por ela, para levar a sua moradia temporária (Fotografia 27). Em sua fala a idosa apontava para o chão dizendo:

[...] eu morava aqui amor, aqui, aqui... (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Fotografia 27. Voltando ao lugar, dois anos após a crise aguda



Fonte: Layla Stassun Antonio (Campo Grande, janeiro/2013).

Citando um trecho da obra de Ecléa Bosi, estar com a casa e com os objetos é de certa forma reviver, pois “cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. [...] Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade” (BOSI, 2003, p.26). E, os objetos contam a história de uma trajetória entremeada à história de outras pessoas (BOSI, 2003).

Esse excerto dialoga com o texto “A poética do espaço” de Bachelard (1988, p.70), no qual “[...] as casas para sempre perdidas vivem em nós! Em nós elas insistem em reviver [...]”, devido à memória que o habitante conserva, e é justamente por meio da memória deste (nomeada pelo autor como *lembranças*) que possibilita reviver as antigas moradias.

A figura da casa é central nesta pesquisa, seja pela importância de rememorá-la, resgatar as histórias ligadas a ela e o seu entorno dado pelos entrevistados, ou pela necessidade de retornar a uma casa, a um *ninho* ou uma *concha*³ como diria Bachelard. Esses dois elementos como nos chama a atenção o autor, são imagens que se associam às ideias de repouso e segurança, respectivamente.

No caso da pessoa idosa é imprescindível acrescentar outra concepção neste ponto, que tão importante quanto a casa estão as pessoas e o suporte dado e recebido em seu entorno, pois “os velhos casais estão presos ao lugar, mas estão na verdade presos às pessoas, aos recursos da comunidade e um ao outro” (TUAN, 1983, p.154).

Além destas, cresce-se o ‘estar preso’, o ter laços com cada *lugar menor* e cada caminho, os quais trazem as memórias de um indivíduo e de uma coletividade. Conforme pontua Tuan:

³ O autor explica no seguinte trecho, em uma linguagem poética, a analogia da concha na qual destaca-se dois elementos, o da casa dar a sensação de segurança e dela representar algo vivo, com significado e antropomorfizado. Para Bachelard (1988, p.126):

Embora aceitemos facilmente nosso lar como um lugar, precisamos fazer um esforço extra para reconhecer que dentro de nosso lar existem lugares menores. Nossa atenção se centra na casa porque é uma estrutura nitidamente circunscrita e visualmente proeminente. As paredes e o telhado lhe dão uma forma unificada. Retirem-se as paredes e o telhado e imediatamente torna-se evidente que as estações locais como escrivaninha e pia da cozinha são por si mesmas lugares importantes conectados por um caminho intrincado, pausas no movimento, marcos no tempo rotineiro e circular (TUAN, 1983, p.200).

Semelhante a Tuan, Bachelard também traz essa concepção do significado de cada canto, objeto e espaço habitado. Para o autor (1988, p.146) cada canto na casa representa “um refúgio que nos assegura um primeiro valor do ser: a imobilidade [...] a consciência de estar em paz em seu canto propaga, por assim dizer uma imobilidade”, pois dá sensação de segurança, repouso e tranquilidade ao sujeito, como dito anteriormente.

O significado de cada aspecto do bairro e das pessoas que ali habitam/habitaram, fazem-se fundamental para compreender o processo de ruptura social, marcado com a ocorrência do desastre. Por isso, estar ali e rememorar a história do lugar e das pessoas são mecanismos importantes de enfrentamento e processamento do sofrimento ali vivido. Como diz Tuan (1983, p.200) “como um resultado do uso habitual, o próprio caminho adquire uma densidade de significado e uma estabilidade que são traços característicos de lugar. O caminho e as pausas ao longo dele, juntos, constituem um lugar maior – o lar”. As Fotografias 28 e 29 mostram um dos idosos entrevistados apontando cada lugar, rememorando histórias relacionadas aos lugares e às pessoas que ali viviam.

Fotografias 28 e 29. As histórias e as marcas presentes no lugar.



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, maio/2014).

“Ao menor sinal, a concha se humaniza [...]. Com a concha, o impulso vital de habitação chega rápido demais ao seu termo. A natureza obtém depressa demais a segurança da vida fechada. Mas o sonhador não pode acreditar que o trabalho terminou quando as paredes estão firmes; e é assim que os sonhos construtores de concha dão vida e ação às moléculas tão geometricamente associadas. Para eles, a concha, no próprio tecido de sua matéria, é viva”.

Na literatura de desastres é comum a menção da constituição social de territórios nas áreas afetadas (MARCHEZINI, 2009; VALENCIO, 2009; SARTORI, 2014). Nestas reflexões, por sua vez, procura-se trazer a concepção de produção de lugares nesses cenários, exercício a que também se propôs Vargas (2013) sobre o contexto teresopolitano. Um ponto importante para a distinção de territórios é que estes estão relacionados à presença de legislações, documentos, regras, regulamentos. E, embora aos lugares esses elementos possam estar vinculados no processo de construção do sentimento de pertencimento, a questão da imposição e de poder difere os constructos (FIRMINO, 2011).

Contudo, quatro anos após a crise aguda, na qual a reconfiguração do lugar e dos significados para com este mudou, observa-se o esgotamento de alguns sujeitos, refletindo na diminuição da participação destes nas reuniões da AVIT e manifestações, conforme relatado pelos entrevistados. Em um caso, o esgotamento foi expresso na forma de quer esquecer o ocorrido:

A gente só quer esquecer [...] que deixem a gente em paz (Entrevistado ZL23, familiar, Campo Grande)

O querer esquecer também foi observado nas entrevistas de Sartori (2014) com idosos em São Luiz do Paraitinga/SP. Como observado pela autora, lembrar o vivido desde a crise aguda significaria reviver esses momentos incluindo o sofrimento vivido e partilhado socialmente. Contudo, também se observou outro viés entre os entrevistados, como na fala da mãe de ZL23:

É bom, porque tem alguém que quer saber alguma coisa né... (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

Entrevistadora – Muito obrigada Dona _____, pode deixar que eu vou divulgar.

Idosa C29 – Divulga que eu vou ‘tá’ de olho. (Entrevistada C29, idosa, Granja Florestal).

Esse relato traz, juntamente às falas dos idosos SJ5, MM9, C29, DC10, SP15 e dos familiares N26 e V21, um aspecto de não querer ser esquecido e ter seu sofrimento e perdas ignorados. Como trazem os entrevistados, após a crise aguda estes foram esquecidos tanto pelo ente público quanto pela mídia, particularmente da mídia nacional. Citaram o não retorno dos helicópteros e carros de reportagem, assim como dos técnicos e de outros representantes do governo municipal e estadual. N26 expressou ainda, a indignação de ter munícipes não afetados que sequer lembram-se da crise aguda e dos afetados. Portanto, poder expressar seus sentimentos, suas revoltas e as injustiças vividas também é uma forma de serem lembrados e, terem os fatos contados segundo as perspectivas de quem vivenciou a crise aguda e, continua a vivenciar o desastre.

Como prolongamento do desastre ou a cronicidade dos desastres, o comportamento *blasé* (Cf. SIMMEL, 1908) da sociedade e das instituições torna-se mais evidente. Junto a esse comportamento, está o da perda de sensibilidade com a vulnerabilização das

populações restritas ao circuito de vulnerabilidade. Na sociedade atual, vê-se a perda da sensibilidade com as desigualdades sociais e com a cronicidade do sofrimento cotidiano do outro. No entanto, com advento de eventos pontuais, vê-se por outro lado, explosões de manifestações de grandes proporções, como assistimos ocorrer no Brasil em julho de 2014 e, em outros países no mesmo ano e em janeiro de 2015.

As pessoas não afetadas diretamente, acostumadas com grande volume de informação e, em ter na mídia nacional e internacional desastres reportados cotidianamente, esquecem-se muitas vezes do sofrimento do outro para além da crise aguda. Vive-se a era da preocupação com o momento e não com a condição humana. Por exemplo, vizinhos e voluntários de uma catástrofe podem se fadigar em realizar o cuidado e em dar atenção quando os desdobramentos desta são crônicos ou, quando há recorrência na decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em uma mesma localidade. Essa fadiga ocorre, por um lado, pela falta de suporte as atividades desses grupos e pela necessidade de retornar a sua vida cotidiana; e, por outro, pela não compreensão da extensão temporal e da complexidade dos desastres.

Sennet (2004) acrescenta outros elementos para essa interrupção na prestação de cuidado ao outro, nomeada por ele como *fadiga da compaixão*. Essa fadiga seria decorrente da exaustão da solidariedade em um cenário crítico prolongado, desanimando pelo estresse do cuidado e pelo esgotamento emocional frente a um envolvimento subjetivo com os receptores do cuidado. Frente à fadiga, há a possibilidade de perda de controle e a compaixão (substituto da justiça) pode tornar-se piedade (em uma perspectiva de desigualdade social). Com isso, humilhando os receptores e imbuindo-lhes a carga da gratidão, denominada pelo autor como *ferida da caridade*.

Valencio (2012a) em leitura ao autor e, com base em duas décadas de pesquisa na área, complementa essa concepção ao apontar que as classes sociais mais favorecidas se aproveitam do discurso da compaixão para impor aos afetados aquilo que já não lhes serve. Utilizam-se da situação, portanto, para renovar roupas, móveis e eletrodomésticos, mantendo as desigualdades instaladas na sociedade sob a máscara da coesão social.

Frente a esse cenário, os afetados buscam formas de zelar a memória de amigos da comunidade e familiares falecidos, desaparecidos ou que se mudaram após 2011. Dentre as formas, a de cuidar dos animais remanescentes foi observada em campo. Nas imagens abaixo (Fotografias 30 e 31), dois desses animais são mostrados, embora houvesse outros, em especial no Campo Grande.

Fotografias 30 e 31. Animais na comunidade.



Fonte: A autora (Campo Grande, maio/2014).

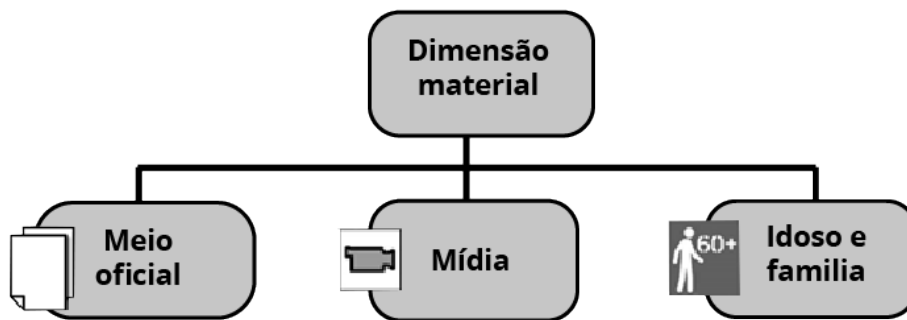
Na crise aguda e logo após esta, geralmente há limitações com relação ao abrigamento de animais, impossibilitando o idoso e os familiares levarem o(s) animal(is) consigo, ou que sejam adotados com a morte das pessoas que os acolhia. Nessa fase, onde se passou três e quatro anos da crise aguda, a relação dos idosos e da comunidade remanescente é estabelecida com os animais de pessoas falecidas ou que se mudaram e não tiveram condições de levar os animais com eles.

Muitos animais, no entanto, foram resgatados em Teresópolis em 2011, incluindo os bairros Caleme e Campo Grande, como descreve Antonio (2013) com base no estudo de caso realizado junto a Maria Elisabete L. Filpi – conhecida como Bebete, a qual foi responsável pela mobilização em prol do resgate, abrigamento e posterior doação de animais durante e após a crise aguda – e no documentário “O Abrigo” de 2011, de autoria de Flávia Trindade, sobre o trabalho realizado pela Bebete, Organizações não-governamentais (ONGs) e voluntários na região serrana.

Os animais que continuaram, particularmente no bairro do Campo Grande, foram acolhidos pela comunidade. A importância dessa interação interespecie para pessoas idosas é apresentada comumente na literatura e na prática clínica com idosos, com a utilização de animais para realizar Terapia Assistida por Animais, atividades de estimulação cognitiva e motora. No caso estudado, entretanto, além da questão de afeto, cuidados, lazer e de outros benefícios psicossociais que essa interação pode trazer, tem-se a questão da memória social a qual estes representam para os idosos.

A seguir o Quadro 4 apresenta uma síntese esquemática.

Quadro 4. Dimensão simbólica das perdas e danos nos desastres.



- Discurso de acolhimento das necessidades dos afetados por meio das audiências públicas.
- Continuação de realização de eventos culturais.
- Realização de exposições sobre a memória do município

- Divulgação de aspectos emocionais dos relatos dos afetados.

- Afetação:
- Significado da casa, das perdas, das memórias a ela relacionadas.
 - Dor da perda de familiares e vizinhos.
 - Dificuldades de morar longe de familiares e vizinhos.
 - Incerteza e angústia pela não recuperação dos desaparecidos.
 - Viver no risco por falta de opção.
 - Medo da chuva forte.
 - Sentimento de revolta pela não assistência aos afetados.

Estratégias de enfrentamento:

- Cuidar dos animais da comunidade que sobreviveram em 2011
- Visitar o local da antiga residência.
- Rememorar histórias do local e de pessoas que residiam no lugar.
- Orientar-se junto a um segmento religioso.
- Usar estratégias simbólicas para homenagear os falecidos.

Ao longo do capítulo, observaram-se diferenças entre as ações e posicionamentos entre as três frentes investigadas. No âmbito público, a dificuldade de precisar e trazer exemplos acerca do universo simbólico foi evidente. Assim, procurou-se trazer reflexões sobre os desdobramentos das ações deste na dimensão simbólica, tendo-se o foco nas observações realizadas em campo, nos relatos dos entrevistados e nas notícias produzidas.

Observou-se uma diferença na compreensão do esperado por vida cotidiana e normalidade entre as três frentes. Uma vez que o meio oficial e mídia forçam um processo de volta rápida ao estado de “normalidade”, em desrespeito ao tempo individual e coletivo de processar os fatos, o luto e de restabelecimento dos meios de viabilizar sua vida cotidiana.

A dimensão simbólica das perdas humanas nos desastres e das mudanças nos *habitus* teve destaque nas falas dos entrevistados, complementando relatos selecionados pela mídia. Destacou-se ainda a dimensão simbólica entorno da moradia, com sua interdição/destruição e impossibilidade de obter um lugar seguro para morar.

Com as falhas nas promessas públicas, o sentimento de revolta, medo e de injustiça se apresentaram fortemente no universo simbólico. A violência simbólica em torno do descaso velado se expressa no que Arendt (2007, p.256) chama de oceano de incerteza, “quando as promessas perdem seu caráter de pequenas ilhas de certeza num oceano de incertezas, [...] as promessas perdem seu caráter de obrigatoriedade e todo o empreendimento torna-se contraproducente”. E, essa falta de comprometimento com as promessas é marcadamente presente em Teresópolis/RJ.

Dimensão interpessoal e rede de suporte social da afetação e enfrentamento nos desastres

Antes de 2011 no Brasil, já havia disposições legais sobre a proteção ao segmento idoso. Soma-se à Política Nacional do Idoso e ao Estatuto do Idoso, as diretrizes 10 e 13 presentes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Na Diretriz 10, sobre a garantia da igualdade na diversidade, em seu objetivo estratégico III, são apresentadas ações programáticas destinadas à valorização da pessoa idosa e promoção de sua participação na sociedade. Na Diretriz 13, acerca da prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos, em seu objetivo estratégico V, são descritas ações programáticas destinadas à redução da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade. Nessas diretrizes são indicados os responsáveis e parceiros por cada ação, entretanto, cinco anos após sua publicação ainda não se vê sinal de implementação destas junto aos bairros aqui investigados.

Após a ocorrência de simultânea de desastres na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, formou-se o Grupo de Trabalho Interministerial congregando dez órgãos do Poder Executivo Federal para a definição de um protocolo de proteção a segmentos mais vulneráveis. Como resultado dessa ação conjunta, em setembro de 2013, foi publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) o Protocolo Nacional conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres. O protocolo reúne padrões mínimos de proteção a seguimentos considerados vulneráveis, para orientar diversos setores e atores sociais, entidades, agências políticas e instituições do setor privado.

Especificamente ao público idoso, essa orientação dá-se por meio de diretrizes para as políticas de atendimento e ações de proteção integral em contexto de exposição a risco e/ou de desastre. As diretrizes são apresentadas para serem aplicadas em três diferentes momentos – de prevenção e preparação, de resposta e de recuperação – e de acordo com cada área de atuação: intersetorial; proteção e defesa civil; saúde; assistência social; educação e segurança pública. Esse protocolo de fato representa um avanço em pensar ações de prevenção à recuperação do segmento, ao estimular a participação e envolvimento comunitário. Como trata-se de um protocolo com adesão voluntária poucos estados e municípios o aderiram, sendo que não consta no site o município de Teresópolis/RJ e o Estado do Rio de Janeiro. Caso ainda não tenham aderido, isso significariam uma ação contraditória, pois foi justamente por causa das limitações observadas dos desastres na região serrana em 2011 que o protocolo foi pensado.

Ainda no escopo nacional, com o Dia Internacional para a

em todos os estados [AL, BA, PE, RJ, ES, MG, PR, RS, SC e SP] verificou-se que as respostas dadas pelos pesquisados com relação as suas fraquezas, apontaram para as seguintes limitações: limitado conhecimento e capacidade dos agentes, falta de conhecimento geral sobre Gestão de Risco

de Desastres, falta de capacidade técnica em gerir os riscos existentes, falta de capacidade de articulação institucional e as limitadas condições para desempenharem suas funções organizacionais (PNUD/SEDEC, 2014, p.24, observação nossa).

E, específico para a área do idoso, o documento destacou a falta de formação dos agentes participantes da pesquisa: “no tocante às abordagens sobre grupos minoritários como mulheres, idosos, LGBT, e pessoas com deficiência, estas são de modo geral incipientes, representando a maior carência dos cursos oferecidos no Rio de Janeiro” (PNUD, SEDEC, 2014, p.104).

Na abrangência estadual, referente à família e à comunidade, a Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC/RJ), por meio do diretor e autor Ten. Cel. Paulo Renato Martins Vaz, desenvolveu em 2013 um documento baseado e adaptado de experiências prévias de outros países ibero-americanos. O documento intitulado “Plano de Contingência da Família: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres” tem apoio do Governo Estadual e tem indicação de ser utilizado pelas defesas civis municipais do estado.

No documento acompanhado também por um guia para uso das famílias em “áreas de risco”, instrui as famílias para se organizarem e terem preparados um plano de contingência, uma mochila e uma caixa de emergência. Ainda, para seguirem as rotas de evacuação estabelecidas e as orientações dadas no documento. Contudo, as instruções sobre o que armazenar e/ou levar consigo durante a crise aguda, pode não refletir as necessidades de cada pessoa/família. Por exemplo, em estudos anteriores de Sartori (2014) e Vargas (2013) com pessoas afetadas nos desastres, itens como as fotografias da família e outros objetos bibliográficos como objetos antigos de família, pertences de entes queridos falecidos e imagens religiosas são itens importantes, valorizados pelas pessoas por serem carregados de significados e, sua perda pode gerar sofrimento em longo prazo.

Uma observação referente ao documento se dá quanto à utilização de linguagem técnica em alguns pontos, pois mesmo que as famílias optem por seguir as instruções, algumas podem ter dificuldades. No item “*Idosos e portadores de necessidades especiais*”, observou-se o emprego dos termos a seguir: “verificar mutuamente a situação do outro”, “evacuação”, “estabeleça provedores alternativos”, “artigos especiais”, “provedores de atenção”. Em outras partes do documento, instruções como “sinalize as vias de evacuação e as mantenha livres de obstáculos” podem ser de difícil compreensão, dependendo do nível de instrução dos membros familiares e dos idosos.

Outra questão importante no documento é se há treinamento periódico com os moradores das áreas vulneráveis suscetíveis a deslizamentos, enchentes e enxurradas, por exemplo. Ainda, se o município apresenta um plano de contingência organizado e estruturado previamente a crise aguda para dar suporte adequado aos afetados, pois dentre os itens sugeridos pelo documento está o do familiar se informar com os provedores de assistência a respeito de como será a abordagem utilizada durante a crise aguda.

Embora o intuito das instruções fosse o de auxiliar as famílias a se organizarem, ao mesmo tempo, essas podem ser interpretadas de forma a sugerir que a responsabilidade da preparação dos desastres fique a cargo da organização das famílias. Enquanto isso, as ações de mitigação e prevenção – como a apresentação de soluções habitacionais, de infra-estrutura urbana, de diminuição da pobreza e das desigualdades sociais – não estão no foco dos investimentos como forma de reduzir a suscetibilidade das populações aos desastres. Ao passo que o ritmo dos investimentos na área de previsões meteorológicas e mapeamento de “áreas de risco” está a pleno vapor.

O ponto mais importante, no entanto, é a quem tais medidas favorecem, pois os moradores dessas áreas delimitadas não estão sendo beneficiadas com tais medidas, semelhantes aos diversos cenários brasileiros estudados e analisados por autores da área da Sociologia dos Desastres como Valencio (2010a, 2010b, 2012a, 2012b, 2014a), Marchezine (2013), Siena (2009, 2010, 2013), Vargas (2013) e Venturato (2014). Embora exista o sistema de alerta em alguns bairros de Teresópolis/RJ, como o Caleme, os entrevistados reforçam o não funcionamento deste no momento mais crítico, sendo seu acionamento posterior às chuvas mais fortes.

Outra medida com maior impacto no cotidiano dos afetados foi a publicação do Decreto nº 44.520 de 12/12/2013, no âmbito estadual. Este estabelece diretrizes para realocação de moradores afetados na região serrana do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, decreta a suspensão das indenizações e a restrição ao acesso às moradias:

CONSIDERANDO:

[...]

- que, até o término do exercício relativo ao ano de 2014, estarão prontas novas unidades habitacionais suficientes para a realocação da demanda atual de moradores cadastrados no programa de realocação; e,
- que o aluguel social é medida precária e emergencial.

DECRETA:

[...]

Art. 2º

§ 1º - Somente como medida excepcional, nas hipóteses em que não houver unidades habitacionais disponíveis para todos os moradores afetados é que será possível a utilização das modalidades de realocação consistente em indenização ou compra assistida, nos moldes fixados pelo Decreto nº 43.415, de 09 de janeiro de 2012.

§ 2º - Havendo unidades habitacionais disponíveis e diante da recusa de seu recebimento após o seu devido oferecimento, não será possível a adoção, em nenhuma hipótese, das outras modalidades de realocação previstas no Decreto nº 43.415, de 09 de janeiro de 2012, bem como concedido aluguel social.

§ 3º - Na hipótese do § 2º será imediatamente cessado o pagamento de eventual aluguel social concedido (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Com aplicação de medidas como essa, o Estado estabelece uma relação hierárquica com os afetados no desastre, impondo-lhes restrições de ser indenizado visto que a demanda habitacional seria menor que a oferta de imóveis. Uma contradição com o relatado pela mídia e presente no Plano de Habitação Social do município, de que o déficit habitacional acumulado no município era de 2552 (Tabela 5). Ainda, é contraditória essa medida, pois em Teresópolis/RJ a construção de 200 moradias populares teve início tardio e ainda não foram entregues. Impedem a entrega, segundo os entrevistados, um viaduto e estruturas mínimas como uma escola e um centro de atenção à saúde.

Tabela 5. Necessidades habitacionais em Teresópolis/RJ 2010 e 2020.

NECESSIDADES HABITACIONAIS DE TERESÓPOLIS EM 2010¹		
DÉFICIT HABITACIONAL	Coabitação familiar	2.244
	Aluguel de Cômodos	137
	Domicílios improvisados	165
TOTAL		2.552
INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	Carência de Infraestrutura	19.466
	Deficiência de Infraestrutura	5.932
TOTAL		25.398
(1) Dados projetados pela consultoria		
NECESSIDADES HABITACIONAIS DE TERESÓPOLIS EM 2020¹		
DÉFICIT HABITACIONAL	Coabitação familiar	2.872
	Aluguel de Cômodos	175
	Domicílios improvisados	211
TOTAL		3.267
INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	Carência de Infraestrutura	24.432
	Deficiência de Infraestrutura	7.593
TOTAL		32.025
(1) Dados projetados pela consultoria		

Fonte: PHIS (2011).

Para elucidar a magnitude da questão da moradia nos bairros pesquisados, segundo o PHIS, havia 3353 pessoas morando no Caleme em 2010, em 1130 domicílios. E, após 2011, a defesa civil já havia interditado 194 imóveis. No Campo Grande, o PHIS traz que havia 1252 moradores, em 765 domicílios, sendo 134 destes interditados após 2011. Dados do PHIS contestados por alguns idosos entrevistados, os quais afirmam ser maior o número de moradores no momento da crise aguda.

Contudo, se em 2010 o PHIS apresentava déficit habitacional municipal, com projeção de aumento em 2020, como a oferta de 200 moradias suprirão uma demanda

inicial acumulada de 2.552 imóveis? Com os dados apresentados na Tabela 6, podemos refletir as disposições presentes no Decreto nº 44.520 de 12/12/2013, principalmente sobre a oferta de moradias ser superior a demanda, uma informação não fundamentada, visto que depois de 2011 esse número se elevou devido às danificações/destruições/interdições de moradias em vários bairros.

Para o déficit habitacional, também é levado em consideração as inadequações habitacionais relacionadas às carências ou deficiência de infraestrutura. Dessa forma, mesmo com a construção das 200 casas, a necessidade de moradia acumulada anterior a 2011 seria de 2352 e, por conta de carências ou deficiência de infraestrutura esse valor continuaria em 25198 habitações. Como o auxílio-moradia tem caráter emergencial – legalmente, com prazo de validade de dois anos, podendo-se acrescer mais um ano – e destina-se a uma pequena parte da população com déficit habitacional, até quando essa situação prevalecerá?

Como nos lembra Valencio (2014b, p.9) – com base o caso de Teresópolis/RJ, onde entrevistou moradores(as) adultos(as) dos bairros Caleme, Campo Grande, Posse e Cascata do Imbuí – “tenta-se impor a interpretação de que o auxílio-moradia é uma *assistência humanitária* (e não um direito compensatório) que pode ser suspensa quando o Estado julgar que o desastre acabou”. Na atualidade há uma distribuição de serviços e benefícios sociais cada vez maiores, tomando o lugar dos direitos, da Cidadania/Nova Cidadania¹ e das formulações de políticas públicas eficazes e eficientes (DAGNINO, 2004).

A prefeitura anunciou, em seu site, a criação da Secretaria de Orçamento Participativo e Relações Comunitárias, de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs) e de serviços de ouvidoria. E, um ano após a crise aguda, foi promulgada a lei complementar municipal nº 159, de 30/11/2012, sobre a construção de empreendimentos de Habitações de Interesse Social (HIS) e normas sobre habitação popular:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre as condições para construção de Habitações de Interesse Social - (HIS). A construção de tais habitações destina-se a atender às necessidades habitacionais e promover o desenvolvimento social das famílias, nas faixas de interesse social, com rendimento familiar de 0 até 3 salários mínimos, e com rendimento familiar acima de 3 até 6 salários mínimos (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2012).

Outra ação anunciada foi a 1ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil de Teresópolis foi realizada em 13 de março de 2014, com o tema “Proteção e Defesa Civil: novos paradigmas para o Sistema Nacional”. Nessa conferência foram trabalhados quatro eixos: Gestão integrada de risco e resposta a desastres; Integração de políticas públicas relacionadas à proteção e à Defesa Civil; Gestão do conhecimento em proteção e Defesa Civil e Mobilização e promoção de uma cultura de proteção e Defesa Civil na busca de cidades resilientes. A conferência faz parte de umas das etapas para a realização da 2ª

1 A concepção a *Nova Cidadania* engloba não apenas o direito à igualdade, mas também o direito à diferença (DAGNINO, 2004).

Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, com a data de realização prevista para os dias quatro a sete de novembro de 2014 (BRASIL, 2014).

Cabe destacar que, específico para a pessoa idosa, o município já dispunha um histórico de 22 leis referentes a esse público, sendo uma delas complementar. Entre as leis há a Política Municipal do Idoso (Nº 1882, de 17/12/1998), a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Nº 1882, de 17/12/1998) e a criação da Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da Terceira Idade (Nº 0119, de 20/12/2008).

Em tese, essas ferramentas deveriam ser empregadas também na proteção à vida e à dignidade dos idosos em contexto de desastre, pois as ações públicas realizadas não refletem o aparato legal voltado para esse segmento da população, no âmbito familiar e comunitário, como prevê a Política Municipal do Idoso em seu Capítulo II:

Art. 3º A Política Municipal do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - é dever do Poder Público, da família e da sociedade, assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, defendendo sua dignidade, autonomia, integração e participação comunitária;

II - ao idoso é garantida a prioridade na formulação e execução de programas, projetos e serviços sociais do Poder Público na área habitacional, da saúde, da educação, da cultura e da assistência social;

[...]

V - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza, maus tratos, abandono, negligência em qualquer âmbito social, seja na família ou nas instituições públicas, privadas ou filantrópicas.

Art. 4º Constituem diretrizes da Política Municipal do Idoso:

[...]

II - participação do idoso, através de suas organizações representativas na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

III - primazia da responsabilidade do Poder Público na condução da Política Municipal do Idoso;

IV - priorização do atendimento ao idoso no âmbito familiar e comunitário, através de programas e projetos específicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 1998).

Outro destaque deu-se 10 anos após, na forma da lei complementar nº 0119, de 20/12/2008 que institui a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da 3ª idade e define as diretrizes e atividades a ser desenvolvido pela secretaria:

Art. 2º [...]

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio para a 3ª idade;

II - participação da população, por meio das suas organizações representativas;

III - articulação com a rede de serviços assistenciais existentes e envolvimento das organizações comunitárias na operacionalização desses serviços;

IV - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

V - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2008).

Caso a referida Secretaria tenha realizado ações junto aos idosos e familiares afetados nos desastres, seria interessante que esta divulgasse *online* essas atividades. Pois, de acordo com os entrevistados no Campo Grande e Caleme, não foram observadas ações desta junto a eles ou com membros de suas redes sociais. Ainda, quando perguntado sobre a referida secretaria, os entrevistados desconheciam sua existência e atuação.

Nesse ponto a mídia local mostrou-se presente na divulgação de informações/ serviços disponíveis à população, mas principalmente na realização de denúncias e na apresentação de relatos dos afetados em Teresópolis/RJ acerca da indignação com o Estado. A presença e preocupação da mídia nacional, no entanto, declinou substancialmente após 2011 (Fotografias 32-44).

Fotografias 32-34. A mídia, dois e quatro anos após a crise aguda.



Fonte: Aline Viana (À esquerda, Campo Grande, janeiro/2013, ao centro e à direita, Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2015).

Uma questão muito emblemática principalmente no Campo Grande, abordada brevemente em uma matéria jornalística, mas aprofundada nas entrevistas realizadas em campo, foi a do esvaziamento da vizinhança. Na reportagem conduzida no Campo Grande, um antigo morador do bairro falava sobre as relações com os moradores e, de como essas se modificaram um mês após janeiro de 2011:

“Isso aqui, até as 9-10 horas eu trabalhava, o pessoal que eu jogava uma ‘sinuquinha’, tomava uma ‘birita’, uma ‘cervejinha... o tempo passava, agora

já não tem mais isso. Agora deu 6 horas, anoiteceu, acabou... só grilo e sapo e mais nada. Então eu me sinto só, sozinho..." (Entrevistado _____. Reportagem de Sofia Aréde para a "Grande Reportagem SIC", publicada em 11/02/2011, 20min30seg - 20min55seg, transcrito pela discente).

Contudo, é no foco da relação dos afetados com o ente público que se dá a maior parte das reportagens analisadas. Como traz em entrevista ao Portal Tere Total², o Senhor ___ reporta que por falta de acompanhamento e assistência muitos afetados morreram, assim como reportam vários entrevistados na presente pesquisa. Essa questão vem sendo levantada desde 2011, como ocorreu na audiência pública³ realizada em 28 de outubro de 2011, em Teresópolis/RJ. Na fala de Augusto Braga, médico e presidente Centro de Ecologia Aplicada de Teresópolis (CEAT), denunciava-se a falta de assistência pública adequada resultando em problemas de saúde enfrentados pelos afetados, como falta de acompanhamento psicológico e atendimento de saúde de forma geral. Na época, Augusto Braga já mencionava a existência de uma lista com 200 nomes de afetados, elaborada com a colaboração da AVIT, que esperavam há 10 meses por atendimento de saúde. No entanto, dentre eles 10 já haviam falecido em outubro do mesmo ano.

Além da assistência de saúde, é imprescindível mencionar a voz do ente público na mídia, sobre a falta de soluções habitacionais. Com base no Decreto nº 44.520 de 12/12/2013, o ente público representado abaixo na fala de uma técnica, afirma não se justificar o pagamento de indenização para os afetados.

O governo estadual foi representado pela técnica M.A., que atua na Subsecretaria Especial de Reconstrução da Região Serrana, que informou ter acompanhado de perto a confecção do Decreto e defendeu a iniciativa, justificando que ele aconteceu porque alguns beneficiados pelas indenizações ou compras assistidas estariam adquirindo casas em outras áreas de risco ou estariam utilizando o dinheiro para investir em negócios que não seria de moradia, defendendo que o Decreto garante a mesma moradia para todos os que foram atingidos. Ela ainda justificou que o termo 'indenização' se dá quando o Governo do Estado precisa retirar uma pessoa de determinado local para fins próprios e que, para isso, paga ao interessado pelo uso do espaço, o que, na avaliação dos técnicos da subsecretaria, não seria o caso da Região Serrana (NET DIÁRIO, 27/03/2014).

Devido às relações de poder e desrespeito, existentes entre o aparato público para com os afetados, as manifestações se repetem. A divulgação das manifestações é recorrente nos recortes jornalísticos realizados. Por exemplo, em junho de 2014, com

2 Ver reportagem completa em: Portal Tere Total. **Copa do Mundo 2014 AVIT solidariedade na Posse em Teresópolis Terê Total**. Publicado em 07/06/2014. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=PjOifUeTic>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

3 Audiência pública gravada e transmitida pelo Portal Tere Total. Vídeo intitulado "Audiência Pública-tragédia em Teresópolis - Augusto Braga", publicado em 30/10/2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OZ83dPDaRzQ&list=TLRJe3kW-mcheSoKnONVnOclXENau1ICU&index=6>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

a realização da Copa do Mundo e a concentração da seleção brasileira em Teresópolis/RJ, pessoas afetadas reuniram-se com cartazes, uma taça simbólica e bolas de futebol para manifestarem e realizarem um ato simbólico em homenagem aos afetados, aos desaparecidos e aos falecidos no desastre. Dentre as mensagens veiculadas (UOL, 07/06/2014) está a da AVIT, na qual dizia: *“Não queremos só COPA. Queremos: COPA, COZINHA, BANHEIRO, 03 QUARTOS, SALA, ÁREA DE LAZER, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DIGNIDADE E CIDADANIA. Onde estão os direitos humanos?????”*

A mídia frequentemente entrevistou membros da AVIT e focou nos relatos sobre as ações conjuntas tomadas pelos afetados para o enfrentamento do desastre. As reportagens no longo prazo foram realizadas, majoritariamente, durante as manifestações. No entanto, um papel que não se desempenhou foi o de pressionar incisivamente o poder municipal para o atendimento das necessidades demandadas pela população.

Desde 1998, Quarantelli já chamava a atenção para três grandes questões no contexto de desastres, dentre elas há, justamente, a compreensão do papel das mídias, junto ao papel das arenas políticas e das múltiplas interpretações do que são os desastres. Com relação às mídias, anos mais tarde, em 2003, o autor reforça o papel desempenhado pelos meios de comunicação em massa de gerar discursos, por vezes, substituindo o discurso da sociedade e seu posicionamento de fato. Isso ocorre por esses meios de comunicação selecionarem as contribuições pertinentes, de acordo com o discurso de interesse e, não necessariamente, de interesse ou prioridade aos afetados (QUARANTELLI, 2003).

Outro ponto importante observado no contexto americano pelo autor (2003), também aplicável no campo pesquisado, é a falta de cobertura na fase de mitigação. Pois, esses meios se atêm no momento da crise aguda, na produção e venda de notícias. Todavia, há o outro lado da moeda no caso brasileiro, pois se as dificuldades enfrentadas pela população não atingirem minimamente a mídia, se não impedirem o andamento dos sistemas de objetos e ações de interesse do meio oficial ou do capital, o descaso do aparato público com os afetados torna-se mais acentuado (VALENCIO, 2010a).

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da Terceira, por exemplo, seriam órgãos importantes para atuação junto aos idosos afetados no desastre. Contudo, os idosos e familiares consultados relatam desconhecimento da existência de tais órgãos e afirmam não ter recebido o suporte desses a partir de 2011.

Complementar a isso, até a finalização desta pesquisa no ano de 2015, não se obteve retorno do Conselho Municipal, assim como não consta entre as secretarias existentes no município, no site oficial da prefeitura, a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da Terceira Idade, embora esta tenha a indicação de sua criação desde 2008.

Assim como os idosos e familiares relataram desconhecer a atuação desses órgãos, também negam ser beneficiados pela Política Municipal do Idoso e ser consultados em ambientes participativos para formulação de projetos e ações, conforme previsto na referida política. Além da falta de informação sobre onde e quando essas reuniões aconteceriam, também é importante descrever a dificuldade de alguns idosos se

deslocarem com segurança a esses espaços, visto a falta de acessibilidade e de iluminação pública em vários trechos dos bairros estudados.

A acessibilidade é uma dimensão importante para a manutenção da autonomia, da independência e da segurança de diversos segmentos etários, mas torna-se fundamental para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Conforme traz a norma técnica 9050/2004 (2004, p.2, grifo nosso) a acessibilidade corresponde a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Espaços acessíveis facilitam os deslocamentos, os encontros com os membros da comunidade e a participação das pessoas nos espaços consultivos, conferenciais e de audiências públicas. Contudo, essa questão não recebe atenção em ambos os bairros, pois há vários trechos íngremes, sem pavimentação e com passagem de esgoto não canalizado pelo terreno no Caleme. A seguir, imagens desse cenário (Fotografias 35-37). No Caleme, as condições de deambulação agravam-se dado a inclinação acentuada do terreno e a falta de iluminação pública em vários trechos. Com a presença de chuva forte seguida de emissão de alerta, DN26 e família relataram ser impossível sair de casa, em decorrência do estado inseguro das rotas de evacuação.

Fotografias 35-37. Condições inseguras para a deambulação.



Foto: Aline Viana (À esquerda, Campo Grande, maio/2014, ao centro e à direita, Caleme, janeiro/2015).

Ao tornar os espaços acessíveis, colabora-se para a integração comunitária, para a organização da vida cotidiana, para o uso dos espaços e atribuição de significado destes. Por meio do significado, o espaço transforma-se em lugar, adquire definição, valor, capta atenção. Os lugares constituem, dessa forma, a memória e identidade de um povo ou indivíduo, representam um “mundo de significado organizado” (TUAN 1983, p.198).

E, para a significação dos espaços, a pausa no movimento. Por meio dela ocorre a possibilidade de uma localidade ser reconhecida como um espaço de valor, assim como a sua permanência nessa localidade, um ponto importante para a compreensão do conceito de lugar (TUAN, 1983).

O lugar pode ser concebido ainda como “o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”, sendo um produto de relações sociais humanas, do homem e seu meio, da produção da vida e da identidade dos sujeitos (CARLOS, 2007, p.17).

Acresce-se à concepção de lugar a de pertencimento, pois é na comunidade, na construção de laços de reconhecimento recíprocos e na partilha de princípios e ideias comuns, que o sentimento de pertencer a um ‘espaço-tempo’ comum é gerado (SÁ, 2005) onde os lugares são criados.

Tanto para a elaboração do sentimento de pertencimento quanto para a construção de lugares há a dimensão subjetiva, a qual é estruturante para ambos os construtos (SOUZA, 2006). O sentimento de pertencimento não se restringe apenas a um território físico, mas também se refere às relações e às “fronteiras entre o público e o privado, o real e o imaginado, a fragmentação e a identidade, mas sobretudo entre as fronteiras da comunidade e da sociedade” (SOUZA, p. 233).

Entretanto, também é possível descrever um lugar, sem necessariamente introduzir conceitos espaciais. Para isso Tuan (1983, p.152) introduz o conceito de *lugares íntimos*, os quais são “[...] lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas [...]”. Sendo característica desses lugares, a possibilidade de estes serem transitórios e pessoais.

Uma concepção bastante discutida/rebatida apresentada por Tuan, é a ideia de pessoa como lugar. Pois, “na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem seu significado, de maneira que sua permanência é uma irritação mais do que conforto” (TUAN, 1983, p.155).

O pertencimento e reconhecimento junto ao lugar partem, portanto, da esfera subjetiva e interpessoal:

[...] o pertencimento parte da esfera subjetiva para se realizar na dimensão de algo que ora é chamado de comum, ora de público, mas que de alguma forma traduz a desocultamento e sintonia das práticas vividas no cotidiano e sua realização no social e cultural mais amplo, na procura do estar junto coletivo (SOUZA, 2006, loc. cit).

O observado em campo, de visitar o antigo local de moradia, como forma de enfrentamento e reconhecimento do sentimento de pertencimento construído junto à comunidade – exemplo do caso da idosa J1 apresentado no capítulo anterior – sustenta a concepção dos espaços serem lugares para esses idosos. Complementa essas concepções, o rememorar o lugar, as histórias, as trajetórias pessoais e familiares neste. Em um dos casos, o idoso SJ5, morador do Caleme, começa a entrevista ressaltando a beleza do bairro e seu microclima antigamente, descreve o tempo/pessoas/relações comunitárias de quando era criança e depois quando jovem. SJ descreve as mudanças no bairro, nas práticas da agricultura dos mais velhos e das praticadas por ele, na geração e distribuição da energia elétrica com um moinho de água, o qual foi proibido com o tempo para pagamento da energia produzida pelas companhias elétricas. Explica o processo de ocupação dos morros, a atual proibição por ser “área de risco” e sobre o uso dos morros

e das matas como locais de lazer e caça.

Só após descrever e rememorar todos esses aspectos, ele fala de fato o que foi o desastre para ele: o processo de mudança de *habitus*, de cotidiano e de convívio com os membros da comunidade. Esse processo cognitivo é essencial para SJ5 na elaboração de seu relato oral, pois o desastre só faz sentido estando contextualizado a partir de sua vivência, seu curso de vida. E, o mesmo processo cognitivo de contextualização para explicar o processo de afetação no desastre ocorreu com SP15 no Campo Grande.

Com o desastre, os entrevistados destacam a questão do esvaziamento do lugar e da *falta de todo mundo* (Cf. VARGAS, 2013) como marcantes no processo de afetação, principalmente no Campo Grande. Entre os idosos, é marcante o esvaziamento nas relações sociais, visto o distanciamento de membros da comunidade, impactando no processo de (re)adaptação e enfrentamento do desastre. A idosa J1 relatou sentir falta dos vizinhos e amigos, das relações estabelecidas na comunidade e da ida regular à igreja com a amiga. Reforçando suas palavras, após 2011, sobre essa sociabilidade e suporte:

“Mais aí acaba que... isso ‘acabô’ [silêncio]” (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande/2013).

No Caleme, um membro da comunidade (MM9) relata a falta da idosa DC10, visto que tinham, além da amizade, uma relação comercial. Pois, ela recolhia o óleo usado pela comunidade e entregava à idosa. Em contrapartida, DC10 fazia sabão caseiro e levava para o estabelecimento de MM9 para ser vendido. E, foi justamente por meio do contato telefônico feito por MM9 à idosa, que foi possível entrar em contato com DC10.

Nas fotografias abaixo (Fotografias 38 e 39), vê-se a mudança na paisagem do bairro e da conformação deste. Com a remoção das moradias, o esvaziamento do lugar é marcadamente percebido. Atualmente, as moradias e edificações interditadas/destruídas dão lugar à construção da barragem.

Fotografias 38 e 39. O esvaziamento do lugar em 2013 (à esquerda) e 2014 (à direita).



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, janeiro/2013 e maio/2014).

As edificações remanescentes, abandonados muitas vezes involuntariamente,

são ocupados progressivamente pela vegetação, assim como os lugares outrora experienciados pelos membros da comunidade (Fotografias 40-41).

Fotografias 40 e 41. O esvaziamento e interdição do lugar em 2013 (à esquerda) e 2014 (à direita).



Fonte: Aline Viana (Campo Grande, janeiro/2013 e maio/2014).

Vargas (2013), em trabalho anterior realizado em Teresópolis/RJ, auxilia nestas reflexões ao trazer que o desastre é definido pelos afetados como a *"falta de todo mundo"*, caracterizada pela expulsão do lugar ou pela ameaça desta ser concretizada. A perda do imóvel ou a necessidade dos entrevistados de sair de suas casas aparecem nas entrevistas da autora relacionadas ao *sentimento de "não pertencimento"* e *estranhamento* destes para com essa nova situação.

É fato que a política na atualidade "converteu-se em mero instrumento de gestão dos problemas provenientes do âmbito das necessidades humanas" (KEINERT, 2007, p.200). No contexto de desastres, a prestação de atendimento social aos grupos afetados dá-se com base na concepção exclusiva do reino das necessidades, do suprimento das carências e dos mínimos vitais, sem que as necessidades dos afetados sejam de fato ouvidas ou atendidas (SIENA, 2013). Visto esse cenário, a família torna-se fundamental para enfrentar e resistir no cotidiano, sendo uma fonte primária de suporte social para os entrevistados antes da crise aguda, durante e após.

Analisando os relatos, durante a crise aguda iniciada na madrugada de 12 de janeiro de 2011, a família foi a primeira a prestar os primeiros socorros e oferecer apoio entre si. Em parte, isso se deve pelas equipes de resgates começarem a chegar aos bairros pela manhã ou dois dias após a crise aguda.

Meu filho que me tirou. Aí eu tava chamando, chamando, chamando aí eu pensei que ninguém tava ouvindo. Será que eu vou morrer? Ninguém escuta. É muito tempo... Aí o outro meu filho escutou, gritou esse, o outro tava com o pé quebrado. E esse foi me acudir já tava com o braço quebrado,

mas na hora que tava quente ele ainda conseguiu. Quando ele me tirou, foi ver se a família tava viva, se tava morta, porque nem sabia, aí ele num 'guentou' mais (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

Não apenas o suporte entre si, mas destaca-se na pesquisa de campo o apoio com a comunidade. Todos os familiares entrevistados e também o idoso PZ28 auxiliaram no resgate, na recuperação dos corpos e na prestação de cuidado à comunidade. O casal de idosos, DL3 e SL4, por exemplo, exerceram o papel de apoio as equipes de resgate, aos voluntários e à defesa civil no Caleme. Cederam abrigo na varanda da casa deles, para o descanso, alimentação e reunião de planejamento das equipes e dos voluntários durante a crise aguda. Ainda, foram responsáveis pelo recebimento, organização e distribuição de donativos e mantimentos para a comunidade.

Na crise crônica, nos relatos analisados, a importância do apoio social entre membros da família e da comunidade é expressiva. São vários os exemplos, dentre eles o caso de DC10 e o esposo, SP15, DL16, DB18 e família, DN26 e família, DL22 e família e J2 e família que ficaram inicialmente desalojados, contando com o suporte de outros familiares. Todavia, após um tempo, DC10 e o esposo, DB18 e família, J2 e a irmã idosa e DL22 e família ficaram desabrigados dependendo da aposentadoria e do auxílio aluguel. Uma situação incerta, visto a irregularidade na frequência de depósito do auxílio, trazendo sofrimento aos idosos e seus familiares. Um exemplo desse quadro é retratado no trecho da entrevista transcrita a seguir:

Entrevistadora – E chegaram a ir pra abrigo [os idosos da comunidade]?

Idosa J2 – Não, uns foram outros não. Eu não fui moça porque eu tinha uma sobrinha ainda, que minha família é poquinho sabe, mas eu tinha uma sobrinha ainda. Mas casa dos outro também num dá né, casa dos outro também num dá, não dá. Então eu 'vo' fica com duas... na casa dos outro, como 'vo ficá' com doente na casa dos outro? Usa fralda, é difícil (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

Esse quadro reflete o apresentado na literatura, no qual o desalojado torna-se desabrigado quando acabam as condições de acolhimento privado, por exemplo, pela falta de recursos materiais dos que acolhem, pela falta de liberdade no ambiente dos mesmos ou ainda pela suspensão ou insuficiência do auxílio-moradia estatal (VALENCIO, 2012a).

Derbert e Simões (2006) chamam a atenção para a hipocrisia social em torno da concepção de família e dos papéis sociais socialmente esperados. Como as autoras trazem no âmbito do envelhecimento humano e, das diferentes conformações familiares, a família não é necessariamente um ambiente de proteção, afetividade, harmonia e promoção da qualidade de vida. Cada família possui dinâmicas e relações únicas, marcadas pela história de cada uma. Dessa forma, com a pressão pública para o acolhimento privado entre familiares, no contexto de desalojamento/desabrigamento, ao invés de se tornar uma solução, pode-se tornar uma opção estressante, constrangedora e conflituosa, pela pressão e exaustão dos recursos da rede primária dos afetados.

Outro tipo de situação selecionada foi a da idosa DL22, embora inicialmente precisou mudar-se para longe da família, por falta de alternativas habitacionais, ficar perto deles era seu maior objetivo:

Eu saí, morei de favor na casa dos outros... Hoje meu aluguel saiu e eu arrumei uma casinha lá no bairro São Pedro, aí morei um ano lá, aí apareceu essa casa aqui, [...] aí eu vim 'pra qui' 'pra 'ficá' perto do meu filho e minha bisneta (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

Outra situação, relatada por J1, refere-se às relações estabelecidas na comunidade. A idosa J1 mudou-se do bairro para ficar próxima a uma antiga vizinha, com o intuito de continuarem prestando apoio e companhia uma a outra, visto que ambas eram viúvas e moravam sozinhas. Pois, para ela não tinha sentido ou condições permanecer ali sozinha.

[...] tinha, tem uma moça do lado de lá, que é sogra da minha filha, e ela disse 'Aaa, pra que que você deixo tirá tua casa?', eu falei 'Mas como que eu ia ficá?' [...] como que eu ia ficá aqui só? (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Na literatura gerontológica, as discussões sobre a viuvez e sobre o morar sozinho são bem estabelecidas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 1988; DOLL, 2006; DEBERT; SIMÕES, 2006; CAMARANO; KANSO, 2010). Há diversas áreas estudando o tema, como a psicologia, gerontologia, sociologia e antropologia, por exemplo. E, na perspectiva histórica, há estudos incluindo aspectos no âmbito privado e público da viuvez desde a antiguidade. Esses estudos dão-se por meio de documentos do antigo testamento, passando por documentos da Idade Média, dos tempos modernos até a contemporaneidade (DOLL, 2006).

A literatura gerontológica nos ajuda a pensar o caso investigado, pois a viuvez impacta marcadamente e, de forma multidimensional, aspectos da vida privada e pública, podendo ter desdobramentos diversos – como alterações psíquicas, comportamentais e clínicas, com o desenvolvimento de morbidades. Dependendo da gravidade do quadro clínico e social, há risco inclusive de evoluir para óbito. Soma-se a isso, o maior risco de vulnerabilização social, diminuição e funcionalidade da rede de suporte social, alteração do *status* social e alterações de papéis sociais (BERQUÓ; CAVENAGHI, 1988; DOLL, 2006).

Como no caso de J1 e de outros afetados, o atendimento à saúde não é fornecido no escopo biopsicossocial. Com a falta de atenção a essas pessoas e as possíveis implicações desta, tornam-se preocupante o cenário visto as considerações acima feitas. Dessa forma, a ativação da rede de suporte social informal, torna-se o principal mecanismo de enfrentamento.

Chama igualmente a atenção a falta de assistência social e de saúde, proteção social e promoção de saúde de outro grupo de idosos, recentemente em voga na literatura gerontológica, o de idosos cuidadores de idosos. Esse foi o cenário observado com três entrevistados, SP15, DC10 e J2.

O idoso SP15 é o principal cuidador da esposa DL16. Esta teve um AVC há alguns anos e com apresentação de alteração cognitiva e, desde então, ele desempenha o papel como principal provedor de cuidados. Entretanto, SP15 apresenta limitações físicas, com dificuldade de deambulação e relato de dor crônica. Em 2011, com a crise aguda, ambos permaneceram junto aos filhos em outro bairro por três meses, mas após isso retornaram à antiga moradia no Campo Grande. SP15 ressalta o recebimento de apoio dos filhos e netos, tanto para assistência, abrigamento e acompanhamento da situação de ambos. SP15 relata não receber assistência social ou de saúde do município desde 2011. E, conforme já relatado, procura assistência de saúde particular para ele e para a esposa em caso de necessidade.

A idosa DC10, por sua vez, é cuidadora principal do marido de 80 anos, o qual sofre de vários agravos de saúde. Após 2011 eles mudaram-se do Caleme, todavia, DC10 refere 'passar mal' frequentemente, devido à preocupação e às incertezas da situação vivenciada. Após 2011, relata 'não ter muita saúde', com quadros freqüentes de descompensação da pressão arterial. Embora descreva receber a visita dos agentes comunitários de saúde, algo que não ocorria no Caleme, o acompanhamento com a cardiologista é feito de modo particular. A idosa ressalta a dificuldade de adaptação na nova moradia alugada, pela diminuição nos cômodos, imóvel com pouca ventilação e com presença de mofo, visto seu quadro alérgico.

O outro caso emblemático e agravado pela falta de moradia (devido à interdição desta) é o da idosa J2 e sua irmã. Apresentado a seguir, nas palavras de J2:

Idosa J2 - _____, eu morava na Granja Florestal, rua _____. Não me deram meu aluguel social, 'tô' correndo, 'tá' na justiça sabe..., mas 'tá' demorando... eu 'tô' dependendo! 'Tô' com um doente de 69 anos em casa, num fala, num anda, usa fralda...

Entrevistadora - Desculpa, ele quem é?

Idosa J2 - É minha irmã, minha irmã. Eu também... eu num ganho... agora, com o salário novo eu num sei. Aí peguei um empréstimo por conta da tragédia, aí eu recebo 570 reais, o meu aluguel é 500, meu aluguel é 500, aí tem água, tem luz. Como é que eu 'vo' viver? Num tem como...

Entrevistadora - E é só você e sua irmã?

Idosa J2 - Não... aí mora minha filha e tem um garoto com 10 anos. Mas minha filha também num dá, minha filha ela ganha salário também.

Entrevistadora - E vocês moravam todos juntos quando aconteceu?

Idosa J2 - É uma família, é uma família, é uma família... Aí fui na assistência social, ela falou que num ia me dá porque eu recebia dinheiro. Eu falei pra ela que o dinheiro da minha irmã, era da minha irmã, ela incluiu tudo sabe, aí incluiu. Eu falei tira minha irmã fora porque o dela num dá nem pra ela, tem remédio que eu compro, entendeu como que é?...

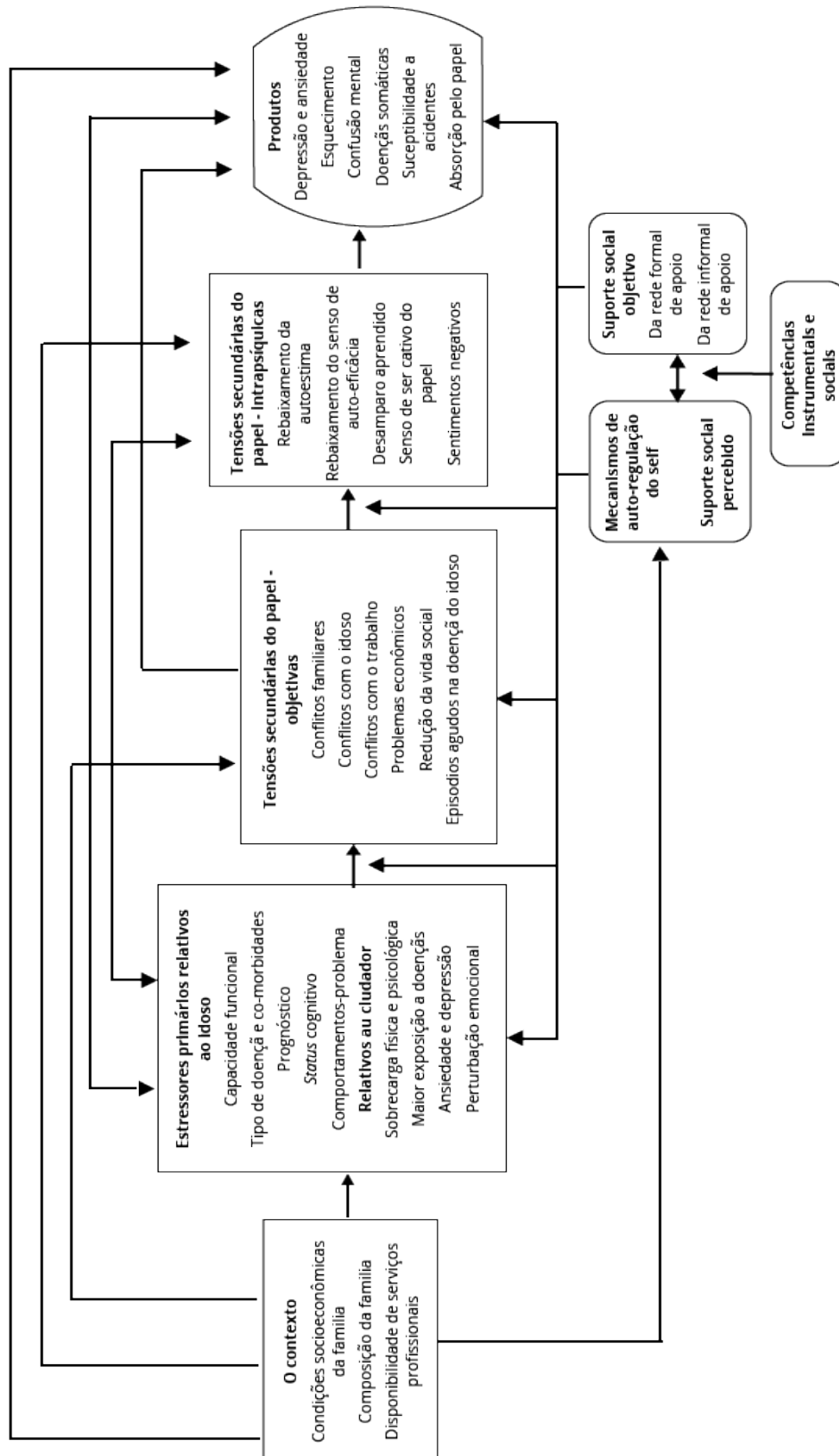
Entrevistadora – ... e hoje você tem alguma assistência?

Idosa J2 – Não tenho, não tenho nada. [...] Dois 'ano' que eu 'tô' nessa luta... Aí eu fui na assistente social essa semana, pedi a ela, como é que ia 'ficá'? Ela disse que o meu cadastramento ainda não veio, que mentira... num veio lá do estado... isso é mentira, é mentira, é mentira! O máximo que leva é um mês, um mês e meio. Dois 'ano'? Eles num 'qué' dá, é mentira! (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

Estudos já mostram tendência de aumento na proporção de idosos com necessidade de cuidados de longa duração. Entre 2010 e 2020 essa demanda aumentará cerca de 30 a 50% no país (CAMARANO, 2006, 2012; CAMARANO; KANSO, 2010). Embora a literatura aponte para maior prevalência de mulheres no papel de cuidadoras (NERI, 2007, 2001; CAMARANO, 2012), também se observou na pesquisa de campo a presença masculina do cônjuge, como cuidador principal.

É importante compreender que esses idosos vivenciaram eventos críticos e intensamente estressantes, os quais perduram na vida destes devido à negligência da assistência vivenciada. E, exercem atividades de cuidado sob circunstâncias adversas. O exercício do cuidar também pode ser estressante e sobrecarregar física e emocionalmente o cuidador, em especial em caso de idosos frágeis e dependentes. Dentre a vasta literatura existente sobre o assunto, Neri e Fortes (2006) ajudam a compreender as dinâmicas e dimensões envolvidas em situações estressantes de cuidado ao introduzir o modelo interacional, cognitivo e multidimensional de estresse do cuidador familiar (Figura 3).

Figura 3. Modelo interacional de estresse do cuidador familiar de idosos frágeis e dependentes.



Fonte: Neri e Fortes (2006) com base na interpretação da literatura anterior e contemporânea às autoras.

Embora fosse necessário avaliar os cuidadores entrevistados – para observar presença/ausência de sobrecarga e estresse, o grau e o impacto biopsicossocial sob estes – pela análise qualitativa do relato oral dos cuidadores, J2 e DC10 apresentam sinais de estresse e sobrecarga, os quais necessitariam ser avaliados e acompanhados adequadamente.

Chama a atenção no caso da idosa J2, a ecolalia, ou seja, a repetição de palavras ou frases, de forma constante ao longo de sua fala. Esse sinal pode ser indicativo, principalmente entre idosos, de alterações cognitivas ou neurológicas, portanto, a necessidade de avaliação e acompanhamento de J2 é evidente. É importante ainda, ser pensado conjuntamente as alternativas possíveis de cuidado para ela e a irmã, pois se J2 estiver em processo de declínio cognitivo, ambas necessitarão de cuidados contínuos.

As dificuldades de exercer o cuidado, nos primeiros momentos após a crise aguda, levaram J2 a procurar uma instituição voltada para o cuidado de idosos. Porém, quando conseguiu alugar uma casa a trouxe para morar novamente com J2, conforme é transcrito trecho da entrevista abaixo:

Entrevistadora – Eu soube que teve idosos que foram pra abrigos temporários e depois eles foram pra abrigos de idosos. A senhora sabe se teve alguém em que isso aconteceu lá [*no bairro em que vivia*]?

Idosa J2 – Tem, tem uns aí, eu não sei explicar não. Que a minha eu num tinha lugar pra botar ela, eu não gosto de mentira não, ela ficou cinco mês na _____.

Entrevistadora – Aonde que fica? É um abrigo de idosos?

Idosa J2– Não, não é abrigo não, é feito um apoio, sabe? Mas eu tirei que tavam judiando, tirei que tavam judiando.

[...]

Idosa J2 – Eu mesmo pedi ajuda [*à instituição*], como que é que eu ta com uma pessoa acamada, andando pra lá e pra cá? Eu não podia! Depois eu parei, aluguei uma casa e peguei ela. Minha irmã, pessoa que depende da gente, depende...

Embora relate maus-tratos à idosa na instituição, a J2 opta por não adentrar nesses aspectos os quais são respeitados durante a entrevista. Com a limitação de informações, a não oficialização da denúncia e conseqüentemente ausência de investigação pública, é delicado afirmar a ocorrência dos maus-tratos.

Nesse emblemático cenário, agravado com a falta de suporte formal institucionalizado para a promoção do *care*, como garantir os direitos expressos no Estatuto do Idoso? E, ao mesmo tempo, assegurar que os idosos residentes sozinhos e/ou com idosos dependentes, não entrem para as estatísticas oficiais e as presentes na literatura internacional como as principais vítimas fatais nos desastres?

Assim, idosos e família enfrentam o processo de afetação, no âmbito interpessoal em Teresópolis/RJ por meio da comunidade e dos grupos religiosos. Um dos grupos foi o constituído por participantes da Igreja Assembléia de Deus no Caleme. Este foi

importante na comunidade para dar apoio aos moradores, sendo utilizada inclusive para abrigo, assim como continua atuando na emissão de alertas de tempestades ou outras informações relevantes enviada pela Defesa Civil municipal (Fotografia 42).

Fotografia 42. Ponto de apoio comunitário para alerta e abrigo em caso de chuva forte.



Fonte: A autora (Caleme, maio/2014).

O grupo formado pela Caritas do Brasil também auxiliou, entre outros, na promoção em Teresópolis/RJ em 26 e 27 de abril de 2012, do “Seminário sobre impactos dos desastres socioambientais no Rio de Janeiro”, o qual discutiu a problemática da região serrana e os impactos socioambientais e políticos enfrentado nos últimos anos. Segundo a Rádio Vaticano, a finalidade desse seminário seria o de

reforçar e estimular formas organizativas das pessoas afetadas no enfrentamento dos impactos dos desastres socioambientais. Entre outros objetivos, os organizadores querem possibilitar a compreensão crítica dos desastres em vista de práticas de enfrentamento das causas estruturais. A partir do seminário, os organizadores querem promover o protagonismo das pessoas atingidas pela tragédia de 12 de janeiro de 2011, com a realização de uma audiência pública com autoridades governamentais e promover a troca de experiências e ações junto aos afetados, promovendo uma atuação em rede (RÁDIO VATICANO, 26/04/2012).

Outro grupo foi o da diocese de Teresópolis/RJ, na figura do Administrador Diocesano, Monsenhor Paulo Daher, segundo reportado pela AVIT em 23 de maio de 2012. Conforme a AVIT continua, “desde o início a Diocese procurou intervir atendendo o apelo feito pelas vítimas e por isso surgiu o projeto diocesano Presença Samaritana, que

hoje atua principalmente em Teresópolis”.

Outra frente foi o de voluntariados, como o trabalho voluntário realizado, por exemplo, em 06 de março de 2012, pela Psicanalista Dra. Eveline Miranda no sítio da Paróquia de Santo Antônio no Alto, cedido à AVIT pelo Padre Jorge. Neste objetivo foi a motivar e fortalecer a comunidade, na criação de “um espaço de acolhimento, atenção e escuta, investindo na auto-estima dos afetados pela tragédia” (AVIT, 23/05/2012).

Outro grupo também teve atuação, com a divulgação *online* de problemas em um bairro em específico. Este foi o de moradores do bairro do Caleme, residentes na Rua dos Canários, através da criaram em maio de 2012 do “Blog do bairro Caleme” <<http://caleme-teresopolis.blogspot.com.br/>>. No Blog o grupo manifestava sobre a insatisfação com o atraso da realização da obra de contenção e retirada das pedras no bairro.

Dentre os diversos grupos, a Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de janeiro em Teresópolis (AVIT) merece destaque pela atuação intensa e contínua junto aos afetados. este grupo já foi citado diversas vezes ao longo do livro, pois é indissociável falar de enfrentamento coletivo sem mencionar a AVIT em Teresópolis/RJ. Na expectativa de reunir a comunidade e acolher as demandas, para lutar pelos seus direitos negados, a comunidade de Teresópolis se organizou. Dentre os membros fundadores está o filho da idosa DL22, o qual auxiliou na composição das descrições sobre a AVIT. Outros relatos também foram considerados, como o da filha de DN26, voluntária na AVIT e dos feitos publicamente durante as manifestações e o Seminário Internacional de Riscos de Desastres relacionados à água em Campos dos Goytacazes/RJ em 18/11/2014.

A organização da associação AVIT é um exemplo de enfrentamento coletivo, assim como de mobilização para a realização das manifestações. Estas se apropriam do espaço público para a luta dos direitos dos cidadãos afetados, assim como para rememorar aqueles que faleceram ou estão desaparecidos desde 2011. Dentre as diversas ações realizadas pela associação, destacam-se: a prestação de assistência jurídica; a realização de reuniões com afetados e poder público; idealização e efetivação de audiências públicas, manifestações e atos de solidariedade. Imagens dos atos de solidariedade de 2013 e 2015 são apresentadas nas Fotografias 43 a 54.

Fotografias 43 e 44. Discurso e participação dos munícipes no ato de solidariedade em 12/01/2013.



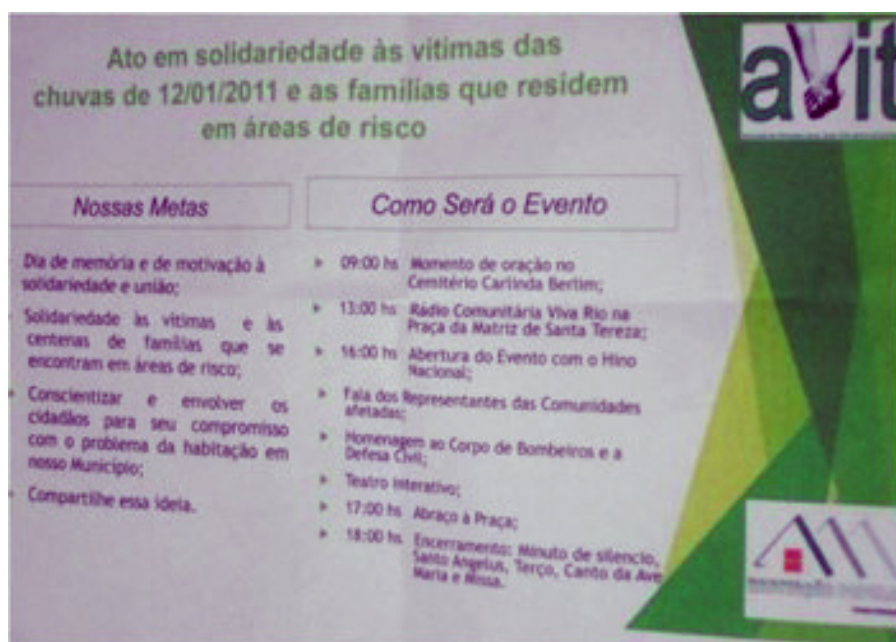
Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013).

Fotografias 45-48. Reivindicações no ato de solidariedade em 12/01/2013.



Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013).

Fotografia 49. Programação do ato de solidariedade em 12/01/2015.



Fonte: Aline Viana (janeiro/2015).

Fotografias 50-52. (Re-)Reivindicações no ato de solidariedade em 12/01/2015.



Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2015).

Fotografias 53 e 54. Participação no ato de solidariedade em 12/01/2015.



Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2015).

Teresópolis/RJ, quatro anos após a crise aguda, continua a discutir marcadamente a construção e entrega de moradias aos afetados e, a assistência aos afetados. Nas reivindicações apresentadas na manifestação, o poder público falhou na questão habitacional, na recuperação de pontes e vias, na conclusão das vistorias, no pagamento das indenizações, assim como não forneceu apoio biopsicossocial às famílias dos desaparecidos e aos afetados em geral. Desolador ver a utilização das mesmas faixas de 2013 nas manifestações, representando reivindicações importantes ainda não atendidas, mesmo após quatro anos. Ainda, observar e ouvir o relato de membros da associação sobre a diminuição da participação dos munícipes nas manifestações e atividades organizadas.

Mesmo frente a vários entraves, algumas conquistas ocorreram devido à pressão popular, como a aprovação da Lei Orgânica, a qual destina pelo menos 3% dos recursos próprios do município para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) (AVIT 10/12/2013). Outro passo importante dado pela população, por meio da associação, foi o credenciamento da AVIT junto ao Ministério das Cidades para gerir a construção de 200 unidades habitacionais, no prazo de dois anos para oficializar o projeto apresentado e iniciar a construção das unidades. Segundo reportado no Net Diário em 08/10/2014, as unidades serão no valor de até R\$ 75 mil reais (aproximadamente USD 33 mil em agosto de 2014), financiadas pelo Programa Minha Casa Minha vida. As famílias a serem atendidas teriam renda bruta de até R\$ 1.600 (aproximadamente USD 704).

Como desdobramento das pressões exercidas pela população, em maio de 2014, os afetados se reuniram para manifestar e participar da audiência pública realizada na ALERJ em 22/05/2014. Logo na entrada do local da audiência, afetados, dentre eles idosos, seguraram faixas, bandeiras brancas e do Brasil, como foi divulgado pela AVIT na época, em imagens registradas do evento, as quais podem ser consultadas no site e na página da AVIT nas redes sociais <www.facebook.com/AVIT>.

No último ato de solidariedade foi incluso pela AVIT, a questão das famílias que

residem em outras “áreas de riscos” e não apenas aos afetados na crise aguda em 2011. Isto se deve a expansão das atividades da associação para esse segmento, pois as 200 unidades seriam entregues a moradores de “áreas de riscos”. Como explicou N25, membro da AVIT, essa medida deu-se porque muitos afetados assinaram acordos com o INEA para serem indenizados ou para morarem no conjunto habitacional. Assim, a responsabilidade legal de provimento da moradia destes fica a cargo do poder público, não podendo os incluir no projeto das 200 unidades a ser gerenciado pela AVIT.

Outro viés, posto pelos afetados nas manifestações e questionado pelos membros familiares, foi acerca das condições de moradia no conjunto habitacional a ser entregue pelo poder público (Fotografia 55). Essas preocupações ainda não foram priorizadas pelos órgãos públicos, mas certamente é uma questão emblemática, a se agravar caso a comunidade não seja ouvida e, as demandas não forem incorporadas.

Fotografia 55. Manifestação sobre a área das casas a serem construídas.



Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013).

No caso de famílias numerosas, intergeracionais e com agregações, cerca de 44m² de espaço construído pode não condizer com o mínimo compreendido por elas para o desenvolvimento de seu *habitus* e de sua vida cotidiana. Assim como, morar em apartamentos não seja condizente com os anseios e com a história das famílias. Por exemplo, na manifestação, vários foram os relatos acerca de agricultores, provenientes da área rural, os quais não teriam condição de continuar suas atividades de sustento familiar. Por isso, pediam revisão nas alternativas habitacionais apresentadas aos afetados.

Siena (2013) observou, no contexto de Ribeirão Preto, após a ida de famílias de “áreas de risco” para um conjunto habitacional, a continuação de vários problemas e

surgimento de outros. Dentre eles, destacaram-se as dificuldades de: secagem das roupas; criação de animais; acesso a serviços, equipamentos públicos e ambientes de trabalho; acesso a meios para desenvolver o ofício ocupacional anterior; e segurança. Destacou-se ainda, o discurso de melhora na qualidade de vida, usado pela Assistência Social para o convencimento de mudança de moradia, o qual não se concretizou no curto e longo prazo, segundo os moradores.

Enquanto discutem-se alternativas para os afetados com acordo assinado e moradores de “áreas de risco”, há outro grande segmento ainda “mais esquecido” (se é possível dizer dessa forma), os das pessoas afetadas não contempladas com o auxílio-aluguel, indenização ou o cadastramento junto ao órgão público para ser beneficiada com as casas populares destinadas aos afetados. E, esse grupo continua a não constar nas pautas das discussões públicas analisadas e observadas até o momento. Um desses casos “mais esquecidos” foi o da idosa J2 e sua irmã:

Idosa J2 – Não, eles não deixaram nem eu fazer o cadastramento.

Entrevistadora – A senhora foi impedida de fazer o cadastramento...

Idosa J2 – Ela disse que não precisava. A gente perde a paciência hein moça, a gente perde a paciência, perde a paciência hein. Eu não quero briga feia porque eu perco os meus direitos, porque eu vou lutar pelos meus direitos, sabe? A gente perde a paciência moça, perde a paciência (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

A situação vivida por essas irmãs reflete um sofrimento, sem previsão de solução ou atenção pública. Como continua J2:

É difícil, <passamo> aperto..., eu <tô> aborrecida,> passamo> muito aperto. Porque o meu dinheiro é assim, o meu dinheiro, esse dinheiro que eu <tô> te falando, R\$ 570, pego a metade dou a ela, pego a metade e pago o aluguel. Aí eu fico sem nada e ela fica sem nada, <tá> complicado, aí tem gás, tem luz, tem comida. Da minha irmã, eu não posso <mexê>, eu mexo mas num dá pra mexer, não dá pra ela moça, só a fralda não dá, não dá. E tem outro, assistência social não tem nada, não ajuda a gente em nada, não ajuda em nada. Por que que ela me negou? Não é dela... (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

A utilização dos espaços públicos para as manifestações, audiências, atos simbólicos auxiliam para a manutenção de espaços mais democráticos ou de cidades mais democráticas, visto que “a democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” (CHAUÍ, 2007, p.51). Nesse contexto, esses atos são fundamentais para a legitimação do processo cidadão e democrático, pois

[...] os conflitos urbanos não só precisam ser considerados como legítimos e necessários, mas que é exatamente da permanência da tensão entre eles que depende a construção de uma cidade mais democrática, que mistura

permanentemente, embaralha e tensiona as fronteiras entre espaços opacos e luminosos (lisos e estriados, nômades e sedentários) mantendo viva a tensão entre eles (JACQUES, 2009, n.p).

Nas manifestações, audiências e encontros, a comunidade é convidada a expressar seus anseios, medos, revoltas, dificuldades, suas opiniões, entre outros. Dentre os participantes, observou-se nas manifestações de 2013 e 2015 participação de grupos religiosos, como mostram as fotografias 56-58, referente a um desses grupos.

Fotografias 56-58. Presença de grupos religiosos entre os manifestantes em 2013 (à esquerda e ao centro) e em 2015 (à direita).



Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013 e janeiro/2015).

Particularmente em 2013, ao acompanhar a manifestação ocorrida, chamou a atenção a expressão popular por meio da música e da poesia. Ao tocar uma música de autoria de um *rapper* conhecido pelos munícipes na manifestação – sobre o ocorrido em Teresópolis/RJ em 12 de janeiro de 2011 – a comunidade afetada acompanhou em coro cada verso da música. Muitos, ao lembrarem dos fatos vividos choravam e levantavam as rosas e faixas brancas de forma emocionada.

Depois, com as poesias, o público acompanhava atentamente cada verso das poesias criadas e recitadas por uma adolescente e, posteriormente por uma senhora. Em momentos de críticas sociais e políticas dentro das poesias, os manifestantes expressavam-se verbal e corporalmente de forma a apoiar e legitimar o que estava sendo proclamado.

A expressão do *desastre vivenciado* por meio da arte também foi observada no estudo de Sartori (2014), como uma forma de resistência cultural, além da cultura em torno da religiosidade dos idosos estudados. Assim como em Teresópolis/RJ, dentre as formas observadas de arte, no contexto de São Luiz do Paraitinga/SP, destacou-se o “Poema da Enchente” do poeta Ditão Virgílio, no qual é expressa a vivência do desastre e da crise aguda em 2010 para a comunidade.

Em janeiro de 2014 houve o manifesto PRÓ HABITAÇÃO: “Plantação de Casas” na Praça Balthasar da Silveirada, no qual a comunidade fez casas simbólicas de madeiras, escreveu mensagens nestas e as ‘plantaram’ na referida praça. Imagens do evento foram registradas pela associação e podem ser consultadas no site desta e em sua página nas redes sociais <www.facebook.com/AVIT>.

Em 2015, a expressão da arte no ato de solidariedade voltou à cena. Utilizaram-se da música para realizar um momento de reflexão e de uma apresentação teatral interativa (Fotografias 59 e 60), com integrantes da Oficina de Poesia & Criação, para a construção de uma casa simbólica. Ainda, ao final, um dos integrantes⁴– cuja profissão permeia as artes plásticas, a produção cultural, a poesia e a fundação de um movimento socioambiental (MCT – Movimento Conservacionista Teresopolitano) – recitou uma poesia escrita na época das Diretas Já, sobre a liberdade e a importância da união das pessoas para a mudança social.

Fotografias 59 e 60. A arte nas manifestações.

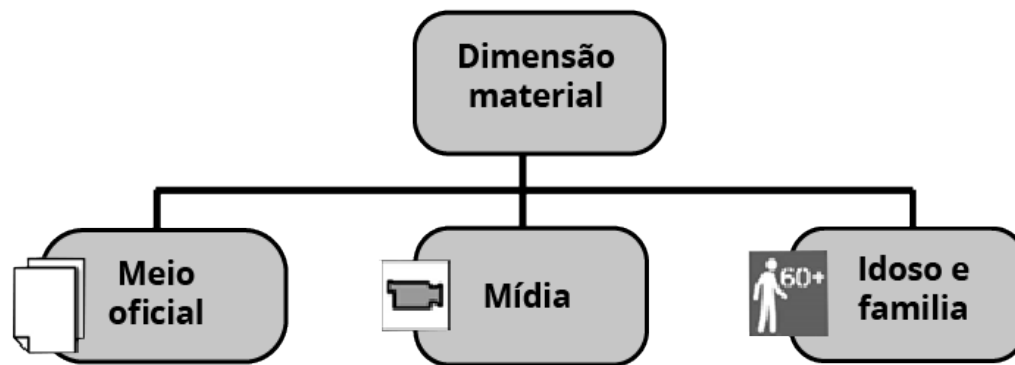


Fonte: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2015).

A seguir o quadro esquemático síntese do capítulo é apresentado (Quadro 5).

4 O poeta, Vidocq de Lãs Casas, recentemente homenageado com o Prêmio Cidadão Fluminense (2014), conhecido e respeitado no município por seu engajamento social, por meio da Oficina também já realizou sarau em homenagem às vítimas de 2011.

Quadro 5. Dimensão interpessoal dos desastres.



- Provimento de assistência social aos afetados.
- Criação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC).
- Criação de Secretaria de Orçamento Participativo e Relações Comunitárias.
- Presença do serviço de Ouvidoria.
- Realização da Conferência municipal de Defesa e Proteção Civil

- Divulgação das mobilizações públicas.
- Divulgação das audiências públicas.
- Divulgação da conferência municipal de Defesa e Proteção Civil

- Afetação:
- Esvaziamento da vizinhança.
 - Idoso cuidador de idoso em condições adversas.
 - Dificuldades de acesso aos serviços de saúde, o idoso que mora sozinho ou com o(a) cônjuge idoso(a).
 - Desvalorização do idoso nos espaços consultivos.
 - Estratégias de enfrentamento:
 - Contar com a família como principal suporte desde a crise aguda.
 - Receber e fornecer suporte aos vizinhos remanescentes.
 - Encontrar-se com os antigos vizinhos após a necessidade de deslocamento.
 - Procurar residência próxima aos familiares ou antigos vizinhos.
 - Participar das manifestações e atos simbólicos.
 - Retomar atividades cotidianas junto à comunidade.
 - Contar com o apoio de organizações sociais, voluntários e associações da sociedade civil.

Observa-se neste, a importância de reconhecer, no âmbito interpessoal, o papel da mídia local na divulgação das audiências públicas, das mobilizações realizadas pelos afetados nos desastres e da conferência municipal de Defesa e Proteção Civil. Contudo, apenas a divulgação de reportagens, sem o exercício de tensionamento sobre o ente público e de cobrança de efetivas soluções para as demandas levantadas, acabou não sendo suficiente e eficiente para visibilizar o segmento afetado. A mídia nacional, por outro lado, esqueceu-se de Teresópolis/RJ após 2011, voltando seu olhar apenas para em 2014 por ocasião única e exclusiva da Copa do Mundo de Futebol. Assim, mesmos os esforços empreendidos pela mídia local de divulgação não atingiram a preocupação da mídia nacional e internacional, a qual se ocupa de novas notícias a serem consumidas em uma dinâmica de imediatismo.

A família, os membros da comunidade, os grupos religiosos e os afetados organizados por meio de uma associação, por sua vez, apresentaram-se como sistemas de suportes fundamentais para os idosos entrevistados, visto que o Estado não é reconhecido pelos entrevistados como meio de suporte social.

O relato dos idosos e familiares a acerca da insatisfação da assistência governamental, com os desvios de recursos e falta de amparo de outros segmentos, reflete uma realidade também presente em outros contextos socioculturais, como trouxe o estudo de Duggan *et al.* (2010) com idosos residentes no Sri Lanka e Estados Unidos. Neste, a percepção de assistência foi negativa entre os entrevistados, com presença de insatisfação em relação à atuação dos órgãos oficiais governamentais, dos políticos e dos empresários.

Dentre os motivos para a insatisfação, foram relatados os desvios de verbas públicas e doações, falta de resposta adequada aos afetados e alocação inadequada de recursos. Um cenário semelhante relatado no contexto teresopolitano que, no entanto, continua a afligir os afetados mesmo quatro anos após a crise aguda, à época das entrevistas.

A relação frágil do Estado para com os idosos e a família muitas vezes ocasiona o que Valencio (2014, p.18) denomina de morte social. Nesse cenário com a perda das possibilidades de autoprovisamento e o solapamento dos meios através dos quais os mesmos possam definir os rumos de sua vida, em sua própria concepção de plenitude, a insegurança humana acena no presente e no horizonte”””.

Em contexto de desastres as demandas se sobrepõem e, muito se faz necessário a ser feito em nível de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Pois, as mazelas vivenciadas por esses indivíduos são anteriores a calamidade instaurada e, aquelas acentuadas na crise aguda, perduram longe dos holofotes da mídia, das ações governamentais e dos direitos sociais garantidos por lei (VALENCIO, 2010a).

Para finalizar esse capítulo, é fundamental registrar, no entanto, que pessoas idosas além de receber suporte também representam fonte importante de suporte à comunidade e à família antes, durante e após a crise aguda. Dentre as formas, destacaram-se o suporte material, emocional, afetivo e social. Esse dado traz um cenário diferente ao descrito usualmente na literatura, pois o idoso no contexto de desastre não é apenas um ‘ser vulnerável’, mas um membro, da rede de outras pessoas, com função importante de suporte frente a rupturas na vida cotidianas destes.

Considerações finais – reflexões sobre a condição humana no contexto de desastre

Após acompanhar de janeiro de 2011 a janeiro de 2015, por meio da literatura, documentos oficiais, mídia e inserções em campo (nos anos de 2013, 2014 e 2015), o processo de construção do desastre no município, arrisco-me nesse momento a esboçar um quadro sobre a forma como compreendo o processo de construção da afetação no desastre no município (Quadro 7). Contudo, esse processo volta-se à perspectiva da pessoa idosa no contexto familiar, cujos desdobramentos ocorreram de modo transversal às dimensões materiais, simbólicas e interpessoais da vida cotidiana dessas pessoas.

De acordo com a forma que a afetação se dá e, com os recursos disponíveis para seu enfrentamento, este pode ser facilitado ou dificultado. Como se observou nas entrevistas, o enfrentamento da pessoa idosa e de sua família é relegado ao âmbito privado e comunitário, visto o distanciamento entre o discurso do poder público e sua práxis. Esse cenário pode ser observado no Quadro 6, no qual são sintetizadas as formas, a partir dos relatos colhidos e das observações feitas em campo, de expressão do enfrentamento adotado pelos idosos e familiares afetados.

Quadro 6. Formas de enfrentamento de idosos e familiares no contexto de desastre.



Embora no ano de 2003, com a promulgação do Estatuto do Idoso, houve o reforço na luta pela proteção e a garantia dos direitos da pessoa idosa, é questionável que os recursos estejam sendo devidamente empregados para a efetivação desses direitos no referido município. Segundo o Art. 3º, inciso III do EI/2003, os recursos públicos devem ter destinação privilegiada nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso. Não seria a garantia de condições dignas de vida uma prioridade para a alocação de recursos?

A lei de fato discorre sobre várias formas de proteção e garantia de direitos, mas o que de fato se aproxima da prática e da realidade dos que sofrem? Ainda, como fica a condição humana desses sujeitos recorrentemente afetados pelos desastres, pela pobreza e cada vez mais longevos?

A condição humana pode ser analisada, segundo Hannah Arendt, por meio de três atividades humanas fundamentais, expressa em seu livro como a *vita activa*, que se constituem como as condições básicas da vida. As atividades são: *Labor* (atividade associada ao *animal laborans*), Trabalho (às práticas do *Homo faber*) e a *Ação* (às relações simbólicas, afetivas e cognitivas de troca). As coisas e os homens constituiriam assim, para a autora, o ambiente de cada uma das três atividades, sendo que estas não conteriam significado sem esse situar (ARENDR, 2007; OLIVEIRA, 2009).

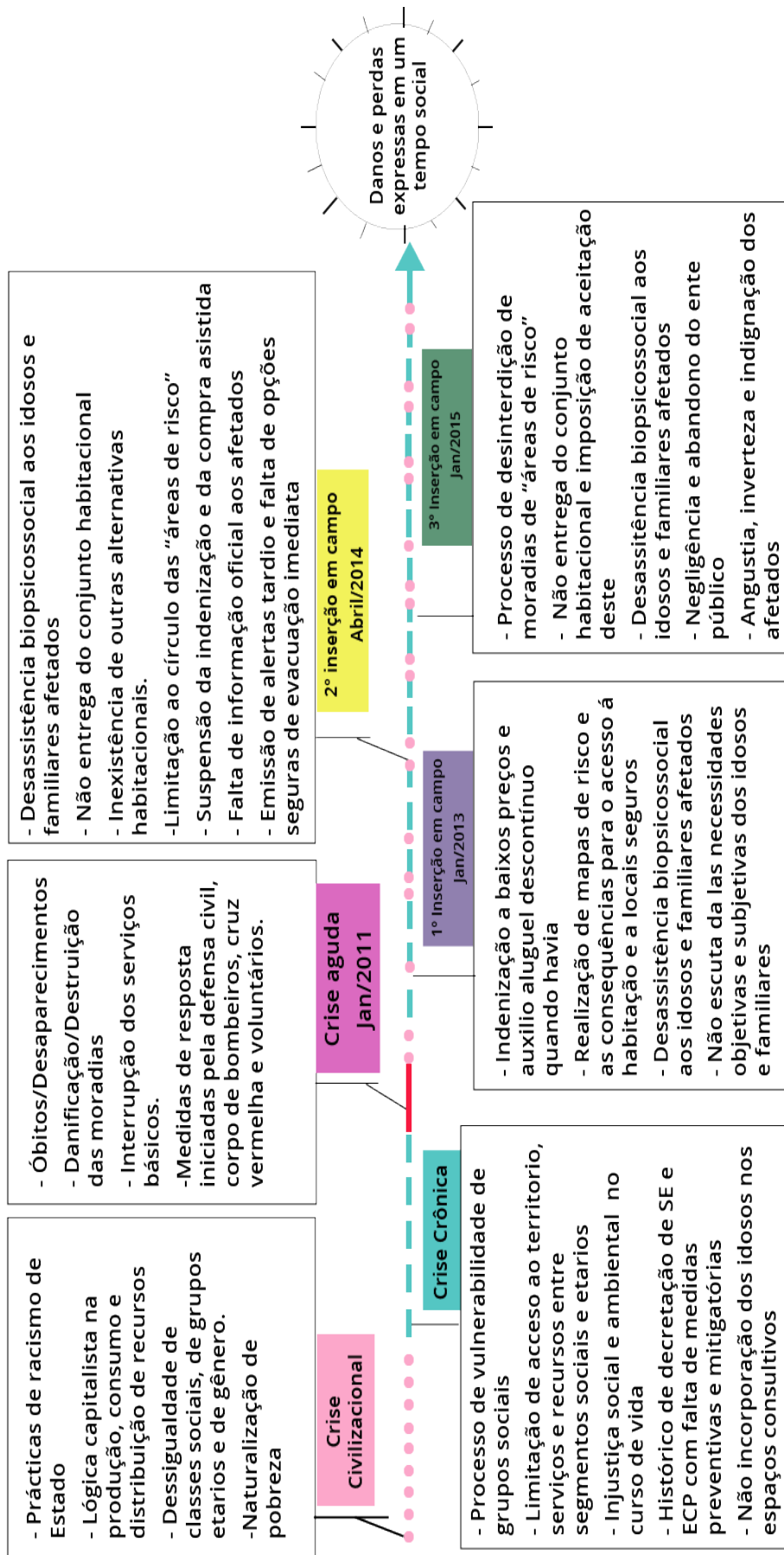
Dado essa situação, é indispensável acrescer ainda o conflito entre dois elementos, a 'natureza' do homem e sua 'moral' no campo da conjuntura da condição humana (WOLFF, 2009). Pois, como traz Arendt (2007), a condição humana além de dada ao homem é criada *pelo* homem:

Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. [...] Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana (ARENDR, 2007, p.17).

Lessa (2009) colabora para a discussão, ao trazer a concepção de que a condição humana revela, de fato, o *esforço no existir* dos sujeitos, como pode ser observado no trecho a seguir:

[...] qualquer desenho da condição humana revela um *esforço no existir*, uma *insistência a manter-se na vida*. O vento espinosiano indica que não basta detectar definições estáticas da condição humana, mas investigar o que, nessas definições, a faz *perseverar na existência*, o que a põe em movimento, o que a mantém viva. Nesse sentido preciso, a indagação *o que mantém um homem vivo* ganha precedência sobre o que é a condição humana (LESSA, 2009, p.127).

Quadro 7. Processo de construção da afetação e do desastre na ótica dos idosos e familiares.



No caso dos desastres relacionados aos eventos hidrometeorológicos, o *esforço* em manter-se vivo, indica a existência na precariedade com que os afetados vivem recorrentemente. Mas por quê? Por que o desinteresse público prepondera fazendo com que a única garantia que os indivíduos possuem é a garantia que estão por conta própria? Como diria Bauman (1999):

sua sobrevivência não está garantida – nem por designo de Deus nem por uma razão universal, nem pelas leis da história nem qualquer outra força sobre-humana. A esse respeito, claro, a condição pós-moderna não difere absolutamente de todas as outras condições; difere apenas pelo fato de saber que vive sem garantia, de que depende de si mesma. Isso torna-a excessivamente propensa à ansiedade (BAUMAN, 1999, p.271).

Assim, a esfera da decisão soberana mostra-se uma esfera-limite do agir humano, na qual se suspende a lei, no estado de exceção, e aplica-se a *vida nua* (AGAMBEN, 2002), na qual em tese os sujeitos são incluídos, mas o são para serem excluídos. Em analogia as considerações do autor, com o advento das situações extremas, o estado de exceção torna-se o ordenamento e, essa zona de indiferença criada entre o caos instalado e as normas acaba por traduzir o cotidiano vivido pelos idosos e familiares nos desastres.

Torna-se soberana, portanto, a esfera em que “se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera” (AGAMBEN, 2002, p.91). Dessa forma, a precariedade da vida exposta, é garantida pelas práticas do Estado. Trata-se assim, de uma lógica perversa de punir os pobres por sua miséria, de racializar o acesso a vida, de escolher quem são os *matáveis* (Cf. AGAMBEN, 2002) e os passíveis de esquecimento.

Dado esse cenário, observa-se a insegurança e a incerteza da possibilidade de permanecer e pertencer a um lugar. A existência humana, nesse cenário, torna-se uma *existência contingente*, a qual denota uma ausência de certezas (BAUMAN, 1999). Assim, a vida do afetado pode-se configurar como uma vida que paira entre as *incertezas* e as *indiferenças*.

Cohn (2004, p.88) corrobora as discussões sobre este campo de investigação ao trazer a concepção de *indiferença* nas relações. Segundo o autor, esse processo de indiferença “não mais se dá em termos de natureza inconveniente de tal ou qual grupo social bem definido, mas incide sobre setores inteiros das sociedades [...] simplesmente porque são irrelevantes”. Inclusive, a lógica econômica atual reforça esse quadro, pois está centrada na *indiferença estrutural* (Cf. COHN, 2004), devido tanto às tomadas de decisões de responsabilidade do setor privado como de Estados nacionais.

Cabe lembrar que esta pesquisa corrobora para romper com a indiferença ao buscar dar visibilidade a seguimentos afetados ao compreender o desastre sob a ótica da pessoa idosa e seus familiares, propondo-se a descrever e analisar, numa perspectiva de interface da sociologia e da gerontologia, dimensões materiais, simbólicas e interpessoais de afetação, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas.

Dentre os principais resultados observados estão que a afetação é de caráter multidimensional, visto as diferentes maneiras que esta ocorre e é significada na vida dos idosos e seus familiares. O sofrimento vivido é de longa duração, indo além da crise aguda. O universo simbólico é negligenciado e desconsiderado na atuação pública e o cenário de cuidados a idosos fragilizados estão longe das pautas e olhar institucionais. A mídia, por sua vez, ora defende, ora vulnerabiliza o segmento afetado. Está focada em demasia na crise aguda, não exerce o papel de tensionar o poder público ao longo prazo, visto que o ritmo de ação do meio oficial não condiz ao ritmo e urgência das necessidades dos idosos e familiares afetados.

O enfrentamento, por sua vez, envolveu diferentes estratégias individuais, interpessoais e coletivas. O enfrentamento religioso se destaca entre as falas, como aspecto positivo para lidar com as situações estressantes no âmbito simbólico e subjetivo. O apoio de diferentes grupos dado de forma direta ou indireta ao segmento idoso influenciou das estratégias de enfrentamento adotadas. A família e a comunidade mostraram-se a principal fonte de suporte aos idosos, assim como o idoso se mostrou fonte de auxílio à família e à comunidade na crise aguda e crônica. O protagonismo coletivo, com adesão e participação de pessoas idosas e membros familiares, foi fundamental no processo de enfrentamento coletivo no município.

Com relação à questão da moradia, esta perpassou as três dimensões, nas três frentes investigadas. Observa-se que o meio oficial e por vários momentos a mídia limitam-se a descrever o problema pela perda da casa e não construção do conjunto habitacional – lembrem-se que na época da pesquisa de campo, as unidades habitacionais ainda não haviam sido construídas. Observou-se que a mídia explorou aspectos emocionais e de imagem dos entrevistados ora em apoio aos afetados, ora os deslegitimando.

Por meio da análise microsocial foi possível observar outros aspectos com relação à moradia, como a importância para o universo simbólico e para as práticas rituais cotidianas, as redes formadas ao seu entorno, as memórias criadas no local, as pessoas que foram vitimadas e nela habitavam, alguns desdobramentos da perda da casa e do não ter para onde ir, por exemplo.

Algumas lacunas desta pesquisa permanecem em aberto, dado as delimitações metodológicas adotadas. É necessária, portanto, a realização de novas pesquisas para compreender com profundidade no contexto de desastres: o processo e implicações do cuidar de idosos frágeis e dependentes desabrigados/desalojados em abrigos temporários e no acolhimento na rede de suporte familiar; e os impactos biológicos e psicológicos dos desastres no processo de envelhecimento senescente e senil.

É essencial para a melhoria da atenção nos desastres à pessoa idosa compreender que o envelhecimento é um direito personalíssimo, sendo sua proteção um direito social (Art. 8º, EI/2003), pois o Estado tem a obrigação de garantir a proteção à vida e à saúde, por meio da efetivação das políticas sociais públicas voltadas a um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (Art. 9º, EI/2003).

A escuta ativa e a incorporação das demandas do segmento idoso é indispensável no desenho de estratégias de redução da ocorrência de desastres. Portanto, aqui se

reitera a importância de ampliar as oportunidades de participação do idoso nos espaços consultivos e formativos. Assim como, a incorporação das especificidades desse segmento nos cursos de capacitação, atualização e educação permanente dos serviços de saúde, defesa civil e assistência social.

Dado o caráter alarmante dos resultados obtidos, recomendações acerca da integração e humanização das ações no setor de saúde, defesa civil e assistência social são fundamentais e emergentes no município estudado. O funcionamento de serviços integrados ou articulados para o atendimento dos afetados é indispensável para minorar situações desumanizantes apresentadas ao longo deste livro. Fundamental para isso, mídia, Estado e sociedade compreenderem o caráter processual do desastre e o tempo social de sua ocorrência e enfrentamento.

Por fim, é imprescindível compreender que o *processo de vulnerabilidade* implica na seleção dos afetados e na ocorrência das perdas e danos materiais, simbólicos e interpessoais. Precisamos pensar em redução de riscos de desastres de uma forma mais horizontal. O agir meramente técnico, sem considerar minimamente os elementos sociais e culturais, não é suficiente para reduzir os riscos de desastres. Anualmente, cerca de 30% dos municípios brasileiros vivenciam situações de emergência e/ou calamidade pública. Até quando desastres como o de janeiro de 2011 terão que ocorrer para que nossa sociedade trate esse assunto com mais responsabilidade e humanidade?

Referências bibliográficas

- ACOSTA, V. G. El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. *Desastros - Revista de Antropología Social*. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, Distrito Federal/México, 19: 11-24, 2005.
- _____. El surgimento de uma alínea de investigación: historia e antropologia de los desastres em México. In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.
- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, *FIBGE*, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/11342.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2013.
- _____. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. *Anais...* Paper apresentado ao XIII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, novembro, 2002.
- ADITAL. *Carta Manifesto - 12 de Janeiro de 2013*. Documento produzido e assinado por várias organizações, publicado em 17.01.13. Disponível em: <http://www.adital.org.br/hotsite_ecumenismo/noticia.asp?lang=PT&cod=73177>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução Henrique Burigo. *Bela Horizonte*: Editora UFMG, 2002. 207 p. (Humanitas).
- ANNEAR, M.; KEELING, S.; WILKINSON, T. Participatory and evidence-based recommendations for urban redevelopment following natural disasters: Older adults as policy advisers. *Australasian Journal on Ageing*, jul., 2013.
- ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. S. O conceito de *coping*: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2): 287-312, 1998.
- ANTONIO, L.S. Animais em contexto de desastre no Brasil: da fragilização multidimensional ao abandono sociopolítico. 2013. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- ARDALAN, A. *et al.* Post-disaster quality of life among older survivors five years after the Bam earthquake: implications for recovery policy. *Ageing & Society*, 31(2): 179-196, 2011b.
- ARDALAN, A. *et al.* Impact of the 26 December 2003 Bam Earthquake on activities of daily living and instrumental activities of daily living of older people. *Prehosp Disaster Med*, 26(2): 99-108, 2011a.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASCH, S. Normas e valores. In: _____. *Psicologia Social*. 4. ed. Tradução Dante Mreira Leite e Miriam Moreira Leite. São Paulo: Nacional, 1960.
- ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS - AVIT. *Associação das Chuvas de 12 de Janeiro*: Página 2. Postado em 23 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.avit.org.br/page/2/>>. Acesso em: 28 Nov. 2014.

- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Tradução Antônio de Padua Danesi; revisão da tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. 1925. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BBC BRASIL. *Moradores do Caleme, em Teresópolis, querem permanecer em suas casas*. Reportagem de Rafael Spuldar em 16/01/2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/01/110116_video_teresopolis_caleme_rp.shtml>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992. Originalmente publicado em alemão em 1986.
- BEI, B. *et al.* A prospective study of the impact of floods on the mental and physical health of older adults. *Aging Ment Health*, 17(8): 992-1002, 2013.
- BERQUÓ, E. & CAVENAGHI, S. M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Olinda. *Anais...* Belo Horizonte: Abep, v. 1, 1988, p. 155-182.
- BIROU, A. *Dicionário das ciências sociais*. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1966. p. 371.
- BODSTEIN, A.; LIMA, V. V. A. & BARROS, A. M. A. A vulnerabilidade do idoso em situações de desastres: necessidade de uma política de resiliência eficaz. *Ambient. soc.*, 17(2), 2014.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. *Tempo e história*. Secretaria Municipal de Cultura: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, E. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, S. Paulo, 4(1/2): 277-286, 1993.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484 p.
- _____. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. 2. ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. 311 p. (Coleção Memória e Sociedade).
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 Out. 2012.
- _____. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 13 Jun. 2014.
- _____. *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012*. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 11 Jul. 2013.
- _____. *Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Política Nacional do Idoso. Disponível em:

- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 13 Jun. 2013.
- _____. *Lei Nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990*. Lei Orgânica da Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm>. Acesso em: 13 Jun. 2014.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil*. 2014. Disponível em: <<http://www.2cnpdc.mi.gov.br/>>. Acesso em: 13 Jun. 2014.
- _____. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. 1. ed., 2ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- _____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa*. 2006. Disponível em: <<http://www.saudeidoso.icict.fiocruz.br/pdf/PoliticaNacionaldeSaudeaPessoaldosa.pdf>>. Acesso em: 14 Jul. 2014.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. Brasília, 1997. 36 p.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e saúde da Pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abca19.pdf>. Acesso em: 13 Jun. 2013.
- _____. *Política Nacional de Defesa Civil (PNDC)*. Diário Oficial da União nº 1, de 2 de janeiro de 1995, Sessão 1, através da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994. p.82. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=82&data=02/01/1995>>. Acesso em: 30 Dez. 2013.
- _____. Secretaria de direitos humanos da presidência da república - SDH/PR. *Protocolo Nacional conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres*. Cidade Corporate, Setembro, 2013. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/protocolo_nacional_desastres_2013.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2014.
- _____. Secretaria de direitos humanos da presidência da república - SDH/PR. *Com o tema Protagonismo e Empoderamento, Conferência Nacional do Idoso será em 2015*. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/abril/conferencia-nacional-do-idoso-sera-em-2015-com-o-tema-com-o-tema-protagonismo-e-empoderamento>>. Acesso em: 05 Ago. 2014.
- BRITO JR, I *et al.* Utilização de regressão multivariada na determinação do perfil da população afetada por desastres, XXVI ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, Joinville/SC, 2012. Disponível em: <http://www.defesacivil.sp.gov.br/v2010/portal_defesacivil/conteudo/documentos/artigo_genero_anpet.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2014.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, 25(1): 5-26, 2008. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/.../vol25_n1_2008_3artigo_p5a26.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2014.
- BUCHANAN, I. *Singapore in Southeast Asia*. London, Bell and Sons, 1972.
- BULLARD, R. T. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma 'nova' Nova Orleans

- usando o quadro teórica da justiça ambiental. In: SENELE, H.; PACHECO, T. (orgs). *Racismo ambiental*. Rio de Janeiro: Proj. Brasil Sustentável e Democrático: FASE. p. 126-147, 2006.
- BUTLER, R.; LEWIS, M.; SUNDERLAND, T. *Aging and Mental Health: positive psychosocial and biomedical approaches*. New York: Macmillan, 1991.
- CAMARANO, A.A. Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N.A. (Orgs.). *Cuidado e Cuidadoras*. São Paulo: Atlas Editora, 2012. p. 148-165.
- CAMARANO, A.A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E.V. et al. (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 88-105.
- CAMARANO, A.A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? a visão mostrada pelas PNADs. In: CAMARANO, A.A. (Org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2010. p. 93-122.
- CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p.
- _____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C. *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 25-37.
- CASTRO, A.L.C. (Org.). Ministério da Integração Nacional. Secretaria nacional de defesa civil. *Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres*. 5. ed. Brasília: MI, 1998.
- CDC HEALTHY AGING. *CDC's Disaster Planning Goal: Protect Vulnerable Older Adults*. Program. Health Benefits ABCs, s/d. Disponível em: <http://www.cdc.gov/Aging/pdf/disaster_planning_goal.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2013.
- _____. *Disaster Mental Health Primer: Key Principles, Issues and Questions*. Disponível em: <<http://emergency.cdc.gov/mentalhealth/primer.asp>>. Acesso em: 14 Jul. 2014.
- CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 17-33.
- _____. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, p.25-62;
- CLAVER, M. et al. Comprehensive care for vulnerable elderly veterans during disasters. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, 56(1): 205–213, 2013.
- COHN, G. Indiferença, uma nova forma de barbárie. In: NOVAES, A. (Org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 85-88.
- COSTA, R. S. et al. Apoio social em contexto de pobreza: estudando idosos com alterações cognitivas e seus cuidadores familiares. *R. pesq.: cuid. fundam*. Online, 5(2): 3787-94, 2013.
- COSTA, R.S. et al. *Rede de apoio social ao idoso familiar afetado por processos de desastre*. IV Programa de Estudos "População, Ambiente e Desenvolvimento: segurança humana em contexto de desastres". Campinas, outubro de 2012.
- DATASUS. *Informações de saúde*. 2012. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/>>

- DATASUS/index.php>. Acesso em: 11 Fev. 2014.
- DEBERT, G.G. & SIMÕES, J.A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. In: FREITAS, E.V. *et al.* (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 1366-73.
- DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. Tradução Marcelos Gomes. In: NOVAES, A. (Org.). *Ensaio sobre o medo* – São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP, 2007.
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS – DRM-RJ. *Localização das cicatrizes provenientes das chuvas ocorridas no município de Teresópolis em janeiro de 2011*. Publicado em 03 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/25-carta-de-risco-remanescente>>. Acesso em: 04 Jun. 2014.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DOERJ. *Decreto nº 44.520, de 12 de dezembro de 2013. Pág. 2. Poder Executivo, DOERJ, de 13 de Dezembro de 2013*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/63007478/doerj-poder-executivo-13-12-2013-pg-2?ref=home>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- DOLL, J. Luto e viuvez na velhice. In: FREITAS, E.V. *et al.* (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1339-1352.
- DOURADO, F.; ARRAES, T. C. & SILVA, M. F. O Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro – as Causas do Evento, os Mecanismos dos Movimentos de Massa e a Distribuição Espacial dos Investimentos de Reconstrução no Pós-Desastre. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, 35(2): 43-54, 2012.
- DUGGAN, S. *et al.* Perceptions of older people on disaster response and preparedness. *Int J Older People Nurs*, 5(1): 71-6, 2010.
- DUTRA, G.F. *et al.* Análise temporal das internações hospitalares e óbitos causados por doenças do aparelho respiratório em idosos, minas gerais. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, 13(1): 121-132, 2010.
- ELIAS, N. (1982). *A solidão dos moribundos* – seguido de “Envelhecer e morrer”. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- EM-DAT: *The OFDA/CRED Internacional Disaster Database*. Disponível em: <<http://www.emdat.be/natural-disasters-trends>>. Acesso em: 01 Oct. 2012.
- FERNANDEZ, L.S. *et al.* Frail Elderly as Disaster Victims: Emergency Management Strategies. *Prehosp Disast Med*, 17(2): 67-74, 2002.
- FOLHA DE S. PAULO. *Chuva no Rio de Janeiro*. Foto de Daniel Marengo, publicado em 21/01/2011. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1880-chuva-no-rio-de-janeiro#foto-37045>>. Acesso em: 01 Out. 2014.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).
- FREITAS, C. M. *et al.* Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9): 3645-3656, 2014.
- _____. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 17(6): 1577-1586, 2012.

- FREUD, S. (1917). *Luto e melancolia*. Editora Cosac Naify, 2013. 144 p.
- G1. *Moradores do bairro Caleme, em Teresópolis, RJ, lembram de tragédia*. Reportagem de Heitor Moreira, em 11/01/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/01/moradores-do-bairro-caleme-em-teresopolis-lembram-da-tragedia.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- GARCIA, E. L. *et al.* Social network and health-related quality of life in older adults: a population-based study in Spain. *Qual Life Res*, 14(2): 511-20, 2005.
- GIBSON, M. J. *We can do better: Lessons learned for protecting older persons in disasters*. Washington, DC: American Association for Retired Persons, 2006. Disponível em: <<http://assets.aarp.org/rgcenter/il/better.pdf>>. Acesso em: 02 Feb. 2012.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. 177p. (Biblioteca Básica). Originalmente publicado em inglês em 1990.
- GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge: London and New York. 1998. p. 11- 18.
- GRANDE REPORTAGEM SIC. *O último dia de Campo Grande em Teresópolis*. Reportagem de Sofia Aréde publicado em 11/02/2011. Vídeo, 20min35seg de duração. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LLkVUWOR5N4>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- GROISMAN, D. A velhice, entre o normal e o patológico. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, 9(1): 61-78, 2002.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. 222 p.
- HELPPAGE INTERNATIONAL. *Older people in disasters and humanitarian crises: Guidelines for best practice*. Parceria com United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Londres, 2000. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/4124b9f44.pdf>>. Acesso em: 30 Jan. 2014.
- HENRY, J. Return or relocate? An inductive analysis of decision-making in a disaster. *Disasters*, 37(2): 293-316, 2013.
- HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Interfaces*, 3(1), Artigo 2, jan./abr., 2008.
- HERRERA, B. *Teresópolis: casa da seleção, sem casa para a população*. Divulgado nas redes sociais pela AVIT em 22.05.2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/avit.teresopolis>>. Acesso em: 23 Maio 2014.
- HUGON, P. *Demografia Brasileira: ensaio de demoeconomia brasileira*. 2. ed. Sao Paulo: Atlas, 1977. 342 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 25 Mar 2013.
- _____. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 01 Jan. 2015.

- _____. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050*. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 24, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: 14 Jul. 2014.
- _____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida população brasileira*. 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 23 Jul. 2013.
- IG. *Ainda era possível sentir o calor da menina, conta voluntário*. Reportagem de Raphael Gomide e Anderson Dezan, Rio de Janeiro, publicada em 12/01/2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/ainda+era+possivel+sentir+o+calor+da+menina+conta+voluntario/n1237944144542.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Indicadores de cidadania – INCID. *Painel I do INCID - Indicadores da Cidadania Vivida*. Ago. 2012. Disponível em: <http://incid.org.br/site/wp-content/uploads/2012/10/RelatorioIncid_volume2_02OUT1.pdf>. Acesso em: 23 Jul. 2013.
- JIA, Z. *et al.* Are the elderly more vulnerable to psychological impact of natural disaster? A population-based survey of adult survivors of the 2008 Sichuan earthquake. *BMC Public Health*, 30: 10-172, mar., 2010.
- JODELET, D. A cidade e a memória. In: RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEIGANTZ, P. A. (Orgs.). *Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra capa livraria/ PROARQ, 2002, p. 31-43.
- KEINERT, F. C. *A questão social em Hanna Arendt*. Teoria & pesquisa, v. XVI, n. 1, jan./jun., 2007.
- KNIGHT, B. G. *et al.* Age and emotional response to the Northridge earthquake: a longitudinal analysis. *Psychology and Aging*, 15(4): 627, 2000.
- KOENIG, H.G.; GEORGE, L.K.; SIEGLER, I.C. The use of religion and other emotion-regulating coping strategies among older adults. *Gerontologist*, 28(3): 303-10, 1988.
- KULIGOWSKI, E. *et al.* Stair evacuation of older adults and people with mobility impairments. *Fire Safety Journal*, 62: 230–237, 2013.
- LANGAN, C. L. & PALMER, J. L. Listening to and Learning from Older Adult Hurricane Katrina Survivors. *Public Health Nursing*, 29(2): 126–135, 2012.
- LASH, S. & WYNNE, B. Introduction. In: BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992. p. 1-8.
- LEFÈBVRE, H. Social Space. In: _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991, 2007. p.68-168.
- LESSA, R. O que mantém um homem vivo? In: NOVAES, A. (Org.). *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mudanças*. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC SP, 2009. p.127
- LOKE, A. Y.; LAI, C. K. Y. & FUNG, O. W. M. At-home disaster preparedness of elderly people in Hong Kong. *Geriatr Gerontol Int*, 12: 524–531, 2012.
- MARTINS, J. S. Apontamentos sobre vida cotidiana e História. *Anais do Museu Paulista*. São

- Paulo, 4: 49-58, jan./dez., 1996.
- _____. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(1): 1-8, mai. 1998.
- MARCHEZINI, V., O desastre de São Luiz do Paraitinga/SP: lógicas de poder, discursos e práticas. In: VALENCIO, N. *et al.* (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. 1ed. São Carlos: Rima, 2014, v. 4, p. 233-254.
- MASSING, C. R.; LISE, F. A.; GAIO, J. M. Psicologia das emergências e dos desastres: Intervenções em Guaraciaba – SC. *Anais... V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL*. São Paulo, 2009.
- MEDEIROS, S. L.; LEMOS, N. Suporte social ao idoso dependente. In: FREITAS, E. V. *et al.* (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1227-1235.
- MINAYO, M. C. S. *Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2. ed., 2005.
- _____. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 269 p.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID. Disponível em: <<http://s2id.integracao.gov.br/>>. Acesso em: 03 Nov. 2014.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Relatórios de Informações Sociais*. Teresópolis, 2010. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 10 Jul. 2014.
- NERI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. *A Terceira Idade (SESC)*, 16(34): 7-24, 2005.
- _____. (Org.). *Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papyrus, 2001. 3. ed., 2007, 200 p.
- NERI, A.L. (Org.). *Qualidade de Vida na Velhice: enfoque multidisciplinar*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007b (Coleção Velhice e Sociedade).
- _____. *Palavras-chave em gerontologia*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005. p.149-151 – (Coleção Velhice e Sociedade).
- _____. *Envelhecimento e Qualidade de Vida na mulher*. Anais... 2º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia. Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- NERI, A. L. FORTES, A. C. G. A dinâmica do estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família. In: FREITAS, E. V. *et al.* *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1277-1288.
- NET DIÁRIO. *Avit monta escritório na rua para facilitar atendimento*. Reportagem de André Oliveira. Publicado em 17/06/2014. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/avit-monta-escritorio-na-rua/>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Avit recebe habilitação para construir 200 casas*. Reportagem de André Oliveira. Publicado em 08/10/2014. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/avit-recebe>>

- habilitacao-para-construir-200-casas/>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Caleme: obras em encostas e nada mais*. Reportagem de Anderson Duarte, em 10/01/2014. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/caleme-obras-em-encostas-e-nada-mais/>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Inea avança com obras no Caleme e Campo Grande*. Reportagem publicada em 28/05/2013. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/inea-avanca-com-obras-no-caleme-e-campo-grande/>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Problemas com a CEDAE em Teresópolis*. Reportagem de Anderson Duarte, publicada em 08/08/2013. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/problemas-com-a-cedae-evidenciam-falta-de-contrato-em-teresopolis/#sthash.2sQ9dsWv.dpuf>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Tragédia: assunto volta às grandes mídias*. Reportagem de Joanna Medeiros, em 18/10/2013. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/tragedia-assunto-ganha-repercussao-novamente-nas-grandes-midias/>>. Acesso em: 18 Out. 2014.
- _____. *Tragédia: Avit estuda ação contra o governo estadual*. Reportagem de Marcello Medeiros. Publicado em 27/03/2014. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/tragedia-avit-estuda-acao-contra-o-governo-estadual/>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- NGO, E. B. When Disasters and Age Collide: Reviewing vulnerability of the elderly. *Natural Hazards Review*, may., 2001.
- NOTÍCIAS.TERRA. *'Não reconheço mais meu bairro', diz moradora de Teresópolis*. Reportagem da Agência EFE S/A em 13/01/2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4887816-EI17544,00-Nao+reconheco+mais+meu+bairro+diz+moradora+de+Teresopolis.html>>. Acesso em: 20 Ago. 2012.
- NOTÍCIAS.UOL. *Moradores de área destruída em Teresópolis ignoram risco e pensam em ficar*. Reportagem de Rafael Spuldar em 15/01/2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2011/01/15/moradores-de-area-destruida-em-teresopolis-ignoram-risco-e-pensam-em-ficar.htm>>. Acesso em: 20 Ago. 2012.
- NOVAES, A. Sobre tempo e história. In: _____. *Tempo e história*. Secretaria Municipal de Cultura: Companhia das Letras, 1992. p. 9-18.
- O GLOBO. *Campo Grande, em Teresópolis, dois anos depois*. Fotos de Marcos Tristão. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/campo-grande-em-teresopolis-dois-anos-depois-7024820>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Rio tem 207 mil pessoas vivendo em encostas com risco de desabar*. Reportagem de Emanuel Alencar em 12/09/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/rio-tem-207-mil-pessoas-vivendo-em-encostas-com-risco-de-desabar-9924414#ixzz33gt4S6Zy>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- OLIVEIRA, L. A. *Homo civilis (ou homo sapiens 2.0)*. In: NOVAES, A. (Org.) *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações*. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC SP, 2009. p. 318-319.
- OLIVER-SMITH, A. Global changes and the definition of disaster. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge: London and New York. 1998. p.177- 194.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Plano de ação internacional sobre o*

- envelhecimento*, 2002. Tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003, p. 86. (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).
- _____. *Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 01 Maio 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Definition of an older or elderly person*. s/d. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>>. Acesso em: 01 Maio 2012.
- _____. *Measuring quality of life*. 1997. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.
- _____. *Older people in emergencies: Considerations for action and policy development*, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/publications/Hutton_report_small.pdf>. Acesso em: 04 Out. 2012.
- _____. *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso*. 2008b. Disponível em <<http://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>>. Acesso em: 21 Set. 2014.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD - OPAS. *Asistencia humanitaria en caso de desastres: Guía para proveer ayuda eficaz*. Washington, D.C.: OPS, 1999. 18 p.
- OUL NOTÍCIAS. “Acabou. Vai virar bairro fantasma”, diz desalojada de Campo Grande, em Teresópolis. Reportagem de Daniel Milazzo, em 15/01/2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/15/acabou-vai-virar-bairro-fantasma-diz-desalojada-de-campo-grande-em-teresopolis-rj.htm>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Tragédia na região serrana do Rio - um ano depois*. Fotos de Daniel Ramalho, em 2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/120111regiaoserranarj_1ano_album.htm#fotoNav=103>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- _____. *Um ano após tragédia, moradores da região serrana do Rio reclamam de medo, abandono e desperdício de dinheiro público*. Reportagem de Janaina Garcia, em 11/01/2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/11/um-ano-depois-da-tragedia-moradores-da-regiao-serrana-do-rio-reclamam-de-medo-abandono-e-desperdicio-de-dinheiro-publico.htm>>. Acesso em: 08 Out. 2014.
- PARGAMENT, K. I. & RAIYA, H. A. A decade of research on the psychology of religion and coping: Things we assumed and lessons we learned. *Psyke & Logos*, 28: 742-766, 2007.
- PEACOCK, W. G.; MORROW, B. H.; GLADWIN, H. Warning and evacuation: A night for hard houses. In: _____. (Eds.). *Hurricane Andrew: Ethnicity, Gender, and the Sociology of Disasters*. London: Routledge, 1997. Digital Printing, 2005.
- PEIXOTO, N. B. Mapear um mundo sem limites. In: NOVAES, A. *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- PIETRZAK, R. H. *et al.* Posttraumatic stress disorder, depression, and perceived needs for psychological care in older persons affected by Hurricane Ike. *Journal of Affective*

Disorders, 138: 96–103, 2012.

PIETRZAK, R. H. *et al.* Trajectories of posttraumatic stress symptomatology in older persons affected by a large-magnitude disaster. *Journal of Psychiatric Research*, 47(4): 520-526, 2013.

PORTAL TERÊ. *Obras de porte em bairros atingidos*. Com informações da Assessoria de comunicação de Teresópolis, em 14/07/2011. Disponível em: <http://www.portaltere.com/noticias/notictere01514_110714.htm>. Acesso em: 04 Out. 2014.

_____. *Recupera escola de Campo Grande*. Com informações da Assessoria de comunicação de Teresópolis. Disponível em: <http://www.portaltere.com/noticias/notictere01939_120807.htm>. Acesso em: 04 Out. 2014.

_____. *Reurbanização da Posse e Campo Grande*. Com informações da Assessoria de comunicação de Teresópolis, em 28/08/2013. Disponível em: <http://www.portaltere.com/noticias3/notictere02325_130828.htm>. Acesso em: 04 Out. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. *Lei Complementar Municipal nº 159, de 30/11/2012*. Dispõe sobre a construção de empreendimentos de Habitações de Interesse Social – (HIS) e estabelece outras normas sobre habitação popular. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Decreto municipal nº 3.988, de 12 de janeiro de 2011*. Decreta Estado de Calamidade Pública. Disponível em: <www.teresopolis.rj.web.br.com/diariooficial/arquivos/01-02-2011_3.doc>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Lei Complementar nº 0015, de 26/01/2000*. Cria Cargos que menciona dentro da Estrutura da Secretaria Municipal de Defesa Civil. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Lei Complementar Nº 0119, de 20/12/2008*. Autoriza o Executivo a criar a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da 3ª Idade. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Lei Complementar nº 0133, de 31/10/2009*. Altera a Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal de Teresópolis, estabelecida pela Lei Municipal nº 1.441/1993, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Lei Municipal Nº 1882, de 17/12/1998*. Institui a Política Municipal do Idoso e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Teresópolis. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Lei Municipal nº 1988, de 26/01/2000*. Cria na Estrutura Básica da Lei Municipal nº 1.441, de 30 de março de 1993, a Secretaria Municipal de Defesa Civil. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Lei Municipal nº 3173, de 28/12/2012*. Estima a receita e fixa a despesa do município de Teresópolis para o exercício financeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. *Teresópolis: um pouco de história e turismo*. [2013?]. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Atlas de desenvolvimento humano no Brasil*. Teresópolis. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.
- _____. *Projeto do PNUD com a Sedec cria cultura de gestão de riscos e resposta aos desastres naturais no Brasil*. Publicado em 28/05/2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3878>>. Acesso em: 21 Set. 2014.
- PNUD/SEDEC. *Diagnóstico e análise das necessidades de formação em gestão de risco de desastres: Projeto BRA12/017 - Fortalecimento da Cultura de Gestão de Risco de Desastres no Brasil*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Diagnostico%20Nec%20de%20Form%20SINPDEC_r.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2015.
- PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – PNDH-3. *Diretrizes 10 e 13*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Brasília: SEDH/PR, 2010. p.115-7;143-8.
- PY, L.; TREIN, F. Finitude e infinitude: dimensões do tempo na experiência do envelhecimento. In: FREITAS, E.V. et al. (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 1353-1360.
- QUARANTELLI, E.L. (Ed.). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London; New York, Routledge, 1998. p. 234-273.
- _____. *A half century of social science disaster research: selected major findings and their applicability*. Paper written as background for the oral remarks made at the Hazards 2002, Conference in Antalya, Turkey, Oct. 3, 2002. Publicado em 2003. Disponível em: <<http://dspace.udel.edu/bitstream/handle/19716/297/PP%20336.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 Oct. 2014.
- _____. Epilogue. In: _____. *What is a disaster? Perspectives on the question*. London, New York: Routledge, 1998. p. 234-273.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: _____. *Ensaíos*. CERU/ Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 1987.
- R7. *Veja o antes e depois de Teresópolis seis meses após a tragédia das chuvas*. Reportagem de Sérgio Vieira, do R7, em 09/07/2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/veja-o-antes-e-depois-de-teresopolis-seis-meses-apos-a-tragedia-das-chuvas-20110709.html>>. Acesso em: 02 Out. 2014.
- RÁDIO VATICANO. *Caritas debate impactos de desastres ambientais*. Reportagem de 26/04/2012. Disponível em: <<http://pt.radiovaticana.va/bra/articolo.asp?c=582998>>. Acesso em: 04 Out. 2014.
- REDMOND, A.D. ABC of conflict and disaster. *BMJ*, v.330, p.1259-1261, 2005.
- ROSA, W. M. Regularização fundiária e eficácia dos novos instrumentos: a concessão de uso especial para fins de moradia no município de Teresópolis-RJ. *Anais eletrônicos... IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico*, 2006. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/Regularizacaofundiariaeefficaciadosnovosinstrumentos.pdf>>. Acesso em: 13 Jul. 2014.
- SÁ, L. M. Pertencimento. In: FERRARO JR, L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

- SANTOS, M. As cidadanias multiladas. In: _____. *Preconceito*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da cidadania do Estado de São Paulo, 1997.
- _____. Pode-se Definir a “Pobreza”? In: _____. *Pobreza urbana*. 3 ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p.13-22. (Coleção Milton Santos; 16).
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARTORI, J. *Como Esquecer? Memórias de um desastre vivenciado*. 2014. 180 f. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Programa de Pós-graduação em Ciências de Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2014.
- _____. A ira de Zeus: um estudo sobre os raios no imaginário social. In: VALENCIO, N. (Org.). *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: Editora Rima, 2010, v. 2, p. 231-236.
- _____. Memória e Práticas Sociais de Idosos em Torno do Tema dos Raios: o caso de São Caetano do Sul/SP. In: VALENCIO, N. (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, 2012, v. III, p. 62-82.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. & GUINDANE, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I, n. 1, jul., 2009.
- SAWAI, M. Who is vulnerable during tsunamis? Experiences from the Great East Japan Earthquake 2011 and the Indian Ocean Tsunami 2004. United Nations. ESCAP, 2012. Disponível em: <<http://www.unescap.org/idd/working%20papers/IDD-DRS-who-is-vulnerable-during-tsunamis.pdf>>. Acesso: 12 Jun. 2013.
- SENNETT, R. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, (20): 60-154, 2002.
- SIENA, M. *A atenção social nos desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados*. 2013. 240 f. Tese de Doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2012.
- _____. *Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários*. 2009. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- _____. Remoção de famílias das áreas consideradas de risco: a técnica de “fazer viver e deixar morrer”. *Anais eletrônicos...* 34º Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, p. 1-21, 2010. Disponível em: <www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010_Mariana_Siena.pdf>. Acesso: 05 Jul. 2012.
- SIENA, M. & VALENCIO, N.F.L.S. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. IN: VALENCIO, N.F.L.S. (Org.). *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, v. 2. p. 58-68.
- SIMMEL, G. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Tradução Mauro G. P. Koury. Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908. p. 509-12.

- In: SIMMEL, G. O estrangeiro. *RBSE*, 4(12), dez., 2005.
- SOUZA, M.W. Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público. In: _____. (Org.). *Recepção mediática e o espaço público*: Novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 215-241.
- SUZUKI, Y. *et al.* Prevalence of mental disorders and suicidal thoughts among community-dwelling elderly adults 3 years after the Niigata-Chuetsu earthquake. *Journal of Epidemiology/Japan Epidemiological Association*, 21(2): 144-150, 2011.
- TERÊ TOTAL. *Bairros da Posse, Caleme e Parque Imbuí em Teresópolis em fase de reurbanização*. Texto: Heliny Quintanilha, Fotos: Marco Esteves, Fonte: Assessoria de Comunicação de Teresópolis. Publicado em 17/01/2014. Disponível em: <<http://teretotal.blogspot.com.br/2014/01/posse-caleme-e-parque-imbui-em-fase-de.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- _____. *Copa do Mundo 2014 AVIT solidariedade na Posse em Teresópolis Terê Total*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PjOilfUeTic>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- _____. *INEA se reúne em Teresópolis com "ALGUNS" moradores da Posse, Campo Grande e Cascata do Imbuí*. Texto: Mara Lúcia. Fotos: Roberto Ferreira. Com informações da Assessoria de Comunicação de Teresópolis, em 17/01/2012. Disponível em: <<http://teretotal.blogspot.com.br/2012/01/inea-se-reune-em-teresopolis-com-alguns.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- _____. *Obras na Posse e Campo Grande demonstram as transformações ocorridas em Teresópolis*. Reportagem e fotos de Louis Capelle, em 27/06/2013. Disponível em: <<http://teretotal.blogspot.com.br/2013/06/obras-na-posse-e-campo-grande.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- _____. *Prefeito Arlei e novo secretário estadual de Meio Ambiente, Índio da Costa, vistoriam obras no Campo Grande em Teresópolis*. Texto: Mara Lúcia e Fotos: Jeferson Hermida. Com informações da Assessoria de Comunicação de Teresópolis, em 12/03/2014. Disponível em: <<http://teretotal.blogspot.com.br/2014/03/prefeito-arlei-e-novo-secretario.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- _____. *Prefeito Arlei vistoria obras no Caleme*. Texto: Fabiana Fuchs, Fotos: Marco Esteves, Fonte: Assessoria de Comunicação de Teresópolis, publicado em 18/02/2012. Disponível em: <<http://teresopolis-tere.blogspot.com.br/2012/02/prefeito-arlei-vistoria-obras-no-caleme.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- TERRA. *'Não reconheço mais meu bairro', diz moradora de Teresópolis*. Foto: Vladimir Platonow/Agência Brasil, em 13/01/2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/39nao-reconheco-mais-meu-bairro39-diz-moradora-de-teresopolis,d39844fa607da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- THORNBURG, A.; KNOTTNERUS, J. D.; WEBB, G. R. Disaster and deritualization: A re-interpretation of findings from early disaster research. *The Social Science Journal*, 44: 161-166, 2007.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990. 175 p.
- TUAN, Y. F. Medos: passados e presentes. In: _____. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. UNESP. 2005. cap. 16, p. 333-345.

- _____. Experiências íntimas com o lugar. In: TUAN, Y.F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 151-219.
- TUOHY, R.; STEPHENS, C. Older adults' narratives about a flood disaster: Resilience, coherence, and personal identity. *Journal of Aging Studies*, 26: 26-34, 2012.
- TYLER, K. A. The impact of support received and support provision on changes in perceived social support among older adults. *Int'l. J. Aging and Human Development*, 62(1): 21-38, 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume Rio de Janeiro*. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. 120 p.
- _____. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Brasil*. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. 94 p.
- UOL. "O bairro acabou", diz vítima de tragédia em Teresópolis (RJ). Reportagem de Daniel Milazzo, em 12/01/2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/o-bairro-acabou-diz-vitima-de-tragedia-em-teresopolis-rj.htm>>. Acesso em: 03 Out. 2014.
- VALENCIO, N. F. L. S. (2010a). (Org.). O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In: _____. *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, v. 2, 2010. 248 p.
- _____. (2010b). Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, 19(4): 748-762, 2010.
- _____. (2012a). *Para Além do 'Dia do Desastre'*. Curitiba: Editora Appris, 2012. 250 p.
- _____. (2012b). A crise social denominada desastre: subsídios para uma lembrança coletiva acerca do foco principal do problema. In: _____. (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Vol. III. São Carlos: RiMa Editora, 2012. p. 3-22.
- _____. (2014a). Desastre como Prática Sociopolítica de Solapamento da Segurança Humana. IN: CARMO, R.; VALENCIO, N. F. L. S. *Segurança humana no contexto dos desastres*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.
- _____. (2014b). "O pior era o grito das pessoas": das narrativas sobre as perdas sofridas às práticas sociais de enfrentamento dos desastres. *Anais eletrônicos... 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal/RN, 03 e 06 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023272_ARQUIVO_GT54-texto-completoNormaValencio.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2015.
- _____. (2014c). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciênc. saúde coletiva*, 19(9): 3631-3644, 2014.
- _____. Desastres 'naturais' ou genocídio velado? Subsídios para um exame sociológico do caso brasileiro. *Anais eletrônicos... XXVIII Congresso Internacional da Alas*, realizado em UFPE, Recife/PE, 6 a 11 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ALAS_2011-N._Valencio.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2015.
- VALENCIO, N. F. L. S *et al.* Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. *São Paulo em Perspectiva*, 20(1): 96-108, 2006.

- VALENCIO, N. F. L. S.; SIENA, M. & MARCHEZINI, V. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 160 p.
- VARGAS, M.A.R. *Da “chuva atípica” à “falta de todo mundo”*: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. 2013. 309 f. Tese de Doutorado. São Carlos: Programas de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.
- VEJA. *A tragédia em preto e branco*. Fotos de Luiz Maximiano/VEJA, em 04/02/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/a-tragedia-em-preto-e-branco>>. Acesso em: 02 Out. 2014.
- _____. *Teresópolis ainda é uma cidade sem rede de esgoto*. Reportagem de João Marcello Erthal publicada em 12/01/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/veja-acompanha/tag/caleme/>>. Acesso em: 02 Out. 2014.
- VENTURATO, R. D. *“A ALAGAÇÃO OFENDE?: A invisibilidade de um desastre relacionado às cheias atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre. 2014*. Tese de Doutorado. São Carlos: Programa de pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- VIANA, A. S. Dimensões sociais e de saúde envolvidas no contexto da seca: a pessoa idosa no cerne da questão. In: VALENCIO, N.F.L.S.; SIENA, M.. (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas*. 1ed. São Carlos: RiMa, 2014, v. 4, p. 307-331.
- VIANA, A.S. *et al.* (2012b). Afetação de idosos em desastres, nos últimos três anos, em municípios brasileiros. *Anais... IV Programa de Estudos “População, Ambiente e Desenvolvimento: segurança humana em contextos de desastres”*, realizado na Unicamp, em Campinas, oct., 2012. Arquivo pessoal.
- VIANA, A.S. *et al.* (2012a). Desastres Ambientais e Envelhecimento Populacional. In: VALENCIO, N. (Org.). *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2012, v. 3, p. 278-290.
- VIANA, A.S. *et al.* Saúde Humana e Saúde Ambiental em Contexto de Desastre. In: Roberto do Carmo e Norma F.L.S. Valencio. (Org.). *Segurança humana no contexto dos desastres*. São Carlos: RIMa, 2014, v. 1, p. 109-126.
- WOLFF, F. As quatro concepções do homem. Tradução Yves Bergnougnox. In: NOVAES, A. (Org.) *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações*. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC SP, 2009. p. 73.
- YATABE, J. *et al.* Outcomes of Emergency Reduction of Tube Feeding in Hospitalized Elderly Adults During the Aftermath of the Great East Japan Earthquake. *Journal of the American Geriatrics Society*, v. 60, n. 4, p. 804-805, 2012.
- ZAGO, J. R. *A memória das chuvas*. São Carlos: RiMa, 2006. 54 p. (Coleção Monografias).



Aline Silveira Viana

Nascida em Piracicaba, Brasil, é Gerontóloga pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Especialista em Informática em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Possui formação complementar pela Johns Hopkins University (EUA), University of Pennsylvania (EUA), FLACSO (ARG), entre outras instituições. Possui publicações de artigos, livros, capítulos de livro e de trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Atualmente é membro da Rede internacional WATERLAT-GOBACIT e da Associação Brasileira de Gerontologia.

ISBN 978-987-86-3795-2



9 789878 637952

